

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON - PR
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS - CCA
PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL**

LEOMAR RIPPEL

**OS ATORES E AS REDES DE DESENVOLVIMENTO RURAL NO PROCESSO
PRODUTIVO DO LEITE NO SUDOESTE DO PARANÁ**

MARECHAL CÂNDIDO RONDON

2016

LEOMAR RIPPEL

**OS ATORES E AS REDES DE DESENVOLVIMENTO RURAL NO PROCESSO
PRODUTIVO DO LEITE NO SUDOESTE DO PARANÁ**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, como requisito para a obtenção do grau de mestre.

Linha de Pesquisa: Sustentabilidade Rural

Orientador
Prof. Dr. Adilson Francelino Alves

Coorientador
Prof. Dr. Clério Plein

MARECHAL CÂNDIDO RONDON

2016

R483a processo	<p>Rippel, Leomar Os atores e as redes de desenvolvimento rural no Produtivo do leite no Sudoeste do Paraná/ Leomar Rippel. – Marechal Cândido Rondon, 2016. 178 p.</p> <p>Orientador: Dr. Adilson Francelino Alves Coorientador: Dr. Clério Plein Dissertação (Mestrado) – UNIOESTE/ Centro de Ciências Agrárias da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. 2016</p> <p>1. Sudoeste 2. Redes curtas e longas. 3. Leite 4. Teoria Ator-Rede. I. Leomar Rippel I. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. II. Título.</p>
	CDD 338

Bibliotecária: Elisandra Artus Berté CRB- 9/1675

LEOMAR RIPPEL

**OS ATORES E AS REDES DE DESENVOLVIMENTO RURAL NO PROCESSO
PRODUTIVO DO LEITE NO SUDOESTE DO PARANÁ**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual do Oeste do Paraná como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Desenvolvimento Rural Sustentável, Área de Concentração “Desenvolvimento Rural Sustentável”, para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Rural Sustentável.

Marechal Cândido Rondon, PR, _____ de _____ de 2016.

Prof. Dr. Adilson Francelino Alves - Orientador
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Clério Plein– Coorientador
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Marcos Aurélio Saquet (Membro)
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Benilson Borinelli (Membro Externo)
Universidade Estadual de Londrina

Prof^a. Dr^a. Romilda de Souza Lima (Membro)
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof^a. Dr^a. Kérley Braga Pereira Bento (Suplente Interno)
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof^a. Dr^a. Rozane Marcia Triches (Suplente Externo)
Universidade Fronteira Sul

Dedico este trabalho a Sandra Aparecida Rippel

AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Pós Graduação e Desenvolvimento Rural Sustentável, pela oportunidade oferecida nos últimos dois anos para o meu amadurecimento intelectual;

Aos(às) professores(as), funcionários(as) e companheiros(as) mestrandos(as);

À banca examinadora, Prof. Dr. Marcos Aurélio Saquet, Prof^a. Dr^a. Romilda de Souza Lima, Prof. Dr. Benilson Borinelli, Prof^a. Dr^a. Rozane Marcia Triches e Prof^a. Dr^a. Kérley Bento Pereira Braga Casaril pela leitura crítica e pelo diálogo enriquecedor;

À Faculdade de Ampére, através da Diretora Geral, Terezinha dos Santos Reichert, e do Diretor Administrativo, Inácio Reichert, pelo apoio na realização deste trabalho;

Ao meu orientador, Prof. Dr. Adilson Francelino Alves, gostaria de fazer um agradecimento especial, pois com sua humildade e rigor intelectual, contribuiu de forma decisiva para a realização desta pesquisa;

Ao meu coorientador, Prof. Dr. Clério Plein, pela humildade, pela leitura atenta deste trabalho e pelas sugestões extremamente enriquecedoras;

A todos(as) que, de forma direta ou indireta, contribuíram para a conclusão desta pesquisa.

“Natureza e sociedade não são dois polos distintos, mas antes uma mesma produção de sociedades-naturezas, de coletivos.”

BRUNO LATOUR

RESUMO

RIPPEL, Leomar, M. Sc. Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Setembro, 2016. **Os atores e as redes de desenvolvimento rural no processo produtivo do leite no Sudoeste do Paraná.** Orientador: Prof. Dr. Adilson Francelino Alves. Coorientador: Prof. Dr. Clério Plein.

Esta dissertação tem por objetivo analisar o processo produtivo do leite no Sudoeste do Paraná a partir de 1990, assim como a crise do cooperativismo de leite solidário. Utilizou-se, como instrumental teórico-metodológico, a Teoria Ator-Rede (TAR). Dessa forma, acredita-se que compreender os elementos endógenos e exógenos do desenvolvimento rural, assim como suas interconexões, é de fundamental importância para a compreensão do processo produtivo do leite na região. Outro fator importante que merece destaque na produção de leite é a compreensão do processo histórico-geográfico de ocupação no Sudoeste do Paraná, pautada basicamente por agricultores familiares.

Palavras-chave: Teoria Ator-Rede. Sudoeste. Leite. Redes curtas e longas.

ABSTRACT

RIPPEL, Leomar, M. Sc. Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, September, 2016. **The actors and the development of country networks in the milk process production in southwestern Paraná.** Supervising Professor: Prof. Dr. Adilson Francelino Alves. Second Supervising Professor: Prof. Dr. Clério Plein.

This work aims to analyze the milk process production in southwestern Paraná since 1990, as well as the cooperativism crisis in the solidarity milk. As theoretical and methodological basis, this research approaches the Actor-Network Theory (TAR). In this sense, to understand the Endogenous and Exogenous elements in the country development, as well as its interconnections, are fundamental to the comprehension of the milk production process in the region. Another important factor which deserves special mentions concerning about the milk production is the notion of the historic and geographical occupation process in southwestern Paraná, based mostly in familiar agriculture.

Keywords: Actor-Network Theory. Southwestern. Milk. Longs and Shorts Networks.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Desenvolvimento rural dos anos de 1950 a 2000	27
Figura 2: Localização do Sudoeste do Paraná	44
Figura 3: Migrante sulista chegando ao Sudoeste do Paraná.	90
Figura 4: Vacas na pastagem e ordenha canalizada – Município de Planalto.	98
Figura 5: A) Silo com silagem - Capanema e B) Silo para ração – Planalto.....	99
Figura 6: Triturador de cereais adaptado e utilizado pelo proprietário Rural no município de Planalto.	101
Figura 7: Microempresa em Francisco Beltrão (ENTREVISTAS 13 E 14).	129
Figura 8: Organograma da Central SISCLAF em 2009.	139

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Informações dos(as) entrevistados(as)	18
Tabela 2: Estabelecimentos segundo os grupos de área total (ha) no Sudoeste paranaense.	64
Tabela 3: Produção animal em estabelecimentos agropecuários por tipo de produção animal - série histórica (1920/2006).	68
Tabela 4: Produção de leite por Grandes Regiões em relação à média do Brasil. ...	71
Tabela 5: Produção leiteira no Brasil – 2003 a 2013 (em milhões de litros).	76
Tabela 6: Produção de origem animal – Ranking descendente das Grandes Regiões.	76
Tabela 7: Produção de origem animal – Ranking descendente das Grandes Regiões.	77
Tabela 8: Produção mundial de leite (mil toneladas).	79
Tabela 9: Número de vacas leiteiras no mundo (milhares de cabeças).....	80
Tabela 10: Ranking de produtividade por litros/vaca/dia	81
Tabela 11: Produção de leite no Sudoeste do Paraná, vacas ordenhadas e produtividade por litros/vaca/dia.....	86
Tabela 12: Produção de leite (mil litros) no Paraná, Sudoeste e Oeste.....	86
Tabela 13: Vacas ordenhadas (cabeças) no Paraná, Sudoeste e oeste.	88
Tabela 14: Produção média por Litros/vaca/dia no Paraná, Sudoeste e Oeste.....	89
Tabela 15: Empresas com SIM, SIP e SIF no Sudoeste do Paraná - por municípios.	118

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Evolução da produção de leite no Brasil e nas Grandes Regiões.	69
Gráfico 2: Evolução da produção de leite no Sudoeste do Paraná 1990 - 2013	84
Gráfico 3: Evolução da produção de leite do Paraná, Sudoeste e Oeste (2008 – 2013).	87
Gráfico 4: Participação da produção de leite da região Sudoeste e Oeste no estado do Paraná (2008 – 2013).	87
Gráfico 5: Evolução do número de vacas ordenhadas Paraná, Sudoeste e Oeste (2008 – 2013).	88
Gráfico 6: Produção média por Litros/vaca/dia no Paraná, Sudoeste e Oeste.	89
Gráfico 7: Evolução dos preços médios anuais nominais e deflacionados (R\$/litro) recebidos pelos produtores de leite no estado do Paraná, 1995-2012.	111
Gráfico 8: Comportamento do preço do leite no Paraná no ano de 2012.	112
Gráfico 9: Percentual do volume do leite coletado segundo porte da empresa - Paraná – 2009.	116
Gráfico 10: Número de empresas no Sudoeste do Paraná com Serviço de Inspeção Municipal, Estadual e Federal.	118

LISTA DE SIGLAS

AMSOP – Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná
ASSESOAR - Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural
CANGO – Colônia Agrícola Nacional General Ozório
CLAF's – Cooperativas de Leite da Agricultura Familiar
COOPERFRONTEIRA – Cooperativa Fronteira de Prestação de Serviços
COORLAF – Cooperativa de Leite da Agricultura Familiar com Interação Solidária
CRESOL – Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária
DERAL – Departamento de Economia Rural
GETSOP – Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná
IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SETI - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
SIF – Serviço de Inspeção Federal
SIM – Serviço de Inspeção Municipal
SIP – Serviço de Inspeção do Paraná
SISCLAF – Cooperativa Central de Leite da Agricultura Familiar com Interação Solidária
SISCOOPLAF – Cooperativa Central de Leite da Agricultura Familiar
TAR – Teoria Ator-Rede
UHT – Ultra High Temperature (Temperatura Ultra-Alta)
UNICAFES – União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária
UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1. O DESENVOLVIMENTO RURAL A PARTIR DA TEORIA ATOR-REDE: UMA ABORDAGEM TERRITORIAL	22
1.1 A CRISE DOS MODELOS CAPITALISTA E SOVIÉTICO SOCIALISTA E SEUS IMPACTOS NO ESPAÇO RURAL	22
1.2 O DESENVOLVIMENTO RURAL NAS PERSPECTIVAS EXÓGENA E ENDÓGENA.....	24
1.2.1 O desenvolvimento rural territorial visto pelas interconexões das redes	30
1.3 UMA ABORDAGEM TERRITORIAL DO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL	36
1.3.1 A contribuição da Teoria Ator-Rede para o desenvolvimento rural sustentável.....	40
2. A OCUPAÇÃO HISTÓRICO-GEOGRÁFICA E AS REDES DE DESENVOLVIMENTO NA CONSOLIDAÇÃO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA NO SUDOESTE PARANAENSE	44
2.1 OS PRIMEIROS HABITANTES DA REGIÃO SUDOESTE PARANAENSE: INDÍGENAS E CABOCLOS	45
2.1.2 As redes curtas e longas de comercialização cabocla no Sudoeste do Paraná.....	47
2.1.3. A produção extensiva de erva-mate e suas redes de comercialização	49
2.1.4 Os safristas e suas redes de comercialização	50
2.1.5. Criação de muares e as redes de comercialização cabocla.....	54
2.2 ESTRATÉGIA GEOPOLÍTICA DE OCUPAÇÃO OFICIAL NA FAIXA DE FRONTEIRA: OCUPAR PARA CIVILIZAR E CIVILIZAR PARA PROTEGER	54
2.3 A LUTA PELA POSSE DAS TERRAS E A CONSOLIDAÇÃO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA DO SUDOESTE DO PARANÁ.....	57
2.3.1 Consolidação dos interesses dos posseiros na titulação de suas terras.....	61
3. SEGUINDO OS ATORES NO CONTEXTO DA PRODUÇÃO DO LEITE	67
3.1 SÉRIE DE DADOS HISTÓRICOS DA PRODUÇÃO DO LEITE NO BRASIL.....	67
3.2 BRASIL: ALTA PRODUÇÃO E BAIXA PRODUTIVIDADE.....	78
3.2.1 A importância da densidade técnica no aumento produtivo da região sul.....	81

3.2.2 A produção em escala e a concentração produtiva do leite.....	82
4. SEGUINDO OS ATORES SOCIAIS NA PRODUÇÃO DE LEITE NO SUDOESTE DO PARANÁ.....	84
4.1 A IMPORTÂNCIA DO PRONAF NA ATIVIDADE LEITEIRA	84
4.1.1 A relação da agricultura familiar e da atividade leiteira no Sudoeste do Paraná.....	85
4.2 O LEITE COMO SUBSISTÊNCIA E A VACA COMO DOTE	90
4.2.1 Os atores não humanos no aumento da produtividade do leite	93
4.2.2 O leite para subsistência mão de obra feminina e para o mercado mão de obra masculina.	95
4.2.3 Tecnificação ou exclusão do processo: caminhos da atividade leiteira.....	97
4.2.4 Algumas especificidades da agricultura familiar	101
4.3 O PRONAF NA ATIVIDADE LEITEIRA COMO ALTERNATIVA AO CULTIVO DO FUMO E A RACIONALIDADE ECONÔMICA DOS(AS) AGRICULTORES(AS) FAMILIARES.....	103
4.3.1 Redes curtas e longas e suas interconexões: autonomia e subordinação.....	105
4.3.2 Experiência histórico-cultural, aprimoramento técnico e a procrastinação do lucro	108
4.4 A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO E DO PLANEJAMENTO NA PROPRIEDADE	109
4.4.1 A tecnificação no processo produtivo do leite e a produção em escala	110
5. A CONCENTRAÇÃO PRODUTIVA E INDUSTRIAL E AS REDES DE COMERCIALIZAÇÃO NA CADEIA PRODUTIVA DO LEITE NO PARANÁ E NO SUDOESTE PARANAENSE.....	114
5.1 A CONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL E PRODUTIVA DA CADEIA PRODUTIVA DO LEITE NO PARANÁ	115
5.1.2 A industrialização e as redes comerciais na cadeia produtiva do leite no Sudoeste do Paraná.....	117
5.1.3 Estratégias das empresas do Sudoeste para neutralizar a concorrência.....	125
5.1.4 As redes curtas e longas de comercialização das empresas no Sudoeste do Paraná.....	127
6. O COOPERATIVISMO DE LEITE DA AGRICULTURA FAMILIAR NO SUDOESTE DO PARANÁ: DO PROCESSO ORGANIZACIONAL A CRISE.....	131

6.1 O COOPERATIVISMO DE CRÉDITO SOLIDÁRIO NO SUDOESTE PARANAENSE E SUAS EXPERIÊNCIAS PARA OUTROS RAMOS DO COOPERATIVISMO.....	133
6.1.1 O processo organizacional do cooperativismo de leite da agricultura familiar	134
6.1.2 Crise do cooperativismo do leite da agricultura familiar no Sudoeste	140
6.2 PROBLEMAS NO PLANEJAMENTO E NA GESTÃO DAS COOPERATIVAS DE LEITE DA AGRICULTURA FAMILIAR OU CUMPRIMENTO DE SUA FUNÇÃO?.....	144
CONCLUSÕES GERAIS	150
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	152

INTRODUÇÃO

O propósito inicial desta pesquisa era compreender os motivos pelos quais as Cooperativas de Leite da Agricultura Familiar (CLAF's), na região Sudoeste do Paraná, começam a entrar num processo de crise a partir do final da primeira década do século XXI. A hipótese inicial era que a expansão da atividade leiteira levou a um aumento considerável da competição pelo mercado e as cooperativas, nesse contexto, sofreram uma concorrência desleal por parte das empresas locais e de outras que passaram a coletar leite na região. No entanto, a partir das leituras, do trabalho de campo e das orientações, percebemos que tal hipótese, embora, válida, não poderia ser a única, sem que antes analisássemos a realidade multifacetada do processo produtivo do leite no Sudoeste do Paraná.

Nesse sentido, os objetivos de nosso estudo, antes focado apenas as CLAF's, ampliaram-se e, com isso, passamos a discutir a abordagem de redes como possibilidade de relacioná-las aos processos de globalização e localização, modelos exógenos e endógenos de desenvolvimento rural. Analisar esse processo através da utilização das redes sociotécnicas de desenvolvimento rural, identificando a trajetória da cadeia produtiva do leite como parte do processo de mudança rural no Sudoeste do Paraná, possibilitou-nos compreender as estratégias de ação dos agricultores familiares, das cooperativas de leite da agricultura familiar e das indústrias convencionais e familiares, no que diz respeito às mudanças significativas da cadeia produtiva do leite na região.

Também se fez necessário analisar como as interconexões das redes sociotécnicas de desenvolvimento rural influenciam as diversas estratégias dos diferentes atores sociais no Sudoeste do Paraná. Dessa forma, procuraremos problematizar as seguintes questões: Como ocorrem e quais são as principais características do processo de mudança rural na região Sudoeste do Paraná a partir da expansão da atividade leiteira? Como ocorre a relação dos agricultores familiares, das cooperativas, das empresas (tanto pequenas quanto grandes) dentro do processo de redes verticais e horizontais de desenvolvimento rural? Quais as prováveis convergências e divergências existentes entre os dois tipos de redes de desenvolvimento rural e sua relação com o ramo leite no Sudoeste do Paraná? Quais os motivos que levam a uma concentração da produção de leite no Sudoeste do

Paraná? Quais os motivos que levaram a experiência do cooperativismo da agricultura familiar de leite a entrar em crise?

Para responder a tais questionamentos fez-se necessária uma série de levantamentos de dados de campo, foram realizadas quinze entrevistas semiestruturadas com atores sociais ligados à produção de leite no Sudoeste: quatro agricultores, três agricultoras, quatro líderes do cooperativismo de leite solidário e quatro diretores de agroindústrias.

Tabela 1: Informações dos(as) entrevistados(as).

Agricultor(a)	Município	Sexo	Cooperado	Não cooperado
1	Planalto	Masculino	Não	Sim
1	Planalto	Feminino	Não	Sim
1	Pérola D' Oeste	Masculino	Não	Sim
1	Pérola D' Oeste	Feminino	Não	Sim
1	Capanema	Masculino	Não	Sim
1	Nova Esp. Do Sudoeste	Feminino	Não	Sim
1	Nova Esp. Do Sudoeste	Masculino	Não	Sim
1	Nova Esp. Do Sudoeste	Masculino	Não	Sim

Fonte: RIPPEL, 2016.

Em relação aos agricultores, a caracterização é a seguinte: em Planalto, entrevistamos um casal que possui 16 hectares de terra, com um plantel médio de 17 vacas lactando e uma produção mensal de 25.000 litros de leite; em Pérola D' Oeste, entrevistamos um casal com 25 hectares de terra, com 12 vacas lactando e uma produção média mensal de 4.000 litros, que no início deste ano abandonou as atividades com o leite; no município de Capanema, um agricultor de 20 anos de idade, que assumiu a gestão da propriedade, de 15 hectares, junto com sua mãe, depois do falecimento do pai, começou a produzir leite para o mercado em 2014, após ingressar num projeto executado por um técnico da Cooperativa Fronteira de Prestação de Serviços (COOPERFRONTEIRA), intitulado "Famílias Referências". Está com treze vacas lactando, produzindo uma média de 3.000 litros de leite mensal.

No município de Nova Esperança do Sudoeste, entrevistamos uma agricultora e seu filho de 17 anos que trabalham sozinhos com a produção de leite, uma vez que seu esposo é enfermo, seu filho mais velho é professor e mestrando e a segunda filha é estudante de graduação, e os dois não moram com a família. A propriedade tem 39 hectares, com dez vacas lactando e uma produção média de 5.000 litros mensais. No

mesmo município, entrevistamos um agricultor dono de 46 hectares de terras, com 35 vacas lactando e que produz uma média de 20.000 litros de leite por mês. Dentre os agricultores, dois eram cooperados das CLF's, no entanto, no momento nenhum mais é cooperado.

Já em relação às indústrias, uma é de grande porte com três unidades produtivas no Sudoeste e capacidade instalada de aproximadamente 500 mil litros/dia; duas são de médio porte, uma fica na região de Beltrão com capacidade instalada de 150.000 litros/dia e outra na região da fronteira com duas unidades produtivas com capacidade instalada de 120.000 litros/dia e uma microempresa localizada na zona rural de Francisco Beltrão.

Tendo em vista que esta pesquisa pretende contribuir para a construção de uma interpretação sobre a problemática do processo produtivo do leite no Sudoeste do Paraná, a partir de um referencial teórico ancorado no conceito de rede e no intuito de fazer uma análise multidisciplinar, estruturamos nossa dissertação em cinco capítulos.

O primeiro capítulo, “O desenvolvimento rural a partir da Teoria Ator-Rede: uma abordagem territorial”, objetiva fazer uma reflexão dos debates e abordagens em torno do desenvolvimento rural nas perspectivas exógena e endógena, bem como suas interconexões e as contribuições da Teoria Ator-Rede (TAR) para o desenvolvimento rural, visando construir as bases teórico-metodológicas que nortearão nossa pesquisa. Na primeira parte, faremos uma análise das teorias que tratam do desenvolvimento rural nas perspectivas exógena e endógena, na sequência, abordaremos as redes longas e curtas de desenvolvimento rural e suas interconexões, em seguida, analisaremos o desenvolvimento rural numa perspectiva territorial e, por último, apresentaremos as contribuições da TAR para o desenvolvimento rural.

No segundo capítulo, “A ocupação histórico-geográfica e as redes de desenvolvimento na consolidação da estrutura fundiária no Sudoeste paranaense”, fazemos uma reflexão acerca do processo de ocupação dos primeiros habitantes da região, enfatizando a importância dos indígenas e caboclos para o início das redes de comercialização na região em questão. Em seguida, analisaremos a estratégia geopolítica de ocupação no Sudoeste paranaense, a partir de 1943, pautada na pequena propriedade rural com intuito claro de proteger a fronteira. A intenção deste capítulo é mostrar o processo histórico de ocupação da região, para melhor

compreender que a estrutura fundiária e o processo produtivo do leite são resultantes desses múltiplos fatores.

No terceiro capítulo, analisaremos uma série de dados históricos da produção de leite no Brasil, de 1970 até 2013, mostrando o crescimento da atividade leiteira no País, principalmente, a partir da década de 1990, com a desregulamentação do mercado e do controle inflacionário. Destacaremos, também, a importância das regiões Sudeste e Sul na produção de leite no Brasil. Abordaremos ainda, nesse capítulo, a problemática do Brasil ser um dos maiores produtores de leite do mundo e mesmo assim ter uma balança comercial, para aos produtos lácteos, negativa; o que é explicado por nossa produção se dar mais pela quantidade de rebanho do que pela densidade técnica. Analisaremos, também, que a região Sul do Brasil foi a que mais elevou o nível técnico nos últimos anos, porém a produção em escala tende a concentrar a produção.

No quarto capítulo, analisaremos os dados da produção de leite no Sudoeste do Paraná, entre 1970 e 2013, e a importância do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) no desenvolvimento da atividade leiteira na região. Abordaremos ainda a questão que a estrutura fundiária pautada em pequenas propriedades rurais foi um dos fatores importantes na ampliação da cadeia produtiva do leite, resultado da inserção tecnológica no processo produtivo. Um produto de subsistência, de mão de obra eminentemente feminina em seu início, que torna-se a principal fonte de renda de muitas famílias no Sudoeste do Paraná a partir de 1990.

Outro dado importante que merecerá destaque nesse capítulo é o processo de concentração da atividade leiteira e os mecanismos de exclusão dos produtores que não produzem em escala para o mercado. Também analisaremos as redes em que os produtores estão inseridos, a fim de compreender que quanto mais longa/vertical a rede, maior é o grau de subordinação dos produtores, e quanto mais curta/horizontal, maior a autonomia dos mesmos. Ainda nesse capítulo, tentaremos compreender a importância da gestão da informação, no sentido de melhorar a produção e a produtividade, com o intuito de reduzir os custos e aumentar a renda, e abordaremos ainda a forte presença do patriarcalismo na agricultura familiar, dificultando a sucessão.

Na quinta parte, analisaremos a concentração produtiva e industrial do processo produtivo do leite no Sudoeste do Paraná, através do estudo das redes de

comercialização em que as indústrias de lácteos estão inseridas. E mostraremos, também, algumas estratégias de competição que as médias empresas no Sudoeste implementaram para manter-se no mercado.

E, por fim, no último capítulo, trataremos do processo organizativo dos agricultores familiares em torno do cooperativismo do leite com o intuito de agregar valor à produção do leite. Posteriormente, analisaremos a crise desse modelo cooperativo e tentaremos verificar se houve deficiência de planejamento e gestão estratégica ou se o cooperativismo era necessário, no sentido de contribuir para a organização da produção do leite no Sudoeste, e se atualmente não o é mais.

1. O DESENVOLVIMENTO RURAL A PARTIR DA TEORIA ATOR-REDE: UMA ABORDAGEM TERRITORIAL

O objetivo deste capítulo é fazer uma análise das discussões teóricas e das abordagens em torno da mudança rural, com o intuito de estabelecer as bases teórico-metodológicas que orientarão esta pesquisa. Levando em consideração a complexidade dos processos de transformação do espaço rural, acreditamos ser necessário realizar uma reflexão da literatura que aborda diversas teorias, temáticas e debates em torno da problemática do desenvolvimento rural.

Nesse sentido, é necessário fazermos uma reflexão sobre os debates e as abordagens em torno do desenvolvimento rural nas perspectivas exógena e endógena, bem como suas interconexões e contribuições da TAR, para o desenvolvimento rural, visando construir as bases teórico-metodológicas que nortearão o trabalho de pesquisa, uma vez que não há consenso na literatura.

Dessa forma, o capítulo está estruturado da seguinte maneira: na primeira parte, faremos uma análise das teorias que tratam do desenvolvimento rural nas perspectivas exógena e endógena. Na sequência, serão abordadas as redes longas e curtas de desenvolvimento rural e suas interconexões. A seguir, analisaremos o desenvolvimento rural numa perspectiva territorial e, por último, apresentaremos as contribuições da TAR para o desenvolvimento rural.

1.1 A CRISE DOS MODELOS CAPITALISTA E SOVIÉTICO SOCIALISTA E SEUS IMPACTOS NO ESPAÇO RURAL

No último quartel do século XX, todas as áreas do conhecimento analisaram seus objetos de pesquisas com múltiplas abordagens, esse processo é resultado da crise e dos questionamentos que são lançados sobre os dois grandes modelos hegemônicos que prometeram a redenção humana, mas tiveram resultados diferentes na prática. Os modelos aos quais nos referimos são o capitalismo liberal, que embora tenha saído vencedor, demonstrou seu fracasso e não entregou o que prometeu com a crise de 1929, na década de 1970, e o início deste século; e o socialismo, que teve seu início em 1917, na Rússia, e conheceu sua derrocada com pouco mais de 70 anos, em 1991.

Para tentarmos elucidar melhor o exposto acima e os questionamento sobre os dois modelos que prometeram conduzir a humanidade à plenitude, citamos Latour, que assim afirma:

Ao tentar acabar com a exploração do homem pelo homem, o socialismo multiplicou-a indefinidamente. Estranha dialética esta que ressuscita o explorador e enterra o coveiro após haver ensinado ao mundo como fazer uma guerra civil em grande escala. O recalcado retorna e retorna em dobro: o povo explorado, em nome do qual a vanguarda do proletariado reinava, volta a ser um povo; as elites com seus longos dentes que pareciam ser desnecessárias, voltam com toda força para retomar nos bancos, nos comércios e nas fábricas seu antigo trabalho de exploração. O ocidente liberal não se contém de tanta alegria. Ele ganhou a guerra fria. Mas este triunfo dura pouco. Em Paris, Londres e Amsterdã, neste mesmo glorioso ano de 1989, são realizadas as primeiras conferências sobre o estado global do planeta, o que simboliza, para alguns observadores, o fim do capitalismo e de suas vãs esperanças de conquista ilimitada e de dominação total sobre a natureza. Ao tentar desviar a exploração do homem pelo homem para a exploração da natureza pelo homem, o capitalismo multiplicou indefinidamente as duas. O recalcado retorna e retorna em dobro: as multidões que deveriam ser salvas da morte caem aos bilhões na miséria, as naturezas que deveriam ser dominadas de forma absoluta nos dominam de forma igualmente global, ameaçando a todos. Estranha dialética esta que faz do escravo dominado o mestre e dono do homem, e que subitamente nos informa que inventamos os ecocídeos e ao mesmo tempo as fomes em larga escala. (LATOURE, 1994, p. 13-14).

Acreditamos que tanto o modelo capitalista de produção, que se consolidou no século XIX, quanto o socialista, que foi colocado em prática no século XX, estão dentro da mesma racionalidade moderna que é a de dominação absoluta da sociedade sobre a natureza. Dessa forma, chegado ao último quarto do século passado, os dois grandes modelos (capitalismo e socialismo), que eram referências praticamente incontestáveis por seus defensores, estão passando por processos de questionamentos.

É na esteira desses questionamentos que os estudos para compreender melhor o espaço rural e seu desenvolvimento são redefinidos, uma vez que tanto o capitalismo ocidental quanto o socialismo soviético interpretaram o espaço rural de forma muito semelhante até final da década de 1970. No que se refere ao modelo agrícola soviético, o aumento das fazendas coletivas estatais se concentrou de forma contínua, pois essa política tem “suas raízes em razões ideológicas, de que as empresas agrícolas deveriam ser unidades de larga escala como o eram as da indústria” (BECKER, 1964, p. 136).

Em outros termos, o espaço rural era visto apenas como receptáculo passivo de alta densidade técnica produzida no espaço urbano, e ao rural caberia o papel de fornecedor de matérias-primas e alimento para suprir a máquina produtiva dos centros urbanos (ELLIS; BIGGS, 2001). A Revolução Verde é,

[...] fundamentalmente, um sistema altamente dependente de insumos externos, cujos inputs são caracterizados pela alta densidade técnica e científica e pelo elevado nível de investimento de capital que conectam entre si complexas redes mundiais de pesquisa, produção e consumo que se retroalimentam. (ALVES, GUIVANT, 2010, p. 04).

Porém, o modelo pautado no desenvolvimento exógeno começa a ser questionado a partir da década de 1980, uma vez que tais abordagens da subordinação do rural em relação ao urbano não davam conta de interpretar uma realidade cada vez mais complexa e multifacetada do mundo contemporâneo.

1.2 O DESENVOLVIMENTO RURAL NAS PERSPECTIVAS EXÓGENA E ENDÓGENA

O fenômeno da Revolução Verde, que ocorre a partir dos anos 1950, caracteriza-se então pela alta densidade técnica nos processos produtivos, através da utilização cada vez maior de insumos agrícolas, agrotóxicos e tecnologias produzidas nos países centrais do capitalismo e direcionadas para o restante do mundo.

Na ocasião, acreditava-se que essa prática agrícola seria inversamente proporcional, uma vez que aumentando a produção de alimentos, diminuiria/aplacaria a fome no mundo. Por vários anos, esse modelo (exógeno) de desenvolvimento rural manteve-se hegemônico, foi visto como verdadeiro e único e praticado mundo afora, inclusive no socialismo soviético, como salientado anteriormente.

Contudo, se por um lado a Revolução Verde proporcionou um aumento da produtividade, por outro não aplacou a fome no mundo, uma vez que a fome não é problema apenas de produtividade, e sim de conexão às redes de distribuição, aos interesses comerciais, às políticas públicas e à justiça social. Para o modelo de modernização do campo, implementado pela Revolução Verde, para os agricultores familiares classificados de tradicionais “caberia apenas um papel passivo no processo de desenvolvimento econômico (fornecedores de recursos para o setor moderno da

economia) e que, com o tempo, eles seriam suplantados pela expansão de agentes econômicos mais dinâmicos” (ALVES; GUIVANT, 2010, p. 4-5).

Contudo, as ideias de desenvolvimento rural não estão fixas nas cápsulas do tempo; ideias que surgem numa década, podem ganhar força na década seguinte e serem postas em prática apenas dez ou 15 anos após apresentadas pela primeira vez, como salientam Ellis e Biggs (2001).

Esses autores observam ainda que o desenvolvimento rural de 1950 a 2000 tomou a seguinte configuração: a) modernização dos anos 1960, b) a intervenção do Estado na década de 1970, c) a liberalização do mercado em 1980, d) e a participação e o fortalecimento a partir da década de 1990.

As abordagens que tratam do desenvolvimento rural têm formulado suas propostas acerca de dois grandes modelos de desenvolvimento: um deles, o exógeno, no qual o desenvolvimento rural é atribuído a fatores externos ao território; e outro, o endógeno, em que o desenvolvimento é baseado nas potencialidades locais, tendo nos atores, nas organizações, nas instituições papel central.

Para se contrapor e questionar a estandardização da Revolução Verde surge o aporte teórico do desenvolvimento endógeno, que “está ancorado no pressuposto de que os recursos específicos de um local (natural, humano e cultural) são a chave para viabilizar o desenvolvimento sustentável” (ALVES, 2008 p. 28). Para Kageyama, a abordagem do desenvolvimento endógeno “centra-se no desenvolvimento local, gerado por impulsos locais e baseado predominantemente em recursos locais, em que os atores e as instituições desempenham papel crucial” (2004, p. 383).

O principal objetivo e a intenção dos defensores do modelo endógeno são “melhorar as circunstâncias econômicas e sociais locais através da mobilização dos recursos internos disponíveis, garantindo aos atores parcelas maiores de decisão sobre os modelos técnicos e produtivos” (ALVES, 2008, p. 28). Contudo, adverte o autor, a obtenção desses objetivos nem sempre são atingidos. Para Mior:

[...] espaço local como o portador do bom e, portanto, do desejável, tanto em termos de conhecimento, como de experiências e motivações para a ação visando o desenvolvimento rural, levando à impressão da inexistência de conflitos de interesses e/ou de interesses contraditórios neste espaço. (2013, p. 41).

Entretanto, perante a lógica da Revolução Verde, o meio rural e urbano eram vistos de forma dicotômica, sendo o campo sinônimo de atraso, enquanto o urbano o

era de progresso. Nessa perspectiva, considera-se que nessa concepção de desenvolvimento rural (exógeno), o campo estaria numa relação de subordinação em relação às forças dinâmicas e produtivas do espaço urbano, por isso,

Existe uma visão comumente aceita de que o modelo de desenvolvimento rural construído a partir dos anos 50, com a adoção de pacotes tecnológicos pautou-se em uma ATER homogeneizadora, que muitos anos solapou a capacidade de organização dos agricultores retirando-os das arenas de decisões e colocando-os como receptores de tecnologias e políticas públicas. Este processo embora tenha efetivamente, aumentado a produtividade agrícola, trouxe como um dos desdobramentos sociais a redução da capacidade dos agricultores de organizarem e administrarem sua produção provocando a marginalização de suas iniciativas. (ALVES; GUIVANT, 2010, p. 2-3).

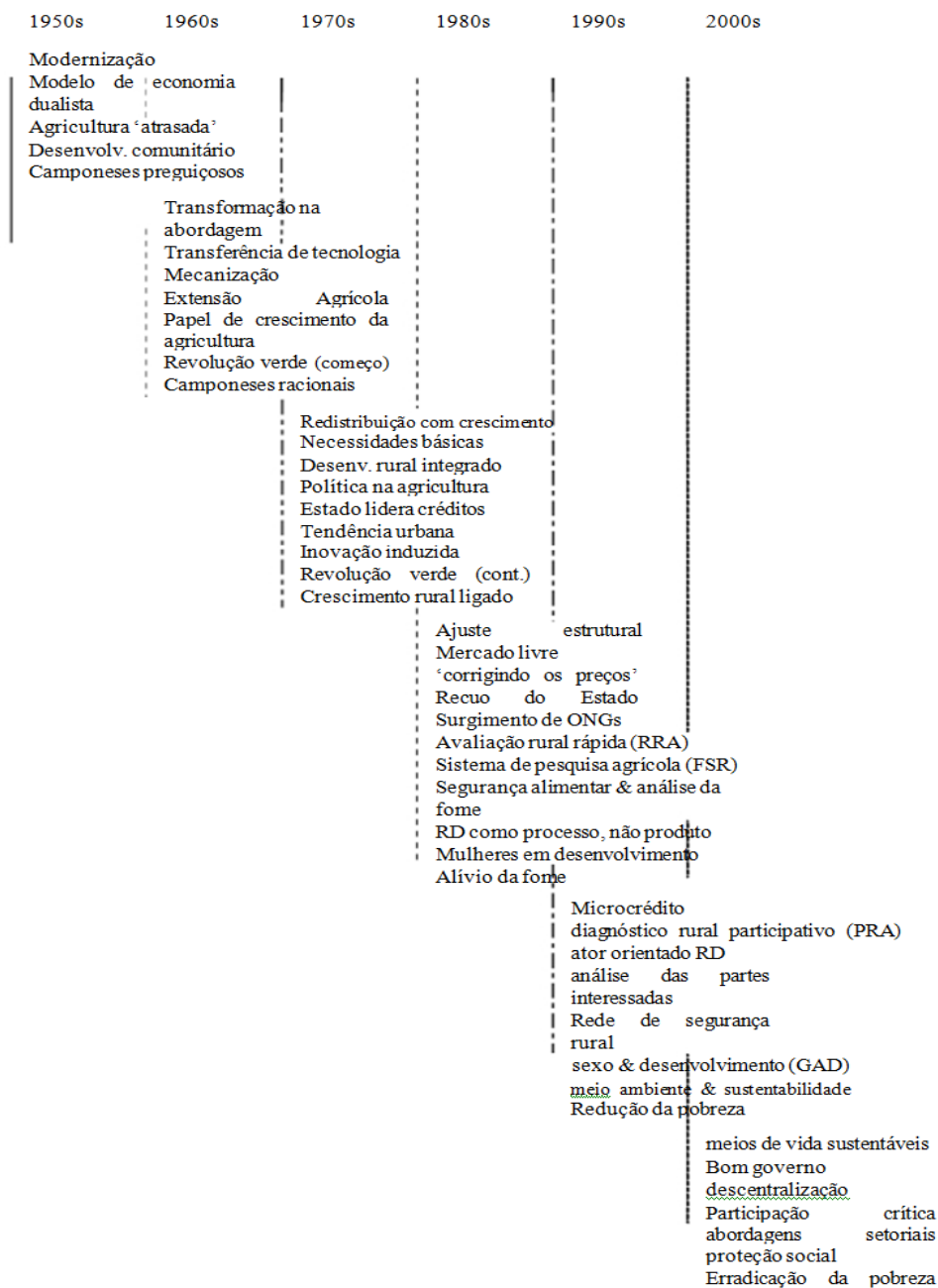
Contraopondo os efeitos negativos da modernização agrícola nas últimas décadas “[...] projetos de desenvolvimento rural sustentável têm sido implementados em diversos países onde o Brasil, devido à importância da sua agricultura e do forte movimento social no campo, tem um lugar de destaque” (ALVES, 2008, p. 24). Nessa perspectiva:

Estas propostas de desenvolvimento tendem a apoiar-se, no geral, em três princípios básicos: a) a valorização da vida em comunidade; b) a capacidade de protagonismo dos agricultores; c) a ideia de que, a partir das forças internas (solidariedade, identidade, espírito comunitário, valorização do saber-fazer local etc.) estas comunidades poderiam se contrapor à estandardização das técnicas agrícolas modernas. A estes princípios podemos agregar outros dois importantes aspectos: 1) o debate sobre as relações entre agricultura familiar e a questão ambiental e 2) a dicotomização do mundo em duas esferas distintas e contraditórias: o local e o global. (ALVES, 2008, p. 24).

Porém, o que se evidencia, no final do século XX, é que as abordagens de desenvolvimento rural centradas na dicotomia das forças externas ou internas não davam conta de compreender a realidade multifacetada do mundo rural, por isso, nas últimas décadas o desenvolvimento rural é visto “como uma combinação de forças internas e externas à região, em que os atores das regiões rurais estão envolvidos simultaneamente em um complexo de redes locais e redes externas que podem variar significativamente entre regiões” (KAGEYAMA, 2004, p. 383–384).

Ainda de acordo com Ellis e Biggs (2001), em meados da década de 1960, surge outra abordagem sobre o desenvolvimento rural, que passa a considerar a pequena propriedade não mais como sinônimo de atraso, e sim como motor do desenvolvimento.

Figura 1: Desenvolvimento rural dos anos de 1950 a 2000.



Fonte: ELLIS, Frank; BIGGS, Stephen. (2001) Evolving Themes in Rural Development 1950s-2000s Development Policy Review 19 (4), 437-448. Blackwell Publishing Ltd. Disponível em: <http://www.blackwell-synergy.com/toc/dpr/19/4> #. Acesso em: 2 jan. 2015.

Essas novas narrativas dos anos 1960, segundo ELLIS e BIGGS (2001, p. 441-442), irão focar na pequena propriedade agrícola como estratégia de desenvolvimento da agricultura, e as narrativas eram compostas de vários elementos integrados, dentre os quais: 1) os pequenos agricultores são agentes econômicos racionais em condições de tomar decisões agrícolas eficientes; 2) os pequenos agricultores, assim

como os grandes agricultores, são capazes de tirar vantagem de variedades de culturas de grande rentabilidade porque as combinações de entrada (sementes, fertilizantes, água) necessárias para o cultivo bem-sucedido são neutras para escala; 3) quanto menor a propriedade maior sua eficiência, ou seja, há uma “relação inversa” entre o tamanho da propriedade e a eficiência econômica, dessa forma, os pequenos agricultores são mais eficientes do que os grandes por causa da intensidade do uso de mão de obra, em combinação com pequenas propriedades e baixa necessidade do pouco capital disponível; 4) o aumento da produção agrícola das pequenas propriedades acarreta em “ligações de crescimento rural”, estimulando assim o crescimento do trabalho intensivo nas atividades não agrícolas em áreas rurais, e esse é maior do que para as grandes propriedades.

A figura 1, organizada por Ellis e Biggs (2001), possibilita-nos ter uma visão panorâmica das abordagens em torno do desenvolvimento rural dos anos de 1950 a 2000.

Essas novas narrativas dos anos 1960, segundo ELLIS e BIGGS (2001, p. 441-442) irão focar na pequena propriedade agrícola como estratégia de desenvolvimento da agricultura, e as narrativas eram compostas de vários elementos integrados, dentre os quais: 1) os pequenos agricultores são agentes econômicos racionais em condições de tomar decisões agrícolas eficientes; 2) os pequenos agricultores, assim como os grandes agricultores, são capazes de tirar vantagem de variedades de culturas de grande rentabilidade porque as combinações de entrada (sementes, fertilizantes, água) necessárias para o cultivo bem-sucedido são neutras para escala; 3) quanto menor a propriedade maior sua eficiência, ou seja, há uma “relação inversa” entre o tamanho da propriedade e a eficiência econômica, dessa forma, os pequenos agricultores são mais eficientes do que os grandes por causa da intensidade do uso de mão de obra, em combinação com pequenas propriedades e baixa necessidade do pouco capital disponível; 4) o aumento da produção agrícola das pequenas propriedades acarreta em “ligações de crescimento rural”, estimulando assim o crescimento do trabalho intensivo nas atividades não agrícolas em áreas rurais, e esse é maior do que para as grandes propriedades.

A figura abaixo, organizada por Ellis e Biggs (2001), possibilita-nos ter uma visão panorâmica das abordagens em torno do desenvolvimento rural dos anos de 1950 a 2000.

Embora não seja a intenção deste trabalho analisar mais a fundo tais abordagens, gostaríamos de mencionar que as mesmas se fizeram presentes na agricultura brasileira desde a década de 1950, de acordo com Clovis Tadeu Alves:

[...] o governo de Juscelino sempre foi considerado um introdutor da Revolução Verde no Brasil, muito mais pela sua insistência na produção nacional de fertilizantes, máquinas agrícolas e o início da extensão rural, que pelo aumento efetivo de produção de alimentos. (ALVES, 2013, p. 63).

O autor ainda menciona que “O plano de Metas fez acelerar a mecanização da agricultura brasileira, que de todo modo pode ser considerado o início da Revolução Verde no país” (ALVES, 2013, p. 64). A Revolução Verde no Brasil também foi utilizada para mascarar o grande problema da estrutura fundiária durante a ditadura militar (1964-1985), uma vez que nesse período:

[...] era preciso acalmar e trazer o ‘progresso’ para o interior do Brasil. As discussões em torno da agricultura no país eram sobre qual caminho deveria ser seguido. Duas possibilidades distintas predominavam: uma possibilidade era o aumento da produção agrícola por meio da reforma agrária, outra era a adoção de pacote tecnológico da Revolução Verde, sem falar na questão fundiária. A primeira opção foi praticamente derrubada junto com o governo de Jango, o governo militar, seguindo o alinhamento com os Estados Unidos, não iria mexer em demasia com questões que eram vistas como de cunho comunista na época. Então, o governo militar adotou a opção mais óbvia sem alterar a estrutura agrária, adotando, assim, as bases do modelo da Revolução Verde. (ALVES, 2013, p. 65-66).

As mudanças de abordagens, ocorridas nos anos 1980 e 1990, também terão consequências no Brasil, pois é nesse período que surgiram as Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária (CRESOL). A primeira cooperativa é inaugurada em 10 de janeiro de 1996, em Dois Vizinhos, no Paraná; em fevereiro são inauguradas mais quatro cooperativas, em Marmeleiro, Laranjeiras do Sul, Pinhão e Capanema, também no estado do Paraná.

Portanto, nas últimas décadas surge a necessidade de um novo enfoque sobre o desenvolvimento rural, com o intuito de compreender que existe uma confluência entre as redes longas/globais e as redes curtas/locais de desenvolvimento rural. Por isso, é importante levar em consideração as interconexões dessas redes, ou seja, a forma como se constrói a relação entre os agentes/atores locais e não locais de um determinado território, interconexões essas que passaremos a pontuar a seguir.

1.2.1 O desenvolvimento rural territorial visto pelas interconexões das redes

Com o avanço da modernização agrícola/Revolução Verde, houve um aumento da atuação das poderosas redes de longa distância com a produção de sementes geneticamente modificadas (biotecnologia/nanotecnologia), a produção de fertilizantes agrotóxicos, máquinas, entre outros. Nesse sentido, um poderoso processo global está em curso até os dias atuais com poderosas redes transnacionais de produção e, por conseguinte,

A agricultura, uma atividade sempre gerida pela tradição, passa agora a se integrar lentamente nos modelos de administração criados e aperfeiçoados pela indústria nos últimos 50 anos. A criação de quadros administradores rurais, escritórios especializados em gestão de propriedade etc., é um sinal de que as conquistas da Revolução Industrial começaram a atingir o campo. A penetração de todas essas inovações no campo, comumente chamada de modernização, não tem o mesmo significado em todos os lugares. Há diferenças sensíveis entre os países subdesenvolvidos e os desenvolvidos, embora em todo o mundo capitalista corresponda sempre a um processo cada vez mais intenso de subordinação do setor agrícola ao capital. As exigências sobre o agricultor para compra de insumos (máquinas, fertilizantes, sementes etc.) partem da própria indústria, que difunde seus produtos através de serviços de extensão rural e dos veículos de comunicação de massa. (DINIZ, 1985, p. 126-127).

No entanto, acreditamos que as abordagens apenas nas redes de desenvolvimento rural, verticais/longas/globais ou nas redes horizontais/curtas/locais, embora importantes não conseguem superar a complexa realidade rural contemporânea. Em vista disso, a superação da dicotomia de que o desenvolvimento rural só pode ser pautado nos elementos exógenos ou endógenos ou nas redes verticais ou horizontais necessita levar em consideração a análise de suas interconexões.

Por isso, compreendemos que o território não se determina apenas pelos elementos naturais, econômicos, sociais, políticos ou culturais, e sim por um conjunto de fatores e relações que se estabelecem sob e sobre ele, isto é, os “fenômenos globais são fragmentados e reinterpretados em nível local. Em outras palavras, os fenômenos globais seriam permanentemente mediados e reconfigurados pelos atores locais” (MIOR, 2003, p. 27).

Por conseguinte, se levarmos em consideração apenas o modelo exógeno ou redes longas/verticais/globais e não os elementos endógenos ou redes

curtas/horizontais/locais de desenvolvimento rural, corremos o risco de cair na dicotomia de considerar que apenas “os centros de decisão e de poder tenderam a permanecer afastados do local de aplicação e passaram a gerar complexas longas redes verticais de poder” (ALVES e GUIVANT, p. 4).

Nesse sentido, segundo Latour, “estas ‘redes de poder’ e ‘estas linhas de forças’ de fato se estendem em escala global” (1994, p. 120), contudo, elas não são únicas, uma vez que a confluência entre redes, curtas/horizontais/locais e longas/verticais/globais, para cuja análise necessitamos levar em consideração a relação que se estabelece entre os elementos endógenos e exógenos. Há uma necessidade de integrá-los, de modo que, concordamos com Alves e Guivant quando afirmam:

Cada um isoladamente é incapaz de explicar os processos de desenvolvimento rural. A perspectiva exógena, associada a uma macrossociologia, é incapaz de explicar os modelos de processos microssociais. Por sua vez a perspectiva endógena é incapaz de explicar os modelos macrossociais. Uma síntese entre ambas possibilitaria obter uma perspectiva teórica que capte a complexidade da realidade social. (ALVES; GUIVANT, 2010, p. 96).

Caso adotemos uma perspectiva exógena, as relações microssociais se tornarão invisíveis, da mesma forma, que a perspectiva endógena as relações macrossociais não serão consideradas. Ou ainda, se considerarmos apenas as redes curtas, como as únicas capazes de promover o desenvolvimento rural, estaremos afirmando que as comunidades locais de um determinado território exercem um papel proativo e de total resistência na relação local *versus* global, por conseguinte, se considerarmos apenas as redes longas como única possibilidade de desenvolvimento rural, corremos o risco de cair no determinismo econômico.

No mesmo sentido, para Amorim e Staduto as “redes representam uma forma nova de organização geográfica das sociedades com o desenvolvimento de técnicas e do mercado” (2008, p. 20). Assim, será possível tornar as redes um processo de integração com potencial para agregar valor aos espaços rurais com a atuação de seus atores.

Em face disso, entendemos que há grande importância social ao integrar as redes de conexão para contribuir com o desenvolvimento rural em seus diferentes espaços. Para Manuel Castells (2000, p. 497) “as redes constituem a nova morfologia social de nossas sociedades, e a difusão da lógica de redes modifica de forma

substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura”. E, ainda, para o autor, as redes permitem “expandir de forma ilimitada, integrando novos nós, desde que consigam comunicar-se dentro da rede” (2000, p. 498).

Destarte, mesmo que as redes de poder globalmente constituídas exerçam grande influência em um determinado território, pode existir resistência por parte dos atores locais, ao não adotarem as técnicas produzidas de forma padronizada nas redes globais, ou também podem existir atores que se conectam a essas redes, desse modo:

[...] os processos de mudança rural não devem ser vistos como determinados unicamente pelas forças presentes na globalização do sistema alimentar, e seu estudo deve incluir os processos de reestruturação rural que envolve as dinâmicas sociais e econômicas regionais. Enquanto os processos globais seriam vistos como eminentemente verticais e setoriais, os processos de reestruturação rural estariam inseridos nas dinâmicas econômicas agrícolas e não agrícolas dos territórios locais e regionais. (MIOR, 2003, p. 55).

Por isso, ainda segundo Mior (2003), para compreender melhor as diversas estratégias de desenvolvimento rural teríamos que levar em consideração dois conjuntos principais de redes, que se interconectam no espaço rural, as redes verticais e horizontais de desenvolvimento rural:

O termo vertical refere-se à forma como a agricultura é incorporada em processos mais amplos de produção, transformação, distribuição e consumo de alimentos e matérias primas, dentro de uma abordagem setorial do desenvolvimento. Já o termo redes horizontais de desenvolvimento rural refere-se à incorporação da agricultura e dos territórios rurais em atividades que os atravessam e estão imersas nas economias locais e regionais, inclusive urbanas. (MIOR, 2003, p. 56).

Em vista disso, pensar o território é pensar de forma articulada e mediada entre a “[...] diversidade e a heterogeneidade da sociedade local com o ambiente externo [...]”. O território não seria, portanto, autônomo e tampouco inteiramente dependente do exterior, mas o resultado concreto do processo de articulação e mediação” (SCHNEIDER, 2004, p. 114).

Nesse sentido, embora exista no local a valorização do espaço, onde os sujeitos são vistos como produtores de múltiplos processos, imbricados em diversas relações de poderes locais, eles devem, ao mesmo tempo, serem vistos de forma

articulada com as redes de poderes globais, porém, o local não deve ser apenas um mero depósito passivo das articulações provenientes da globalização, pois:

Qualquer política econômica, social e cultural, que objetiva ser eficaz deve ocupar-se do território, visto não somente como produto do agir humano, mas também e sobretudo como meio e matriz de um futuro, visando à proteção do conjunto de condições necessárias à vida. Isso equivale a dizer que, para produzir cultura e desenvolvimento econômico, precisamos agir considerando a territorialidade. (DEMATTEIS, 2008, p. 34).

Dessa forma, devemos perceber que o território, ao mesmo tempo em que recebe influências dos processos macro, produzido em nível global, não é necessariamente passivo a suas influências. Ele também pode ser capaz de agir interpretando, através da sua realidade social, política, econômica e cultural, os desafios impostos pelo global e, assim, ressignificar seus papéis, seus processos, seus mecanismos de integração, sua organização social etc.

Sendo assim, o território deve ser visto como uma relação dialética entre o local e o global, entre as redes de poder produzidas a longa distância e as produzidas a nível local, pois ao mesmo tempo em que há a assimilação do território pelos elementos externos, ele também é capaz de produzir ações que visam efetivação de estratégias. Nesse sentido, a concepção de passividade universal é contestada por Dematteis:

Na construção das formas passivas da territorialidade, de fato, aos sujeitos (locais) são transferidos comportamentos pré-definidos pelas estruturas de controle, de acordo com expectativas externas, sem se prever que possam agir de maneira própria, com ações autônomas. Já na territorialidade ativa os sujeitos locais efetivam papéis e ações configurando, desse modo, estratégias de resposta/resistência com relação às imposições de controle, contribuindo para realizar mudanças e inovações. (DEMATTEIS, 2008, p.35).

Por conseguinte, o desenvolvimento local não ocorre desconectado das redes de desenvolvimento global, e sim “ocorre quando a supermobilidade em nível global interage e combina com a fixidez do nível local” (DEMATTEIS, 2008, p. 40). Em vista disso, para Saquet e Sposito:

As dinâmicas territoriais dependem da infraestrutura e das estratégias espaciais organizadas segundo as possibilidades de localização industrial e de serviços, reforçando as diferentes possibilidades de desenvolvimento local embasando na combinação da capacidade de articulação interna das forças locais, da sua capacidade de recebimento e de utilização dos impactos externos e das combinações possíveis entre os padrões de localização das

atividades em áreas e eixos considerando-se, logicamente, os vários aspectos da continuidade e da descontinuidade territorial. (SAQUET; SPOSITO, 2008, p. 24 – 25).

Vale dizer ainda que, segundo Dematteis (2008), em uma territorialidade é possível distinguir duas categorias: passiva e negativa, ativa e positiva, sendo que na territorialidade passiva e negativa as “estratégias de controle é com o sistema normativo associado, objetiva excluir sujeitos e recursos” (p. 35), já uma “territorialidade ativa e ‘positiva’ [...] deriva das ações coletivas territorializadas e territorializantes dos sujeitos locais e objetiva a construção de estratégias de inclusão” (p. 35). Em vista disso, o:

[...] território, [...] significa conexão, articulação, resultado e condição da dinâmica sócio espacial. E o desenvolvimento é marcado pela especialização produtiva local e, ao mesmo tempo, pela agregação territorial, por mudanças/ inovações e por permanências sociais e territoriais. (SAQUET; SPOSITO, 2008, p. 26).

Nesse caso, o território é visto como uma área com estratégia para controlar diversos recursos, ou seja, existem múltiplas relações de poder que estão diretamente ligadas às características próprias. Já a territorialidade, caracteriza-se pelo controle sobre uma determinada área ou espaço, sendo estratégia para influenciar/controlar recursos, fenômenos, relações e pessoas e está intrinsecamente ligada a forma como as pessoas utilizam a terra, organizam o espaço e atribuem significado ao lugar (SAQUET; SPOSITO, 2008). Portanto, “A Territorialidade é uma expressão do poder social, conformando o território. Este é entendido como uma área controlada e delimitada para alguma autoridade, resultado de estratégias de influência social” (SAQUET; SPOSITO, 2008, p. 17). De acordo com Saquet:

[...] a análise do espaço rural, deve ser olhada não como um espaço de homogeneidade, mas uma heterogeneidade de tempos e territórios em cada unidade espacial de análise, seja no lugar, no país etc. O novo não chega a todos os lugares no mesmo momento temporal, nem se objetiva necessariamente ao mesmo tempo com o mesmo ritmo e com a mesma intensidade em diferentes atividades e lugares. Os tempos concretizam-se em lugares distintos e simultaneamente, com ritmos lentos e mais rápidos. (2002, p. 14).

Em decorrência do exposto, acreditamos ser relevante considerar que um território não pode ser visto apenas sob a ótica do local, ou sob a ótica do global, e

sim por meio de constantes processos de conexão com os elementos globais e locais. Ainda em consonância com Saquet e Sposito:

Substantiva-se uma perspectiva de desenvolvimento na qual se tenta conciliar a produção de mercadorias com a recuperação e a preservação do ambiente, valorizando-se o lugar, porém não de maneira desarticulada de processos mais gerais e amplos efetivando em escalas como a nacional e ou internacional. Para tanto, a organização política e o envolvimento dos sujeitos, a formação/educação, o planejamento e gestão, as redes de cooperação, a valorização das identidades, entre outros processos, são fundamentais na redefinição da produção e de outros aspectos da vida cotidiana, numa concepção de desenvolvimento que envolve necessariamente o rearranjo das relações de poder. (2008, p.15).

Destarte, o território não pode ser visto distante de múltiplas redes de poder interconectadas, sendo elas longas ou curtas, o território nesse caso “é objetivado por relações sociais concretas e abstratas, relações de poder e dominação, o que implica a cristalização de uma territorialidade ou de territorialidades no espaço, a partir das diferentes atividades cotidianas” (SAQUET; SPOSITO, 2008, p. 18). Por isso, é importante proteger e reproduzir a diversidade em um determinado território, pois, para Dematteis, os motivos para proteger e reproduzir a diversidade territorial são:

(i) o fato de que ela alimenta o sistema econômico global que, por sua vez, utiliza as potencialidades específicas locais como vantagens competitivas; (II) a escala local reproduz saberes contextuais ambientais que permanecem úteis no que se referem às normas produtivas locais; (iii) tende-se a maximizar ou os recursos naturais, humanos e as capacidades produtivas globais, diminuindo, ao mesmo tempo, as desigualdades; (iv) o fato de acentuar o nível de fechamento dos recursos locais, reduzindo as marcas/efeitos ecológicos; (v) responde a uma demanda de usos e consumos diversificados (como demonstra o sucesso das produções típicas locais). (2008, p. 43).

Portanto, nessa difusão encontram-se as redes de desenvolvimento horizontais/curtas/locais e verticais/longas/globais, que em conexões cristalizam a territorialidade com a abrangência que perpassa suas economias, permitindo desenvolver suas formas de produção e apropriação do espaço. Embora a tecnologia da informação proporcione a difusão das redes em processos globais, elas se materializam no território, conforme o estabelecimento de suas relações nos diferentes sistemas de produção. Nesse sentido, é imprescindível entender que as redes permitem desmistificar as limitações políticas territoriais estabelecidas. Vão além do limite territorial estabelecido e, assim, assumem fundamental importância, constituindo-se em coadjuvantes dos processos de maximização das relações sociais.

Por isso, é de grande valia que consigamos compreender a relação existente entre território e desenvolvimento rural, noção esta que será abordado a seguir.

1.3 UMA ABORDAGEM TERRITORIAL DO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

Em nossa pesquisa consideramos essencial uma reflexão sobre alguns pressupostos teóricos que abordam os estudos sobre território e tentaremos relacionar esse conceito com o desenvolvimento rural sustentável¹. Sendo assim, consideramos importante enfatizar que nossa análise sobre território será realizada numa perspectiva crítica, na qual os autores em que iremos nos embasar serão: Raffestin (1993), Saquet (2004), Saquet; Sposito (2008), Heidrich (2010), Dematteis (2008), Schneider (2004), Cleps (2010), Ianni (1992), Alves et al. (2004) Sposito (2004) e Candiotta (2004).

De início, gostaríamos de argumentar que não iremos abordar de forma específica os conceitos de espaço e região, faremos apenas uma análise das contribuições sobre o conceito de território dos autores acima mencionados, ou seja, retomaremos alguns aspectos da teoria e não todo o arcabouço teórico da contribuição de cada autor.

Diante das inúmeras concepções sobre território, gostaríamos de lembrar que não entendemos o território segundo a concepção naturalista, na qual “[...] o território aparece com imperativo funcional como elemento da natureza inerente a um povo ou uma nação e pelo qual se deve lutar para proteger ou conquistar” (SPOSTIO, 2004, p. 17).

De acordo com Raffestin, espaço e território não são termos análogos, para o autor, devido ao fato dos geógrafos terem usado os termos sem critério, criaram grandes confusões em suas abordagens e justamente por isso, se “privavam de distinções úteis e necessárias” (1993, p. 143). É importante compreender, segundo o autor, que o espaço é anterior ao território, desse modo, o território se forma a partir

¹ De acordo com Leff “O desenvolvimento sustentável exige novos conhecimentos interdisciplinares e o planejamento intersetorial do desenvolvimento; mas é sobretudo um convite à ação dos cidadãos para participar na produção de suas condições de existência e em seus projetos de vida. O desenvolvimento sustentável é um projeto social e político que aponta para o ordenamento ecológico e a descentralização territorial da produção, assim como para a diversificação dos tipos de desenvolvimento e dos modos de vida das populações que habitam o planeta. Nesse, sentido, oferece novos princípios aos processos e democratização da sociedade que induzem à participação direta das comunidades na apropriação e transformação de seus recursos ambientais” (2012, p. 57).

do espaço, sendo resultado de uma ação conduzida por um ator que realiza um programa em qualquer nível. A partir do momento em que um ator se apropria de um determinado espaço, podendo ser concreta ou abstratamente (representação) o mesmo territorializa o espaço (RAFFESTIN, 1993).

Para Raffestin, (1993) o território é um “espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a ‘prisão original’, o território é a prisão que os homens constroem para si” (RAFFESTIN, 1993, 144). Já para Dematteis, a territorialidade não é a consequência da conduta humano sobre o território, mas o processo de constituição de tais comportamentos, o “conjunto das práticas e dos conhecimentos dos homens em relação à realidade material, a soma das relações estabelecidas por um sujeito com o território [...] e com os outros sujeitos” (2008, p. 34), ou seja,

O espaço é portanto anterior, preexistente a qualquer ação. O espaço é, de certa forma, ‘dado’ como se fosse uma matéria-prima. Preexiste a qualquer ação. ‘Local’ de possibilidades, é a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática dos quais será o objeto a partir do momento em que um ator manifeste a intenção de dele se apoderar. Evidentemente, o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço. (RAFFESTIN, 1993,144).

Porém, para Saquet (2004), apesar de Raffestin ter uma postura múltipla diante do território e da territorialidade com as dimensões econômicas, políticas e culturais, o mesmo não articula coerentemente, em sua obra, tais dimensões. Outra limitação para Saquet (2004), na abordagem de Raffestin, diz respeito à sua compreensão do conceito de espaço geográfico, entendido “como substrato, como palco, pré-existente ao território” (126). Nesse sentido:

Tem um conceito conservador, enquanto natureza-superfície, recursos naturais. Porém, o espaço geográfico não é apenas palco, receptor de ações, substrato. Tem um valor de uso e um valor de troca, é força produtiva e é elemento constituinte do território, pois estes são indissociáveis. No entanto, as contribuições de Claude Raffestin aos estudos geográficos do território são inegáveis. (SAQUET, 2004, p. 126).

Nessa perspectiva, segundo Saquet, o processo de apropriação do espaço geográfico é resultado da articulação das dimensões econômica, política e cultural, o mesmo ocorrendo com o território, resultado da “apropriação e domínio de um espaço,

inscrevendo-se num campo de força, de relações de poder econômico político e cultural” (SAQUET, 2004, p. 123).

Não obstante, para o autor, não “podemos negligenciar as desigualdades, intimamente ligadas à *reprodução* da dominação da classe hegemônica e aos territórios efetivados pelos agentes econômicos através de suas relações sociais no mercado a partir do (ou no) processo produtivo” (SAQUET, 2004, p. 127). Portanto, discorrer sobre “[...] território é fazer uma referência implícita à noção de limite que, mesmo não sendo traçado, como em geral ocorre, exprime a relação que um grupo mantém com uma porção do espaço” (RAFFESTIN, 1993, p. 153). Isso quer dizer que os territórios:

[...] são produzidos espaço-temporalmente pelo exercício do poder por determinado grupo ou classe social. Dessa forma, podem ser temporários ou mais permanentes e se efetivarem em diferentes escalas, portanto, não apenas naquela convencionalmente conhecida como o ‘território nacional’ sob gestão do Estado-Nação, instituída ainda no século XIX na Alemanha, por Friedrich Ratzel. (SAQUET, 2004, p. 123).

Sendo assim, há uma relação dialética entre os atores sociais (sendo eles individuais ou coletivos) e território, por isso, o “[...] território tem a ver com a ação de um ator social, que pode ser uma instituição, um indivíduo ou uma coletividade” (HEIDRICH, 2010, p. 27). E nessa relação dialética entre atores sociais e territórios, é inerente que existam relações de poder decorrente das interações sociais.

Não existe território sem relações de poder e com essas relações “[...] produz-se uma territorialidade, fruto das relações diárias, momentâneas, que os homens mantêm entre si e com sua natureza exterior, não só no âmbito da economia, mas também das ações políticas e culturais” (ALVES et al., 2004, p. 156). Em vista disso, as dimensões econômicas, políticas e culturais estão relacionadas:

[...] as três dimensões, são e estão relacionadas e, por isso, condicionam-se, são indissociáveis e o reconhecimento desta articulação se faz necessário para tentarmos superar os limites impostos por cada abordagem feita isoladamente, o que remete à dicotomização na abordagem geográfica. (SAQUET, 2004 p. 127).

De acordo com Schneider (2004), em relação ao poder e sua articulação nos espaços “está intrinsecamente relacionada ao seu caráter transcendente, o que faz do território uma arena de disputas e visões de mundo, interesses de atores e alianças políticas visando o exercício do poder através da dominação” (SCHNEIDER, 2004, p.

109-110). Sendo assim, o território diz respeito “tanto as relações de poder sobre o espaço que possuem as instituições, quanto as que possuem os indivíduos” (HEIDRICH, 2010, p. 27). Por conseguinte:

[...] a abordagem territorial pode ser vista como um campo de reflexões que se refere (a) à territorialidade das instituições e das sociedades que envolvem o poder político; (b) à territorialidade dos indivíduos, grupos e comunidades, que envolvem o poder social; (c) às questões territoriais em que se intersectam, se entrelaçam e se conflitam instituições e indivíduos, que envolvem o entrelaçamento de poderes políticos e sociais. (HEIDRICH, p. 27-28).

Para Raffestin (1993), todo modelo, imagem ou construção de uma determinada realidade é uma ferramenta de poder, inclusive muitas vezes fazemos da imagem um objeto em si e com o tempo adquirimos o hábito de operar mais sobre essas imagens (que denomino de representações dos objetos), do que sobre os objetos em si. Por isso, o poder “[...] não é nem uma categoria espacial nem uma categoria temporal, mas está presente em toda “produção” que se apoia no espaço e no tempo. O poder não é fácil de ser representado, mas é, contudo, decifrável” (RAFFESTIN, 1993, p. 6). E ainda:

A partir de uma representação, os atores vão proceder à repartição das superfícies, à implantação de nós e a construção de redes. É o que se poderia chamar de ‘essencial visível’ das práticas espaciais, ainda que malhas, nós e redes não sejam sempre diretamente observáveis, pois podem pura e simplesmente estar ligados a decisões. (RAFFESTIN, 1993, p. 150).

Percebemos, portanto, que falar em território é falar das relações de poder em várias dimensões sobre as ações que indivíduos, grupos e organizações exercem sobre um determinado espaço geográfico. De modo que essas relações de poder não são apenas de ordem econômica, política e cultural, e sim devem ser vistas a partir da conexão dessas três dimensões, além do mais, as imbricadas relações de poder não são tão facilmente observáveis, mas com um olhar atento podem ser perceptíveis.

Após realizarmos uma análise em torno das interconexões das redes longas e curtas de desenvolvimento rural e sua relação com o território, julgamos importante no próximo tópico abordar as contribuições da TAR, uma vez que essa tenta reconstruir uma relação simétrica entre os elementos sociais e naturais, compreensão necessária para abordarmos as redes de desenvolvimento territorial.

1.3.1 A contribuição da Teoria Ator-Rede para o desenvolvimento rural sustentável

No tópico anterior, salientamos a importância de perceber o território e seu desenvolvimento numa interconexão dos elementos locais e globais, podendo esses serem humanos e não humanos, pois acreditamos que é dessa maneira que se constitui o território. Uma vez que nosso objeto de pesquisa será abordado pela perspectiva da TAR, é fundamental tecer algumas considerações sobre essa teoria.

A TAR, conhecida também como sociologia da tradução, foi desenvolvida pelo sociólogo Bruno Latour e pelo engenheiro Michel Callon no último quarto do século XX, mais precisamente na década de 1980. Essa perspectiva teórica é uma ruptura com as teorias anteriores, de modo que ela rompe com a visão dicotômica de sociedade e natureza, global e local e humanos e técnicos. Para tanto, ela insiste na noção de rede de atores, que não se restringe a um único ator, mas sim é composta da interconexão de elementos heterogêneos, podendo esses elementos serem humanos e não humanos, de acordo com Law (1996), a TAR é um:

[...] um corpo de escritos teóricos e empíricos que trata das relações sociais, incluindo poder e organização, como efeitos de redes. A teoria é distintiva porque ela insiste que as redes são materialmente heterogêneas e argumenta que não existiria sociedade e nem organização se essas fossem simplesmente sociais. Agentes, textos, dispositivos, arquiteturas são todos gerados nas redes do social, são partes delas, e são essenciais a elas. E, num primeiro momento, tudo deveria ser analisado nos mesmos termos. Segundo esta visão, a tarefa da sociologia é caracterizar as formas pelas quais os materiais se juntam para se gerarem e para reproduzirem os padrões institucionais e organizacionais nas redes do social. (LAW, 1996, p. 01).

É importante destacar que os teóricos da TAR propuseram para o estudo da sociologia o princípio da simetria generalizada, na qual suprimiram a dicotomia moderna sociedade *versus* natureza dos cientistas modernos em que as “[...] explicações e interpretações indicadas [...] são a realidade marcadas por uma assimetria distinta” (CALLON, 1986). De acordo com Latour, o princípio da simetria é proposto para compreender a natureza e a sociedade ao mesmo tempo (1994), e ainda, a “natureza e a sociedade não são dois polos distintos, mas antes uma mesma produção de sociedades-naturezas, de coletivos” (LATOUR, 1994, p. 137-138). De acordo com Alves, “ao proporem o princípio de simetria generalizada, os teóricos da

TAR vão mais longe. Isto implicava abolir as diversas separações da modernidade, particularmente entre sociedade e natureza” (2008, p. 60).

Por isso, a TAR insiste que a explicação dualista, em que de um lado temos o polo da natureza e do outro o polo da sociedade, deve ser rompida, pois ao mesmo tempo em que há um trabalho de purificação nas extremidades dos polos pelos modernos, há a proliferação dos híbridos/quase-objetos na parte intermediária. Nesse sentido, o “antropólogo deve estar situado no ponto médio, de onde pode acompanhar, ao mesmo tempo, a atribuição de propriedades não humanas e de propriedades humanas” (LATOURET, 1994, p. 95). Em vista disso, a TAR “explica com os mesmos termos as verdades e os erros – e o primeiro princípio de simetria; estuda ao mesmo tempo a produção dos humanos e dos não-humanos – é o princípio de simetria generalizada” (LATOURET, 1994, p. 101-102).

Nessa perspectiva, o núcleo da TAR reside na metáfora da rede heterogênea, ou seja, essa teoria sugere que a sociedade, agentes, máquinas, organizações, são todos resultados causados em rede de certos padrões de diferentes matérias, sendo eles humanos e não humanos (LAW, 1996). Sendo assim, a TAR “[...] não celebra da ideia de que haja uma diferença em espécie entre pessoas de um lado e objetos de outro. Ela nega que pessoas sejam necessariamente especiais” (LAW, 1996, p. 4).

Para a TAR, o conhecimento também não é algo construído por meio da operação de um método científico privilegiado, mas o conhecimento é um produto social, ou seja, um produto ou resultado de uma rede de materiais heterogêneos (LAW, 1996). Ainda de acordo com Law (1996), o conhecimento é o produto final depois de um longo trabalho, no qual elementos heterogêneos (tubo de ensaio, reagentes, computador, microscópios, cientistas, artigos etc.) são justapostos em uma rede e superam resistência. Portanto, para a TAR, o conhecimento é “[...] um processo de ‘engenharia heterogênea’ no qual elemento do social, do técnico, do conceitual, e do textual são justapostos e então convertidos (ou ‘traduzidos’) para um conjunto de produtos científicos, igualmente heterogêneos” (LAW, 1996, p. 3).

Embora possa parecer estranho para os modernos, que fazem um trabalho incansável de purificação da sociedade por um lado e da natureza por outro, para a TAR, a ciência não é muito especial, isso vale dizer que, o que é verdadeiro para a ciência é também verdadeiro para outras instituições, como a família, as organizações, a economia, ou seja, toda vida social pode ser descrita de forma similar. A TAR compreende que o social é composto por redes de materiais heterogêneos

cujas resistências foram superadas, de modo que o “social não é *nada mais do que redes de certos padrões de materiais heterogêneos*” (LAW, 1996, p. 3, grifo do autor).

Por isso:

Este é um argumento radical porque ele diz que essas redes são compostas não apenas por pessoas, mas também por máquinas, animais, textos, dinheiro, arquiteturas – enfim quaisquer materiais. Portanto o argumento é que o que compõe o social não é simplesmente humano. O social é composto por todos esses materiais também. Na verdade, o argumento é que nós não teríamos uma sociedade, de modo algum, se não fosse pela heterogeneidade das redes do social. Portanto, nesta visão, a tarefa da sociologia é caracterizar estas redes em sua heterogeneidade, e explorar como é que elas são ordenadas segundo padrões para gerar efeitos tais como organizações, desigualdades e poder. (LAW, 1996, p. 3).

De acordo com Latour (1994), através do princípio da simetria generalizada, a TAR “explica com os mesmos termos as verdades e os erros [...] estuda ao mesmo tempo a produção dos humanos e dos não-humanos” (p. 101-102). Por isso, segundo o autor, o princípio de simetria generalizada ocupa uma posição “[...] intermediária entre os terrenos tradicionais e os novos” (p. 102). Segundo Alves (2008, p. 60), a TAR sugere não diferenciar essencialmente “entre verdade-erro, ciência-não ciência e questionam a superioridade da modernidade frente aos pré-modernos e aos ditos primitivos”. Isso vale dizer que a ciência ou o conhecimento são vistos como resultado de uma rede de materiais heterogêneos como salientamos anteriormente. E “se esses materiais desaparecessem também desapareceria o que às vezes chamamos de ordem social. A teoria ator-rede diz, então, que ordem é um *efeito gerado por meios heterogêneos*” (LAW, 1996, p. 3, grifo do autor).

Por isso, a TAR não apenas não pode como não deve ser reducionista, para Law (1996), o reducionismo diz que em última instância as relações entre as máquinas ou as relações humanas são determinantes, ou seja, uma relação determina a outra, uma vez que, tratamos o ordenamento material ou social levando em consideração apenas as determinações humanas ou das máquinas, separando assim, o humano do técnico, reducionismo esse que a TAR rejeita:

Ela diz que não há razão para assumir, *a priori*, que objetos ou pessoas determinem o caráter da mudança ou da estabilidade social, em geral. Na verdade, em casos particulares, relações sociais podem moldar máquinas, ou relações entre máquinas moldar seus correspondentes sociais. Mas isso é uma questão empírica, e usualmente as questões são mais complexas. Portanto, para usar uma frase de Langdon Winner (1980), os artefatos podem ter política sim. Mas o caráter dessas políticas, quão determinada elas são, e

antes de tudo, se é possível separar pessoas e máquinas – essas são todas questões contingenciais. (LAW, 1996, p. 04).

Segundo Law (1996), a TAR afirma que os agentes sociais não estão localizados somente em corpos, contudo, um ator é “uma rede de certos padrões de relações heterogêneas, ou um efeito produzido por uma tal rede”, por conseguinte, todos os atributos, como escrever, agir, ganhar dinheiro, pensar, que muitas vezes atribuímos aos humanos, são causados em redes que perpassam pelo meio do corpo e se ramificam tanto para dentro, quanto para além dele. Por isso, “[...] o termo ator-rede – um ator é também, e sempre, uma rede” (LAW, 1996). Em vista disso, a TAR não acredita “[...] nem na distinção radical dos humanos e dos *não-humanos* em nossa sociedade, nem na superposição total do saber e das sociedades nas outras” (LATOURETTE, 1994, p. 100).

Ao longo deste capítulo, realizamos uma análise teórica dos elementos exógenos e endógenos e as relações que contribuem para o desenvolvimento rural, também realizamos um esforço na tentativa de refletir sobre as interconexões das redes curtas e longas de desenvolvimento rural e, por fim, abordamos as contribuições da TAR para a sociologia contemporânea.

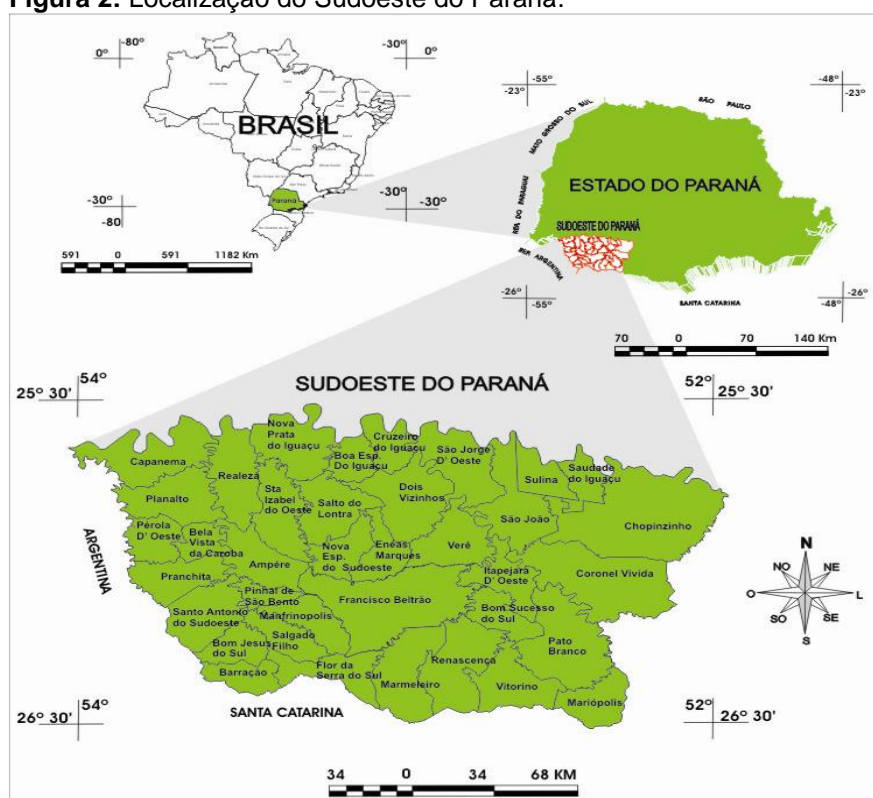
Dessa forma, esperamos, com esse referencial teórico-metodológico, possibilitar uma nova abordagem para o processo produtivo do leite na região, uma vez que inúmeros estudos privilegiaram as forças macroestruturais da tradição teórica da globalização e outros deram ênfase à perspectiva da localização, exagerando na resistência de organização da agricultura familiar local, sucumbindo praticamente ao utopismo.

Portanto, ao analisar o processo produtivo do leite e seu desenvolvimento no Sudoeste do Paraná, acreditamos ser indispensável levar em consideração as forças globais e locais, as redes longas e curtas, bem como todos os atores (humanos e não humanos envolvidos nesse processo).

2. A OCUPAÇÃO HISTÓRICO-GEOGRÁFICA E AS REDES DE DESENVOLVIMENTO NA CONSOLIDAÇÃO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA NO SUDOESTE PARANAENSE

O objetivo deste capítulo é compreender que a estrutura fundiária e a organização produtiva do Sudoeste do Paraná são resultado do processo histórico geográfico de ocupação da região. Por isso, acreditamos ser importante realizarmos uma reflexão em torno do processo de ocupação extensiva desde o final do século XIX até final do século XX, pois será com os primeiros habitantes da região que se desenvolverão as primeiras redes de comercialização. A seguir, faremos uma análise sobre a ocupação intensiva, promovida pelo governo federal, a partir de 1943, como forma estratégica de ocupar a região. Por último, traremos uma breve reflexão acerca da consolidação da estrutura fundiária no Sudoeste do Paraná, resultante dos elementos elencados anteriormente.

Figura 2: Localização do Sudoeste do Paraná.



Fonte: MONDARDO, Marcos Leandro. Os caboclos no Sudoeste do Paraná: de uma “sociedade autárquica” a um grupo social excluído – Revista Eletrônica História em Reflexão. v. 2, n. 3. História Cultural, 2008, p. 02.

Ao tentarmos fazer uma análise dos primeiros habitantes da região Sudoeste paranaense, enfrentamos algumas dificuldades, de modo que a “documentação escrita reduz-se a alguns poucos relatórios de viagem e anotações dos comandantes das colônias militares fundadas na região durante o século XIX” (ABRAMOVAY, 1981, p. 19). No que se referem aos povos indígenas, tais fontes documentais são mais escassas ainda. Sendo assim, não temos condições de problematizar de forma satisfatória a presença desses povos na região, porém faremos algumas considerações, de forma relativizada, a respeito de sua presença.

Apesar de reconhecermos que os estudos acerca da presença e das atividades econômicas dos caboclos na região carecem de mais análise, as produções as quais tivemos acesso facilitaram uma melhor compreensão destes últimos em detrimento dos primeiros. Dessa forma, embora, problematizemos em alguns momentos os povos indígenas nossa atenção maior será em torno dos caboclos² e suas redes de mercantilização até meados do século XX.

2.1 OS PRIMEIROS HABITANTES DA REGIÃO SUDOESTE PARANAENSE: INDÍGENAS E CABOCLOS

É notório que o Sudoeste paranaense é uma das mais novas, ou a mais nova, regiões agrícolas do estado do Paraná. Sua característica principal é a estrutura fundiária pautada na pequena propriedade rural, resultado de seu processo de ocupação histórico e geográfico. Também se caracteriza “por ser uma região ‘colonial’, isto é, povoada por agricultores gaúchos e catarinenses, descendentes de imigrantes italianos e alemães, que se dedicam à policultura em pequenas propriedades rurais” (CORRÊA, 2014, p. 237). Essa característica, entretanto, é muito recente.

Segundo Gomes, o processo de ocupação do Sudoeste do Paraná ocorreu em duas fases, uma anterior a 1940 e outra posterior a criação da Colônia Agrícola Nacional General Ozório (CANGO)³. A primeira fase, denominada pela autora de ocupação extensiva, configurava-se por uma “economia cabocla”, voltada

² De acordo com Maestri o “nativo semi-aculturado foi denominado de caboclo, termo derivado do vocabulário tupi-guarani *kanriuoka*. Com o passar dos anos, o termo caboclo passou a designar todo e qualquer indivíduo nacional dedicado à economia agrícola de subsistência. Portanto, de denominação étnico produtiva, a designação passou a descrever essencialmente a realidade sócio produtiva, mesmo se mantendo subjacente ao termo a compreensão de que se trate de cidadão de origem *crioulla*. Mesmo quando o caboclo descende de um imigrante europeu” (2005, p. 232).

³A CANGO foi criada em 1943 com objetivo de instalar na região famílias de agricultores provenientes principalmente do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

basicamente para a exploração da erva-mate, da madeira e da criação de suínos, e a segunda fase, denominada ocupação intensiva, refere-se ao intenso processo de ocupação da região, intensificando-se na década seguinte com os migrantes sulistas (GOMES, 1987, p. 15). Já para Corrêa:

A partir de 1940-1945, sobretudo entre 1950 e 1960, a região seria rápida e intensamente povoada pelos colonos, desaparecendo o título de 'sertão' que até então lhe conferiam: em 1940 a densidade demográfica regional era de apenas 2 habitantes por quilômetro quadrado, quinze vezes menor que a estimada para 1967 (2014, p. 237).

De acordo com Lazier (1998), o Sudoeste paranaense vinha sendo povoado por nativos antes mesmo de 1500, também muitos castelhanos vieram para a região em busca da erva-mate, nesse sentido, segundo o autor, “pode-se afirmar que o povoamento efetivo ocorreu a partir de 1943, com a criação da CANGO” (LAZIER, p. 38), talvez por não ser o mote central de seu estudo, Lazier não se aprofunda na análise dos primeiros habitantes da região Sudoeste. De acordo com Ribeiro (1982):

Esses índios que viviam em recesso nas matas, em São Paulo, Paraná e Santa Catarina eram conhecidos como Guainá, Bugres ou Botocudos, de língua Kaingang. Alguns deles habitavam a orla das matas, haviam sido subjugados pelos criadores de gado vindos do sul e sobreviviam nos capões de mata, desde os campos de Guarapuava, Ivaí, e Palmas até o Rio Grande do Sul (p. 10).

Vale ressaltar ainda que os primeiros ocupantes da região Sudoeste do Paraná, além dos povos indígenas, eram os caboclos, que faziam parte da população local desde o fim do século XIX.

Segundo Boneti (1998), os primeiros caboclos habitantes da região eram foragidos da justiça, farrapos remanescentes da “Revolução” Farroupilha e outros provenientes da Guerra do Contestado. Abramovay (1981), ao referir-se em específico ao Sudoeste do Paraná, afirma que os caboclos, que iniciaram o povoamento, eram provenientes de vários pontos distintos, dentre os quais: das fazendas de gado da região dos Campos de Palmas (PR), pois a mão de obra empregada nas fazendas era relativamente escassa, não absorviam o crescimento vegetativo da população; outros eram originários do estado do Rio Grande do Sul; e uma terceira parcela era oriunda da região onde ocorreu a Guerra do Contestado (ABRAMOVAY, p. 20-21).

Outro fluxo migratório que se deu na região, a partir do final do século XIX, foi ocasionado pela “Revolução” Federalista, consistindo na principal responsável pela

migração de “centenas de paranaenses, catarinenses e, sobretudo gaúchos que espalharam-se pela região e nos territórios limítrofes da Argentina” (BONETI, 1998 p. 57). Possivelmente os caboclos oriundos das regiões acima citadas:

[...] já se encontravam num processo de exclusão econômica e social ocasionada pela inserção dos imigrantes europeus. O processo de capitalização da terra pelo migrante sulista e a sua forma de apropriação utilitária foram um dos principais agentes motivadores para o conseqüente processo de exclusão social deste grupo étnico. Se por um lado, a racionalidade econômica/cultural do colono de descendência europeia efetivou a ocupação colonizadora na Região Sudoeste do Paraná, por outro, contribuiu sobre maneira para a exclusão do caboclo. (RIPPEL, 2012, p. 23).

Além dos caboclos, que ocupavam o Sudoeste paranaense, eram argentinos e paraguaios que penetravam a região visando à extração da erva-mate. Esses se localizavam, “sobretudo junto à fronteira argentina, onde chegaram a constituir, em 1920, cerca de 25% da população local, e 10% de toda a população regional (em 1940, com a diminuição da extração da erva-mate, essa população tinha diminuído absolutamente, representando menos de 1% da população regional)” (CORRÊA, 2014, p. 240).

Em vista disso, o “distante” Sudoeste do Paraná, por ser uma região um tanto quanto distante dos centros de decisões políticas e econômica do estado e por consequência do Brasil, começa a despertar a atenção de um projeto político de ocupação somente a partir de meados do século XX. Antes da vinda dos colonos oriundos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, era habitada por uma população de origem indígena e cabocla, que se dedicava a algumas atividades extensivas, como será visto no próximo tópico.

2.1.2 As redes curtas e longas de comercialização cabocla no Sudoeste do Paraná

Muitas vezes nos estudos regionais, principalmente a partir de 1970, tenta-se mostrar que a região Sudoeste paranaense antes da migração proveniente de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, de meados do século XX, era um imenso vazio demográfico ou “terras de ninguém”. Tais estudos tentam construir/forjar um imaginário social de que o Sudoeste do Paraná começou a existir somente a partir da segunda fase de ocupação regional, ou seja, a partir de 1940. Diante disso, as

múltiplas contribuições do indígena e dos caboclos para a região são silenciadas, nesse sentido, ressaltar o legado cultural dos imigrantes descendentes principalmente de italianos, alemães e poloneses na formação social regional não significa dizer que nada sobrou das outras etnias. “Entretanto, o legado cultural do índio e do caboclo foi limitado/silenciado, pelo fato de ser preciso enquadrá-lo num contexto social, em que o colonizador euro-descendente ditava normas e impunha seus valores” (RIPPEL, 2012, p. 77).

Em virtude disso, passaremos a analisar a racionalidade econômica cabocla e suas redes de comercialização. Apesar de a economia cabocla ser essencialmente para o sustento familiar, caracterizada como economia de subsistência, os caboclos mantinham relações comerciais com outras regiões⁴. De acordo com Boneti, “O caboclo, no período que antecedeu a vinda dos migrantes gaúchos e catarinenses, dedicou-se a três tipos de atividades econômicas: extrativismo da erva-mate, a comercialização do couro de animais silvestres e a criação de suínos no mato” (2005, p. 110).

De acordo com Lazier (1998), outros produtos também eram comercializados com outros centros, tais como “charque, farinha de biju, toucinho, porco e compravam sal, açúcar, querosene, pólvora, chumbo, caixas de bala, tecidos” (p. 31). Corrêa (2014) também afirma que “os bens de consumo com que geralmente se pagava o mate – açúcar, sal tecidos, ferragens, bebidas, querosene etc. – eram distribuídos pelas empresas argentinas e de União da Vitória, passando pela cadeia de intermediários constituída de luso-brasileiros” (p. 245). Desse modo, “Constata-se que os caboclos estabeleceram com a Argentina, através de picadas, a primeira relação com o mundo externo” (BONETI, 2005, p.110).

Portanto, pensar que o Sudoeste do Paraná começou a comercializar com o mundo externo/redes longas somente a partir de meados do século XX é no mínimo equivocado, uma vez que os caboclos já mantinham tais relações, anteriores a esse período. Da mesma forma, pensar que o caboclo praticava uma agricultura exclusivamente de subsistência também é errônea, uma vez que, as relações comerciais entre os mesmos gerou uma pequena capitalização de alguns desses.

⁴ A região pode ser compreendida como uma invenção, a partir de alguns interesses em jogo, de acordo com Mondardo a “*Região*, portanto, é uma *invenção* enquanto *representação* do *espaço* produzida através de determinadas relações de poder e de saber a elas correspondente, a elas criadas com a intencionalidade de dotar o espaço de significados, de valores, conteúdos, enfim, de *função* política.” (2009, p. 165).

2.1.3. A produção extensiva de erva-mate e suas redes de comercialização

É importante salientar que a produção cabocla do Sudoeste do Paraná não era apenas para suprir as necessidades básicas, assim como não estavam ligados apenas a comércios intermediários locais. As principais atividades econômicas caboclas eram a extração de erva-mate, a produção de suínos e, em menor proporção, caça e coleta, assim como a criação bovina e de muares. Vale ressaltar que por se tratar de uma produção extensiva, a baixa densidade demográfica é uma das características marcantes do Sudoeste paranaense até meados do século XX. Há indícios que no início do século XX a população de Clevelândia, único município da região e com um território vastíssimo (quase a totalidade do Sudoeste), era de aproximadamente 3.000 habitantes e se tratava “portanto, de um vazio demográfico, onde se destacava como área ocupada aquela Colônia Militar do Chopim no atual município de Chopinzinho, instalada apenas em 1882” (CORRÊA, 2014, p. 238). De acordo com Alves et al.:

Os territórios oeste e Sudoeste do Paraná, onde se efetivaram as últimas políticas de povoamento, começaram a ser ocupados, de forma incipiente, entre 1900 e 1920, principalmente a partir do fluxo migratório de famílias provenientes do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Estes territórios chamavam a atenção pelas suas atividades extrativistas: coleta de mate e corte de madeira, e, especialmente, pela abundância de terras não ocupadas efetivamente. Estes lugares eram até então praticamente desconhecidos no país em virtude das características naturais e da falta de estradas que ligassem-nos a outro do Estado, acarretando pouco dinamismo no seu desenvolvimento econômico. (2004, p. 150-151).

Uma das atividades econômicas de maior expressão da região foi a extração de erva-mate, uma vez que o Paraná, em 1930, já era o principal exportador de mate do país. Segundo Corrêa, essa população vislumbrava na região uma oportunidade de começar vida nova, tendo em vista que a região, que até fins do século XIX “não despertara nenhum interesse econômico, possuía-os agora, graças à extração da erva-mate e porcos” (2014, p. 240). Para o mesmo autor,

A partir da segunda metade do século XIX as exportações brasileiras de erva-mate começaram a crescer e o Paraná em breve passou a ser o principal Estado exportador. De uma exportação inferior a 5.000 toneladas em 1855, o Paraná em 1903-1924 passaria a exportar já cerca de 32.000 toneladas e em

1923-1924 cerca de 60.000 toneladas, correspondendo as 75% das exportações brasileiras de mate. (CORRÊA, 2014, p. 240).

Com a extração do mate, verifica-se uma relação cada vez maior das redes de comercialização de maior alcance, uma vez que a erva-mate era colhida nos meses de maio a outubro, quando os caboclos com suas famílias adentravam nos ervais nativos, ampliando a sua mão de obra com a contratação de argentinos e paraguaios. Próximo à fronteira, estabeleceram-se alguns comércios intermediários argentinos que compravam o mate e que inclusive “chegaram a possuir terras ricas em ervais, em território brasileiro, como é o caso da mais importante delas, a Pastoriza, que conseguiu reunir, já na década de 30, mais de 35.000 hectares” (CORRÊA, 2014, p. 244-245). Os caboclos, portanto, já estavam inseridos de forma direta e indireta nas redes longas e curtas de comercialização.

Essas negociações davam-se pela circulação de produtos diversos, que eram transportados pelos muares, por picadas abertas na mata até Barracão ou União da Vitória. O fato é que para chegar à União da Vitória enfrentava-se uma longa jornada composta por quase toda a extensão do atual estado do Paraná, enquanto a proximidade com a República Argentina facilitava as relações com o povo vizinho, fazendo com que as movimentações migratórias, nessa faixa de fronteira, ocorressem em maior proporção do que com os brasileiros.

2.1.4 Os safristas e suas redes de comercialização

A criação de porcos na região é uma atividade tão remota quanto à produção de erva-mate, tal atividade realizada nos períodos de “entressafra” se destinava primeiramente a suprir as necessidades básicas, ao consumo local, e o excedente era comercializado com o mercado externo, com a região. Nesse sentido, Corrêa afirma que:

[...] criação de porcos no Sudoeste paranaense é seguramente uma atividade tão antiga quanto a extração de mate. [...] visava o consumo local de banha e toucinho, como ocorria na zona fronteiriça [...], ou ainda à exportação, como ocorria nas proximidades de Chopinzinho, Vitorino, Marmeleiro e Pato Branco. Essa atividade deveria ser, depois da extração do mate, a atividade mais importante, pois já em 1920 [...], no então município de Clevelândia, o rebanho suíno atingia cerca de 12.000 cabeças, e a lavoura de milho que fornecia parte da alimentação dos suínos ocupava mais de 90% da pequena área total de lavouras. Com a decadência da extração de mate, a criação de porcos passaria a ser a principal atividade regional. (CORRÊA, 2014, p. 246).

Ainda segundo Corrêa (2014), inicialmente a criação de porcos era mais rudimentar possível, uma vez que, na criação do “porco alçado”, os animais alimentavam-se daquilo que a natureza fornecia, principalmente frutos silvestres que caíam ao chão, entre os quais o pinhão era o principal alimento. Nesse sistema, o único alimento que o suíno recebia era o sal, sendo que, “[...] os porcos eram criados até atingirem algumas dezenas de quilos, quando então eram vendidos aos ‘safristas’ que os engordavam, ou, atingido certo tamanho, eram vendidos aos compradores localizados em União da Vitória” (CORRÊA, 2014, p. 246-247).

Podemos constatar que, assim como ocorria na comercialização do mate, os caboclos também mantinham uma relação comercial em redes curtas com o excedente produzido. Portanto, é um equívoco pensar que a racionalidade econômica dessa população era unicamente/exclusivamente de subsistência, inclusive já existia uma relação de exploração e de submissão em relação ao capital, de uns sobre os outros.

A etapa subsequente da produção de suínos é o sistema de “safra”, o “safrista, graças ao seu capital disponível, de seu vizinho adquiria porcos magros e os juntava para engordar. No final da engorda, transportavam-se a pé, pelas picadas na mata, os ‘enxotando’” (BONETI, 1998, p. 103). Para Corrêa (2014) o:

[...] ‘safrista’, com seus familiares ou com pessoal contratado, embrenhava-se na mata onde abria uma clareira com 10, 25, 50 ou mesmo mais de 100 hectares, aí plantando o milho a partir de agosto. Em meados do ano seguinte os porcos eram soltos no milharal sendo parcialmente engordados. Eram então tocados a pé até União da Vitória, Guarapuava, Ponta Grossa, Castro e Jaguariaíva, onde eram negociados nos açougues, com comerciantes, ou com os compradores dos frigoríficos ou então vendidos a outros ‘safristas’ que acabavam de os engordar [...]. Assim, numa região longínqua e desprovida de transporte mecânico, os ‘safristas’ locais realizavam apenas uma meia engorda dos porcos, vendendo-os barato fora da região, ou então, numa outra opção, os vendiam a alguns colonos que os transformavam em banha e derivados, que eram levados em carroça até União da Vitória. (p. 247).

É importante percebermos, nessa segunda etapa de produção de porcos, conhecida como “safra”, que as relações e as redes comerciais estavam mais complexas e mais longas, pois notamos que aumenta a divisão social do trabalho e a escala, ao mesmo tempo em que começa a haver um processo de transformação na região, bem como a possibilidade de comercializar com açougues e frigoríficos que

começam a se instalar na região dos Campos Gerais e próximo a São Paulo. Com o aparecimento do caminhão na região na década de 1940:

[...] os 'safristas' locais passaram eles próprios a engordar totalmente os suínos, que eram então transportados a União da Vitória e mesmo a Joaçaba, em caminhões de comerciantes locais – alguns dos quais já eram descendentes de imigrantes – ou de fora, ou então fretados pelos frigoríficos Saporiti de União da Vitória. Nessa cidade os suínos além de serem industrializados, eram embarcados na ferrovia para diversos frigoríficos. (CORRÊA, 2014, p. 247-248).

A produção de suínos é uma atividade econômica em locais com densidades demográficas baixas. À medida que o fluxo migratório proveniente do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, implementado durante o Estado Novo, estabilizava-se, tal atividade se deslocava para áreas mais distantes, ou seja, enquanto ia perdendo expressão nas proximidades de Pato Branco, ela se intensificava na região de fronteira com a Argentina.

Dessa forma, o processo de ocupação da frente pioneira⁵ levou à expulsão dos primeiros habitantes do território, direcionando-os, cada vez mais, para as regiões de mata concentradas nas proximidades com a República Argentina. Esse fato foi intensificado, quando os descendentes desses migrantes sulistas passaram a objetivar os domínios de terras nas suas proximidades. Para Boneti, os caboclos:

Pelo seu caráter nômade, mantinham um sistema de propriedade rudimentar [...]. Esse aspecto fazia com que os caboclos fossem denominados, pelos migrantes, como 'fazedores de posses'. Isso porque, segundo os migrantes, eles definiam a posse apenas instituindo limites de propriedade, construíam uma infra-estrutura mínima e precária, depois a vendiam e continuava a caminhada mais para dentro da mata [...]. A chegada das relações mercantilistas de produção sempre representou um fator de expulsão dos caboclos de sua região. (BONETI, 1998, p. 99).

De acordo com Rippel (2012), o indígena e o caboclo não tinham o título de propriedade privada, ocuparam as "terras de ninguém". Grande parte da historiografia regional não levou em consideração que a relação que estes povos mantinham com a terra não compatibilizava com o viés mercadológico do migrante descendente de

⁵A "concepção de frente pioneira compreende implicitamente a ideia de que na fronteira se cria o novo, nova sociabilidade, fundada no mercado e na contratualidade das relações sociais. No fundo, portanto a frente pioneira é mais do que o deslocamento da população sobre territórios novos [...]. A frente pioneira é também a situação espacial e social que convida ou induz à modernização à formulação de novas concepções de vida, à mudança social. Ela constitui o ambiente oposto ao lado das regiões antigas, esvaziadas de população, rotineiras, tradicionalistas e mortas". (MARTINS, 2009, p. 135-136).

européu da frente pioneira. Nesse sentido, é conveniente registrar que a racionalidade econômica dos caboclos na região Sudoeste do Paraná distinguia-se muito da concepção econômica do migrante descendente de europeu, fator que se levou para a sua exclusão social. Especialmente, porque os “migrantes, normalmente de origem europeia, imbuídos de uma racionalidade utilitarista, tinham como meta a acumulação e a consolidação da propriedade privada” (BONETI, 1998, p. 92).

[...] as práticas com relação à terra e do encontro colono-caboclo somam-se a outros elementos para a nossa compreensão da relação desses sujeitos com o espaço colonial. O caboclo mantinha outra relação com a terra. Não era um sedentário completo. Ele mantinha uma relação sempre provisória com a terra que ocupava. Estabelecia através de suas necessidades um movimento de constante, mesmo que intermitente de remigração. (PASSOS, 2009, p. 28).

Se o caboclo não tinha propriedade ou regime parcelar da terra, para ele, fixar-se numa determinada área seria aceitar uma queda na produtividade de seu trabalho, quando nenhum tipo de pressão obrigava-o a tal. Segundo Abramovay (1981), enquanto tivesse a mata pela frente, seria economicamente inviável que o caboclo deixasse de cultivar na floresta virgem, pois a quantidade de terras disponíveis era suficientemente grande e a população suficientemente reduzida, para que ele seguisse sempre em busca de novas terras após um ou dois anos da abertura de uma clareira. O fato é que a população cabocla, paulatinamente, ocupou toda a região Sudoeste paranaense e, na medida:

[...] em que chegavam os primeiros colonos, os ‘caboclos’ iam vendendo suas ‘posses’ e penetrando para as áreas mais remotas, onde escolhiam um lugar isolado para criar porcos. De certa forma eles prepararam o ‘caminho para o afluxo de povoadores que por aí ocorriam’, pois a ‘posse’ que vendiam já estavam desmatadas e queimadas, prontas para serem cultivadas pelos novos povoadores. (CORRÊA, 2014, p. 243).

Se, por um lado, as atividades e a vida da população cabocla inicialmente eram pautadas por uma forte dependência em relação à economia da erva-mate e numa segunda etapa a subordinação se deu em relação à atividade da suinocultura; por outro lado, outras atividades fizeram parte da economia e da vida da população cabocla regional. Pois, além da cultura de subsistência exercida como na roça e na pesca, pode-se destacar principalmente “[...] a caça de animais, abundantes na mata,

nas ‘costas’ dos rios – porcos do mato, veados, antas e onças – com a finalidade de obtenção de couros e peles” (CORRÊA, 2014, p. 249).

2.1.5. Criação de muares e as redes de comercialização cabocla

Devido ao fato das redes de comercialização na região Sudoeste do Paraná serem realizadas desde o século XIX, “[...] em tropas de burros, a cavalo e em carroças, seguindo estreitas picadas abertas na mata, a criação de muares e cavalos foi outra atividade de certa importância nas áreas de ocupação mais antiga, como ocorreu nem Vitorino, Santo Antônio do Sudoeste e Chopinzinho” (CORRÊA, 2014, p. 250).

Esses animais eram vendidos para compradores de Guarapuava que realizavam o papel de intermediários, revendendo-os nas fazendas de café de São Paulo, pois, em meados do século XIX, a expansão da cafeicultura está em plena expansão no Brasil. Dessa forma, mais uma vez, percebemos as redes de comercialização da região com outros centros de externos e intermediários. E, para finalizar, as atividades da população cabocla na região Sudoeste são uma pequena criação de bovinos e eram praticadas geralmente em terras arrendadas dos fazendeiros.

2.2 ESTRATÉGIA GEOPOLÍTICA DE OCUPAÇÃO OFICIAL NA FAIXA DE FRONTEIRA: OCUPAR PARA CIVILIZAR E CIVILIZAR PARA PROTEGER

No início do século XX, a geopolítica brasileira foi fortemente influenciada pelas concepções do determinismo geográfico alemão de Ratzel, que compreendia o Estado como um organismo biológico com necessidade de crescimento. Acreditamos que tal pensamento influenciou sobremaneira os ideólogos da “ocupação oficial” do Sudoeste do Paraná, segundo Miyamoto, a:

Influência de Ratzel é visível em todos eles, mas nem sempre as concepções de espaço, posição e poder daquele autor são interpretadas à mesma luz pelos estudiosos nacionais. A utilização desses elementos, porém, é fato perfeitamente compreensível, porque o país, situando-se entre os maiores possuidores de massas terrestres necessariamente teria que ver seu espaço e sua posição geográfica considerados por quem quer se dispusesse a estudá-lo, independentemente de ter ou não lido Ratzel ou Mackinder. (MIYAMOTO, 1995, p. 46).

Como visto anteriormente, a racionalidade econômica e de apropriação da terra por parte do indígena e do caboclo diferencia-se dos migrantes sulistas. Segundo Rippel (2012), por esses atores sociais não se prenderem por muito tempo num mesmo espaço geográfico, não tinham preocupações com os limites territoriais instituídos entre as nações, causando, portanto, preocupação ao Estado centralizador Varguista.

A partir de 1930, a posição geográfica do Sudoeste paranaense tem importância estratégica do ponto de vista da “Segurança Nacional”, pois abrange uma área de fronteira com a Argentina e tem proximidade com o Paraguai (ZATTA, 2009). Por se tratar de uma região fronteira, o Estado brasileiro organizou uma estratégia interna de ocupação das áreas consideradas importantes para a Segurança Nacional. Essa estratégia incidia em deslocar migrantes de descendência europeia, pois além de fixar a população, aumentava a densidade demográfica e, dessa forma, mantinham um marco vivo na faixa de fronteira. De acordo com Rippel, se:

[...] por um lado o Estado ocupava internamente a área, por outro, fazia a defesa externa, o avanço da “colonização” por isso, no Sudoeste do Paraná não se deu pelo sistema da monocultura latifundiária, a ocupação territorial, ocorreu através da pequena propriedade rural. Para o Estado Brasileiro, a baixa densidade demográfica nesta área de fronteira, poderia não cumprir uma função estratégica de defesa. Neste sentido, a ocupação interna da região nada mais é do que a defesa externa, papel este que os indígenas e os caboclos pelos seus aspectos culturais não cumpririam. (2012, p. 36).

A preocupação com as áreas de fronteiras nacionais fica mais evidente, a partir de 1930, quando Getúlio Vargas ascende ao poder e institui um governo com característica centralizadora e, principalmente, de preocupação com as áreas de fronteira com baixa densidade demográfica. É nesse sentido que o governo, durante o ápice da centralização política administrativa, vai criar uma política de marcha civilizacional para o Sudoeste do Paraná, considerada uma região de segurança nacional devido a sua proximidade com a Argentina. Foi deslocado para o Sudoeste um grande fluxo de migrantes sulistas a fim de fixarem-se e “civilizar” a região. Segundo Miyamoto, Backheuser, um dos precursores da geopolítica brasileira:

Foi influenciado pelas concepções geográficas ratzelianas de espaço e posição, que começou a pensar o território brasileiro. A extensão territorial do país preocupava-o, principalmente os riscos de desagregação a que estava sujeito em virtude da má divisão geográfica, acentuada pelas tendências

regionalistas. Com a finalidade de mostrar esse perigo e combatê-lo, objetivando solidificar a unidade nacional, concentrou esforços, canalizando as discussões nessa direção. (MIYAMOTO, 1995, p. 46).

Quando Vargas assume o poder em 1930, vários espaços não estavam sendo devidamente ocupados para a integração nacional, principalmente as fronteiras. O Sudoeste do Paraná era uma dessas regiões, portanto, se os geopolíticos da época eram influenciados por Ratzel, isso quer dizer que a criação da CANGO por Vargas e o incentivo do fluxo migratório para a região Sudoeste do Paraná também foi influenciado pelo determinismo. De acordo com Zatta:

A posição geográfica do Sudoeste paranaense tem importância estratégica do ponto de vista de Segurança Nacional, pois abrange uma área de fronteira com dois países, divisa com a Argentina e proximidade com o Paraguai. Essa preocupação com segurança cresce de importância à medida que considerarmos tratar-se de fronteira seca, onde o marco divisório resume-se a estradas, propriedades particulares que, com facilidade, se não eficazmente vigiados e patrulhados, servirão de rotas de tráfico, contrabando e corredores de infiltração suscetíveis à invasão em caso de conflito internacional. (ZATTA, 2009, p. 30).

É evidente que a preocupação do governo federal em ocupar essa área o mais rápido possível está baseada na possível “superioridade” do migrante em relação ao caboclo e ao indígena que se encontravam no Sudoeste do Paraná, bem como num processo de branqueamento da população. Nesse sentido, compreendia o Estado que era preciso cultivar uma população sadia, disposta a ajudar no engrandecimento da nação, bem como fortalecer a unidade nacional, e o migrante proveniente de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul se encaixava perfeitamente nos anseios do Estado:

Neste contexto, desde o início do século XX, a extração de madeira e de erva mate contribuiu para a chegada de paraguaios e argentinos no local, o que forçou o Estado a fazer concessões de terras públicas a companhias colonizadoras. A operação denominada *Marcha para o Oeste*, de Getúlio Vargas, a partir dos anos de 1940, influenciou de forma efetiva na consolidação da colonização do Sudoeste paranaense. (ALVES, et al., 2004, p.151).

Dessa forma, Pelo Decreto-lei nº 3059, de 14 de fevereiro de 1943, o governo federal criou a CANGO (LAZIER, 1998), com objetivo de fixar como proprietários, cidadãos aptos ao trabalho agrícola. No estado do Paraná, foram demarcados em torno de 300 milhões de hectares para destinar aos migrantes provenientes do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Mas, como a propriedade das terras da região

estava *sub judice*, os habitantes não recebiam o título de proprietários, tornando-se, dessa forma, posseiros. Para Carneiro, a:

'Marcha para Oeste' constituiu-se na primeira política efetiva dos governos Federal e Estadual, no sentido de integração de novas áreas no processo de alargamento da fronteira econômica. Essa política conjunta tinha por objetivo o deslocamento espacial da força-de-trabalho para novas regiões férteis incrementando a agricultura extensiva com o intuito de iniciar o aumento da produção de alimentos para os centros urbanos do país, em grande expansão. (CARNEIRO, 1981, p. 6-7).

Ainda no que se refere à ocupação do Sudoeste do Paraná, promovida pelo governo federal, Martins ressalta que, o:

Presidente Vargas em 12 de março de 1943, com o objetivo de promover a ocupação física da rica e extensa faixa de nossa fronteira, fixando nela, inicialmente, reservistas que haviam sido deslocados de seus afazeres rurais para prestação do serviço militar obrigatório e, posteriormente, outras famílias brasileiras que se comprometiam a observar as diretrizes emanadas do Departamento Nacional de Produção Vegetal. (MARTINS, 1986, p. 26).

Dessa forma, foi feita a distribuição de lotes de terras de maneira gratuita, principalmente a migrantes provenientes dos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, que se sentiram atraídos pela política de ocupação implantada pelo governo federal no Sudoeste paranaense. Contudo, as terras da região encontravam-se *sub judice* e o governo federal fornecia somente um documento de posse, transformando os colonos em posseiros, e não em proprietários. Tal situação desencadeou o estopim da Luta Social pela posse das terras, em 1957, e, posteriormente, para a legalização dessas terras com a criação do Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná (GETSOP⁶), em 19 de março de 1962.

2.3 A LUTA PELA POSSE DAS TERRAS E A CONSOLIDAÇÃO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA DO SUDOESTE DO PARANÁ

O Sudoeste paranaense é uma região que tem uma longa trajetória de litígios tanto por interesses externos quanto por interesses internos, sendo uma área de conflito diplomático entre Brasil e Argentina, situação que perdurou até 1895, quando

⁶ O GETSOP estava diretamente subordinado ao Gabinete Militar da Presidência da República, era um órgão militar do Ministério da Defesa.

em definitivo passou a ser oficialmente território brasileiro. Terminada a disputa entre as duas nações pela região, os estados de Santa Catarina e do Paraná começam a divergir quanto aos seus limites, o episódio ficou conhecido como Guerra do Contestado⁷ (1912-1916).

Tudo leva a crer que o interesse desses dois estados em relação ao território “contestado”, diz respeito às arrecadações dos impostos, pois a Proclamação da República, em 1889, e o processo de descentralização administrativa do regime político e do novo governo levaram à instituição do direito do recolhimento de impostos nos estados da federação, portanto, a ampliação nas arrecadações levou ao acirramento da tensão entre os dois estados.

A disputa entre os estados foi, então, uma das causas da Guerra do Contestado. Várias expedições militares dos órgãos de coerção estadual e federal foram deflagradas para debelar e massacrar milhares de camponeses caboclos que lutavam pela posse da terra. Foi o primeiro emprego militar de aviões pelo exército brasileiro em um conflito. Embora muitos atribuam o movimento ao fanatismo religioso, ele foi uma consequência da forma como ocorreu a expropriação e a concentração fundiária no Brasil. Foi somente após esse conflito, em 20 de outubro de 1916, que os estados assinaram o acordo de limite.

A pessoa de José Rupp (1898–1962) é de grande importância para compreender as disputas judiciais pelo Sudoeste do Paraná, e ele entra em cena no início do século XX quando recebeu do governo catarinense autorização para explorar erva-mate e madeira do oeste de Santa Catarina. Por conseguinte, parte da área em questão era considerada devoluta, contudo, essas terras, por um Decreto Imperial, reafirmado pela República, pertenciam a Companhia de Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande (CEFSPRG), empresa responsável pela construção de estradas ferroviárias brasileiras. Diante disso, demoraria aproximadamente um século para por fim ao litígio ou a legalização das terras do Sudoeste do Paraná.

A presença da Clevelândia Industrial Territorial Ltda.(CITLA) na região exerceu ligação direta com José Rupp, pois foi a partir da autorização cedida pelo governo catarinense para realizar a extração de erva-mate e madeira no planalto catarinense,

⁷ Em uma região fronteira entre os estados de Santa Catarina e do Paraná, entre 1912 e 1916, ocorreu um dos maiores conflitos pela posse da terra no Brasil, envolvendo camponeses caboclos, e o poder estadual e federal. Foi um movimento inerente a falta de regulamentação da propriedade agrária no Brasil, embora muitos autores atribuam o movimento ao fanatismo religioso.

que teve início a luta judicial com a CEFSPRG, pois essa alegava ser prejudicada em seus empreendimentos. Em 04 de junho de 1920, a CEFSPRG:

[...] ajuizou em Florianópolis, no Juízo Sencional, uma ação sumária de manutenção da posse de José Rupp e outros na área explorada pelo mesmo com embargo e apreensão de depósito de erva-mate já extraídas. Em outubro de 1920 foi feita a apreensão judicial. José Rupp apelou. A ação correu com os trânsitos legais e em 07.07.1925 foi reconhecida a posse de José Rupp nas terras em litígio, bem como da erva-mate e madeira apreendidas. A Cia, não se conformou, recorreu ao Supremo tribunal Federal. O maior órgão do Poder Judiciário, em decisão de 07.05.1938, confirmou a sentença em favor de José Rupp. (LAZIER, 1998, p. 10).

As disputas judiciais entre José Rupp e a CEFSPRG estenderam-se por aproximadamente 18 anos. Embora Rupp tenha saído vitorioso na justiça, sentiu-se prejudicado pela suspensão de suas atividades ao longo da disputa judicial. Em vista disso, “entrou novamente na justiça para fixação do *quantum* a que tinha direito pelos prejuízos a ele causados. Em 1945, a justiça avaliou seus prejuízos em Cr\$ 4.720.000,00⁸, mais os juros de mora e as despesas judiciárias” (WACHOWICZ, 1987, p. 149).

Porém, a partir de 1930 e principalmente a partir de 1937, com a centralização política de Getúlio Vargas, os bens da CEFSPRG foram incorporados ao patrimônio da União, pois o governo federal alegava que a companhia não havia cumprido todas as cláusulas contratuais nas construções das ferrovias. Dessa forma, o encargo das dívidas ficaria sob a responsabilidade do Poder Público Federal. Apesar de José Rupp lutar de múltiplas maneiras para receber a indenização instituída pela justiça, suas propostas eram sempre indeferidas por parte da União, uma vez que, o próprio governo federal tinha interesse na área.

Em 26 de julho de 1950, Rupp vendeu seu suposto crédito, portanto, a partir dessa data, o governo federal pagaria a indenização à companhia e não mais a José Rupp. É importante frisar que o interesse da companhia na região estava mais vinculado à extração de madeira dos pinhais e à mata de araucária (WACHOWICZ, 1987, p. 156-157). Estabelecer uma colonização sulista ficava em segundo plano para a companhia.

⁸ Em valores atuais esses recursos representariam R\$ 10.593.010,18 de acordo com o deflator disponibilizado pela Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE) do Rio grande do Sul. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/servicos/atualizacao-valores/>>. Acesso em: 15 de janeiro de 2015.

Moisés Lupion (1908-1991), supostamente um dos sócios da referida companhia, durante o seu primeiro mandato como governador do estado do Paraná, facilitaria a atuação da CITLA na região. A maioria dos autores analisados, que tratam a questão do favorecimento por parte do governo do estado para com a CITLA, assinalam uma forte relação entre o governador e a empresa. No entanto, no campo da pesquisa histórica, não se apresentam, até o momento, subsídios que confirmem o grau dessa afinidade. Contudo, um fator que chama a atenção é que Moisés Lupion, sendo um dos supostos acionistas da companhia apontada de ser a culpada pelos conflitos sociais na região, conquistou a superioridade dos votos nas eleições para o governo estadual, em 1956, ano anterior à luta social de 1957.

O vínculo entre a CITLA e o PSD influenciou decisivamente para a grande vitória da legenda, nas eleições de 1956. O PTB, e a UDN foram derrotados em Francisco Beltrão e nos municípios vizinhos, derrota que mobilizou oposição contra o domínio pessedista. A partir disto, uma nova estratégia da oposição passou a ser montada pelo PTB com o auxílio, em âmbito federal, na União Democrática Nacional e com a leniência de setores do PSD. (JUNIOR; ESCABEDO, 2006, p. 161).

Os autores acima mencionados afirmam que a vitória eleitoral, em 1956, fez aumentar a organização da oposição regional, que incentivou a pressão política contra o governador na região Sudoeste do Paraná, atribuindo-lhe culpa pelas tensões sociais que resultaram na luta social. Apesar de a CITLA tentar de várias formas obter êxitos judiciais nas possessões da Gleba Missões, que abrangia a maior parte do atual Sudoeste do Paraná, as decisões dos tribunais não foram favoráveis a companhia. Diante disso, a mesma utilizou o método da grilagem⁹ de terras para atuar na região.

Foi a partir da coação aos posseiros que a CITLA atuou no Sudoeste (LAZIER 1998). Para Wachowicz, eram “milhares de colonos posseiros de um lado e os interesses do capital do outro. Observou-se que o início do apelo para a violência não partiu dos colonos, foram os próprios grupos econômicos que apelaram para a violência” (1987, p.166). De acordo com Rippel (2012), através das fontes e bibliografias disponíveis, não se pode confirmar se existiu tanta violência por parte da CITLA contra os posseiros como muito se escuta nas conversas informais. Porém, com tantos interesse divergentes, pode-se relativizar que a violência começou a

⁹ Apropriação indevida de terras públicas, através da falsificação de documentos de titularidade, uma prática comum na história do Brasil.

intensificar-se quando os ânimos tanto dos emissários da companhia quanto dos posseiros passaram a ficar cada vez mais tensos.

A CITLA, mesmo não tendo direito jurídico sobre as terras no Sudoeste do Paraná, mantinha escritório em pleno funcionamento na região, mais precisamente em Francisco Beltrão, e na região da fronteira com a Argentina, na cidade de Santo Antônio do Sudoeste. A companhia, segundo Gomes, “usou de todos os meios para provar que detinha documentação legal da terra” (1987, p. 53):

Assim como a CITLA, os posseiros também não tinham direito jurídico sobre as possessões de suas terras, pois, na ocasião da criação da CANGO, em 1943, estas terras estavam *sub judice*. Talvez a única diferença existente entre os posseiros e a CITLA, nesta questão da legalidade, é que a companhia sabia de sua ilegalidade, enquanto os posseiros, em sua grande maioria, não foram informados. (RIPPEL, 2012, p. 45).

Diante das divergências de interesses, tentativas fracassadas de resolver o impasse, recorrendo às esferas municipais, estaduais e federais, os posseiros organizaram-se em torno da manutenção de suas propriedades. Assim, surgiram as condições que provocaram a revolta de outubro de 1957.

2.3.1 Consolidação dos interesses dos posseiros na titulação de suas terras

Inicialmente a luta entre os colonos/posseiros com as companhias, desencadeavam-se de forma isolada, porém, com o transcorrer do tempo, o viajante, uma espécie de comerciante ambulante, teve importância expressiva para eclosão da revolta de 1957, segundo Boneti:

A revolta dos colonos contra as companhias de terras foi nascendo aos poucos à medida que aumentavam as atrocidades cometidas pelos ‘corretores’. No entanto, os colonos descobriam, aos poucos, a ilegalidade da transação a que estavam sendo submetidos e reagiam, de forma individual e esporádica, aumentando ainda mais o nível de conflito entre jagunços e colonos [...]. Os colonos não tinham muita clareza da possibilidade e da necessidade de uma luta comum. Essa clareza foi se construindo graças à contribuição dos viajantes. Estes eram comerciantes ambulantes que vendiam uma diversidade de objetos na casa dos colonos. Esse contato, hospedando-se durante as noites, informava-os da ilegalidade dos títulos de propriedades prometidos pelas companhias e os acontecimentos envolvendo essa temática. (BONETI, 2009, p. 154).

Os colonos posseiros tomaram a cidade de Pato Branco na noite de 09 de outubro de 1957. Gomes afirma que uma:

Junta Deliberativa, composta de 26 pessoas, e uma Comissão Executiva, composta de cinco pessoas, três advogados, um médico e um agrimensor, que tomaria as decisões [...]. Organizaram-se grupos para guarnecer os pontos estratégicos da cidade: as principais vias de acesso, instituições públicas. (1987, p. 91).

Os governos estadual e federal cederam às pressões dos posseiros instituindo a função de inspetor de polícia. Dessa forma, transferiram um “poder” de polícia transitório aos líderes do movimento, sendo que o Major Machado, representante do governador, nomeou Jácomo Trento e outros líderes como inspetores especiais de polícia. E “para comprovar aos colonos que a Polícia Militar estava com eles, determinou que Jácomo Trento e seu grupo, junto com policiais, fosse (sic) para o interior fechar os escritórios e prender os jagunços. No início o Major Machado foi junto” (GOMES, 1987, p. 93).

Em Francisco Beltrão, havia dois escritórios das companhias imobiliárias (Comercial e CITLA), portanto, a situação diferenciava-se das de Pato Branco e da região de fronteira com Argentina, porém, a situação era mais calma do que outras regiões, já que, a presença “do quartel do Exército que fornecia certa sensação de segurança pública ao patrulhar a cidade até a madrugada no dia da Luta Social” (RIPPEL, 2012, p. 55). No dia 11 de outubro de 1957, “começou a depredação dos escritórios das companhias. Tudo foi jogado para a rua, principalmente as notas promissórias. Foi um acontecimento marcante e uma grande festa para os colonos” (LAZIER, 1998, p. 59).

Mesmo com a finalização da luta pela posse da terra, em outubro de 1957, os interesses dos posseiros ainda não estavam consolidados, tendo em vista que os títulos da posse ainda não haviam se concretizado, pois era uma região *sub judice*, ou seja, a propriedade privada legal das terras não estava efetivada. É nesse sentido que as lideranças locais irão se mobilizar para tentar o comprometimento dos candidatos à Presidência da República de 1960, a “campanha eleitoral do ano de 1960 para eleição do Presidente da República foi um momento de negociação política na tentativa de comprometer os candidatos com a situação vivida pelos posseiros e pela região como um todo” (POLI, 2009, p. 126). Dentre os candidatos, o único que se

comprometeu a resolver a questão foi Jânio Quadros, da coligação PTN-PDC-UDN-PR-PL, o feito angariou muitos votos na região¹⁰.

Eleito em 1961, o presidente Jânio Quadros (1917-1992) desapropriou em torno de 500 milhões de hectares de terra, atendendo, assim, as reivindicações dos posseiros. Com a renúncia do Presidente Jânio Quadros, em 1962, o sucessor João Goulart articulou um acordo entre o estado e a União, em que ambos renunciaram as suas pretensões de posse das terras. Em 1962, o presidente João Goulart (1919-1976), com o Decreto 51.431, de 19 de março de 1962, criou o GETSOP, organismo proposto para transformar os posseiros em proprietários. O GETSOP, que estava subordinado diretamente ao Gabinete Militar da Presidência da República, tinha a missão de medir, demarcar e dividir os lotes; respeitando a posse e a decisão dos posseiros.¹¹ Por conseguinte:

Estes traços peculiares ao processo de colonização do Sudoeste paranaense produziram uma tessitura territorial que provocou desdobramentos, entre outras coisas, na configuração fundiária. A constituição do território é produto e condição dos processos socioespaciais. (ALVES, et al., 2004, p. 157).

No entanto, a luta pela terra não se esgota em 1957 e com a legitimação finalizada com os trabalhos da GETSOP, pois, partir da segunda geração do fluxo migratório sulista há um aumento populacional e por consequência a demanda por terras. Nesse sentido, alguns irão migrar para a região Centro-Oeste e outros irão contribuir na construção do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), e continuar a luta pelo acesso à terra. Portanto, foi através da luta pelo acesso a terra que o Sudoeste apresenta a atual estrutura fundiária.

Em 1969, 92,8% dos estabelecimentos do Sudoeste paranaense estavam no estrato de 0 a 50 hectares, correspondendo assim, a 60,5% de toda área ocupada na mesorregião. Já no estrato de 51 a 1.000 hectares existia 7,2% dos estabelecimentos correspondendo uma área ocupada de 28,9%, e no estrato acima de 1001 hectares correspondia a 30 estabelecimentos com 10,6% do total da área ocupada no Sudoeste do Paraná (ALVES, et al., 2004, p. 157). Segundo Alves apud Feres (2004), em 1969, o

¹⁰ Com a promessa feita por Jânio Quadros, as lideranças locais, apesar de não serem do mesmo partido, apoiaram-no na campanha presidencial de 1960. Cabe salientar que o General Lott, do mesmo partido do prefeito de Francisco Beltrão, não se comprometeu na resolução do problema, perdendo o apoio político local.

¹¹ Para cumprir esta função, o Gabinete Militar enviou distintos efetivos militares para a região, onde, durante o período, ficaram estabelecidos em bases militares na cidade de Francisco Beltrão, a 3ª Companhia de Infantaria, a 2ª Divisão de Levantamento e o 5º Batalhão de Engenharia.

número de estabelecimentos rurais no Sudoeste do Paraná era de 43.648. Na tabela abaixo, pode-se evidenciar os dados da estrutura fundiária de 2006 na região.

Percebemos que os números de estabelecimentos rurais até 100 hectares correspondem a mais de 92% deles, isso demonstra a forte presença do minifúndio devido ao processo de colonização concretizado na região. Porém, outro dado que chama a atenção relaciona-se ao número de estabelecimentos de 5 a 50 hectares, correspondendo a 44% de todos os estabelecimentos rurais no Sudoeste do Paraná, e os de 1 a 5 hectares, que totalizam 6561, 17% dos estabelecimentos. Portanto, mais de 60% dos estabelecimentos rurais no Sudoeste do Paraná têm menos de 50 hectares. Embora existam algumas grandes propriedades, a estrutura fundiária do Sudoeste do Paraná é marcada pela forte presença da pequena propriedade rural.

De acordo com os dados expostos na tabela 2, percebemos que em 2006 existia um total de 37.322 propriedades rurais no Sudoeste paranaense, ou seja, uma diminuição de 6.326 e 12% do número das propriedades em relação a 1969. Tudo indica que a diminuição do número dos estabelecimentos rurais no Sudoeste do Paraná é resultado da modernização do campo e do êxodo rural que a partir de 1980 se intensificou na região.

De acordo com Santos (2008), o processo de modernização da agricultura no Sudoeste do Paraná pode ser definido em duas fases. A primeira compreende o período de 1960 até 1980, período esse em que se inicia a constituição das bases ideológicas e materiais; e a segunda inicia-se a partir de 1980, quando se efetiva e se consolida a modernização agrícola.

Mesmo com uma rede hidrográfica relativamente bem distribuída e solos férteis que possibilitam expressiva biodiversidade, o Sudoeste não possui uma topografia propícia à mecanização agrícola, já que apresenta declividade entre 25% e 50%. Apesar disso, “é importante destacar que as condições iniciais adversas e os impactos gerados não se constituem em impedimento à *modernização* da agricultura” (SANTOS, 2008, p. 117).

Tabela 2: Estabelecimentos segundo os grupos de área total (ha) no Sudoeste paranaense.

Variável = Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)			
Condição legal das terras = Total			
Ano 2006			
Mesorregião	geográfica,	Grupos de área total	Número de
Microrregião	geográfica		estabelecimentos
Município	e		

Sudoeste do Paraná	De 1 a menos de 2 há	1.061
	De 2 a menos de 3 há	1.465
	De 3 a menos de 4 há	1.635
	De 4 a menos de 5 há	2.400
	De 5 a menos de 10 há	7.883
	De 10 a menos de 20 há	10.531
	De 20 a menos de 50 há	7.444
	De 50 a menos de 100 há	2.014
	De 100 a menos de 200 há	730
	De 200 a menos de 500 há	368
	De 500 a menos de 1000 há	69
	De 1000 a menos de 2500 há	16
Total	37322	

Fonte: Censo agropecuário 2006.

Mesmo com relativa declividade em sua topografia, uma das várias evidências da modernização agrícola no Sudoeste pode ser observada no aumento do número da utilização de tratores. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 1996, o número de tratores no Sudoeste em 1970 era de 380, em 1980 de 6.325 e em 1996 de 9.217. Sendo assim:

[...] nas áreas mais planas, são cultivados produtos que incorporam, de forma integral, o pacote tecnológico da *modernização* agrícola, [...]. Nas áreas de topografia mais acidentada, os cultivos agrícolas são praticados, porém, utiliza-se o referido pacote de forma parcial, através do emprego de técnicas numa parcela da área total do estabelecimento agrícola. (SANTOS, 2008, p. 117).

Uma vez que nosso objeto é entender as redes de desenvolvimento rural do processo produtivo do leite no Sudoeste do Paraná, atividade predominante nas pequenas propriedades, fez-se indispensável à análise (mesmo que panorâmica), desse processo histórico-geográfico da estruturação fundiária na região.

Apesar do grande crescimento alcançado na atividade leiteira nos últimos anos, o Sudoeste do Paraná ainda apresenta grande potencial na sua produção. É

justamente a adoção de atividades mais intensivas nas pequenas propriedades rurais que proporcionou esse aumento, fazendo com que as dinâmicas das redes de desenvolvimento rural se tornassem cada vez mais complexas, como veremos no terceiro capítulo.

3. SEGUINDO OS ATORES NO CONTEXTO DA PRODUÇÃO DO LEITE

O princípio da simetria generalizada é de extrema importância para compreender a TAR. Os teóricos que propõem tal abordagem irão suprimir a dicotomia moderna de sociedade *versus* natureza, desse modo, a simetria generalizada é uma proposta para compreender a natureza e a sociedade ao mesmo tempo. Esse paradigma é um rompimento com a racionalidade moderna de pensar a sociedade e a natureza em dois polos distintos, no qual a sociedade exerce um papel de dominação em relação a natureza, mas, pelo contrário, uma mesma produção de sociedades em naturezas (LATOUR, 1994).

Segundo a TAR, os agentes sociais não são apenas humanos, e sim uma rede heterogênea onde uma os elementos não humanos também agem. Nesse sentido, inúmeras características que por ventura atribuímos aos atores humanos são originadas em redes e, por conseguinte, essas redes operam a longa e a curta distância. Porém vale ressaltar que quanto mais longa/vertical/distante é a rede, mais poder de ação ela exerce, e quanto mais curta/horizontal/local, menor é seu poder de ação.

Dessa forma, a explicação da realidade compreende um nexo constitutivo de inter-relação entre diferentes atores heterogêneos operando através de redes também heterogêneas. Portanto, para compreender as mudanças ocorridas no espaço rural se faz necessário em nosso entendimento, a análise desses atores atuando em redes interconexas.

3.1 SÉRIE DE DADOS HISTÓRICOS DA PRODUÇÃO DO LEITE NO BRASIL

A intenção deste capítulo é apresentar uma análise histórica da produção e da produtividade do leite e das vacas ordenhadas no Brasil, a partir de 1940 até 2006, com destaque para a produção leiteira no Sul do Brasil, em particular no Paraná. Nesse estado, nossa análise cobrirá o período de 1970 até 2006, pois é somente a partir do ano de 1970 que dispomos de dados do IBGE sobre a produção no estado.

Dados que não poderíamos nos furtar de analisar são os que se referem ao número de estabelecimentos agropecuários, a quantidade produzida e o valor da produção de leite por agricultura familiar e não familiar e tipo de leite no Brasil, como um todo, no Sul do Brasil, no Paraná e no seu Sudoeste no ano de 2006. A tabela

abaixo demonstra a produção de leite no Brasil, a partir de 1940, porém, apenas a partir de 1970 dados estratificados das Grandes Regiões brasileiras são disponibilizados.

Tabela 3: Produção animal em estabelecimentos agropecuários por tipo de produção animal - série histórica (1920/2006).

Produção animal (Milhões litros)										
Tipo de produção animal = Leite de vaca										
Brasil e Grande Região	Ano									
	1920	1940	1950	1960	1970	1975	1980	1985	1995	2006
Brasil	-	1.829.755	2.750.892	3.698.260	6.303.111	8.513.783	11.596.276	12.846.432	17.931.249	20.567.868
Norte	-	-			40.859	48.786	138.422	304.429	846.333	1.368.083
Nordeste	-	-			819.317	1.108.249	1.583.705	1.987.961	2.273.994	2.725.685
Sudeste	-	-			3.387.244	4.843.525	5.922.687	6.288.424	8.089.652	7.746.986
Sul	-	-			64.621	1.871.905	2.682.396	2.804.401	4.110.546	5.683.135
Centro-Oeste	-	-			491.070	641.318	1.269.064	1.461.214	2.610.725	3.043.979

Fonte: IBGE, Produção Pecuária Municipal, 1995 – 1996.

A partir desses dados percebemos que embora haja uma produção relativa no volume de leite no Brasil, é mais em função da quantidade de animais ordenhados do que da utilização de tecnologia no processo produtivo. Observamos pelos dados que a produção leiteira no Brasil tem ganhado cada vez mais espaço, através dos dados de pesquisa que temos disponíveis, constatamos que a produção, bem como o número de vacas ordenhadas, têm aumentado desde a década de 1940, porém, a partir de 1970, se verificará um aumento da produção de forma significativa.

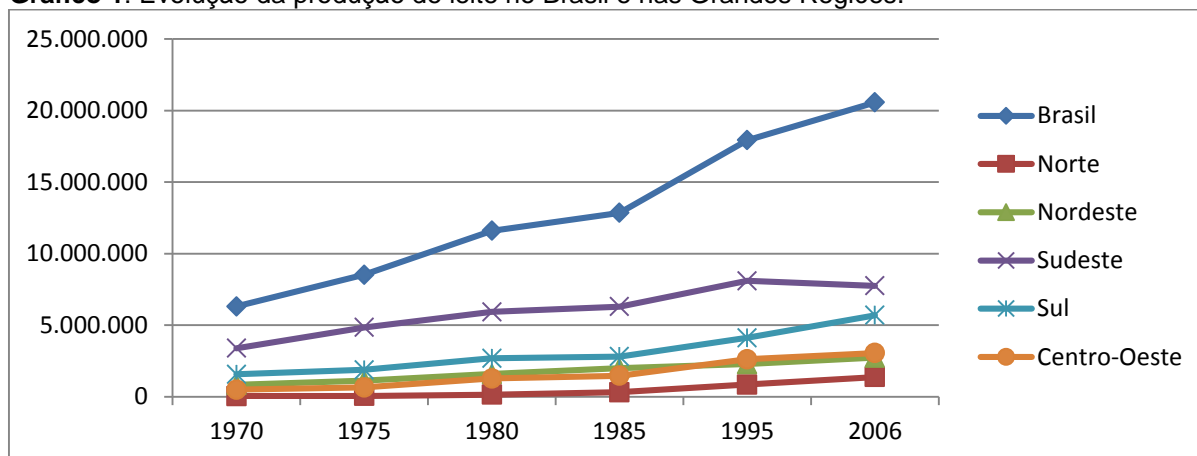
Antes de realizarmos a análise da produção de leite no Brasil, faz-se necessário explicitar o método utilizado para calcular o aumento da produção, que é realizado pela seguinte fórmula: $\frac{Pa}{100} = \frac{Pp}{x}$. Nesse sentido, multiplica-se através da regra de três, na qual Pa (produção anterior) e Pp (produção posterior).

De acordo com os dados do IBGE, dispostos na Tabela 3, em 1940, a produção de leite no Brasil era de 1.829.755 (um bilhão oitocentos e vinte nove milhões e setecentos e cinquenta e cinco) litros de leite; em 1950 teve um aumento de produção de aproximadamente 56,6% em relação à década anterior; em 1960, um aumento de mais de 34% em relação a 1950; e em 1970, um aumento de 70,4% em relação a 1960, 129,13% em relação a 1950 e 244,48% em relação a 1940.

A partir de 1970, já é possível analisar a produção de leite nas Grandes Regiões brasileiras (Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste) bem como dos estados da federação. A região Sudeste, como veremos adiante, vem se mantendo

como a maior produtora de leite do País em números absolutos de litros produzidos. Em 1970, essa região detinha 53,7% da produção brasileira. Minas Gerais, por sua vez, produziu 54,23% da região Sudeste e 29,1% da produção brasileira.

Gráfico 1: Evolução da produção de leite no Brasil e nas Grandes Regiões.



Fonte: IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal – PPM.

Neste mesmo ano, a produção de leite no Sul do Brasil (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) correspondeu a 24,8% do total da produção do país. O Rio Grande do Sul produziu 49,7% de toda produção do sul do Brasil e 12,3% da produção nacional. O Paraná produziu, segundo dados do IBGE, aproximadamente 27% da produção de leite do Sul do País e 6,75% da produção de todo país.

Percebe-se, portanto, pouca expressividade do estado do Paraná na produção de leite, e o estado de Santa Catarina apresenta uma produção que corresponde a pouco mais de 23% de toda a produção da região Sul e a 5,7% em relação ao Brasil.

A terceira região que mais produziu leite em 1970 foi a Nordeste com aproximadamente 13% de toda produção do País. A quarta região, no mesmo período, foi o Centro-Oeste, correspondendo a pouco mais de 7,7% da produção do país, e a região Norte correspondendo a 0,64% da produção nacional total.

Em 1975, a produção de leite no Brasil teve um aumento de 35% em relação a 1970. O total de vacas ordenhadas no Brasil nesse ano era de 12.293.660 (doze bilhões, duzentos e noventa e três milhões, seiscentos e sessenta mil) vacas, considerando o período de lactação de 300 dias/ano por vaca, o que evidencia uma média de 2,31 litros de leite por vaca e demonstra o baixo nível técnico no processo produtivo do leite e por consequência a baixa produtividade.

Novamente, a região que mais se destaca na produção de leite é a região Sudeste, produzindo 56,9% de todo o leite do país. O estado da região que mais se destaca nesse ano é novamente Minas Gerais com 56,5% da produção da região e 32,1% da produção do Brasil.

A região Sul, em 1975, outra vez é a segunda maior produtora de leite do Brasil, com um aumento de aproximadamente 19% em relação a 1970, aproximadamente 22% da produção nacional. O número de vacas ordenhadas no Sul do Brasil nesse ano foi de 2.003.772 (dois bilhões três milhões setecentos e setenta e duas mil) vacas, sendo assim, a média de produção de leite por animal foi de aproximadamente 3,1 litros.

Novamente o estado do Sul com maior produção, nesse período, foi o Rio Grande do Sul, correspondendo a 11% da produção de todo o Brasil e 54,4% da do Sul do país. O estado do Paraná foi o segundo maior produtor do Sul do Brasil com um aumento de 21,7% em relação a 1970, correspondendo aproximadamente a 6,1% da produção nacional e 27,7% da produção do Sul. Santa Catarina teve uma produção pouco menos expressiva que a do Paraná, com um aumento de 13,7%, em relação a 1970, com 4,8% da produção nacional e aproximadamente 21,9% da produção do Sul do Brasil, em torno de 26% a menos que a produção do Paraná e em torno de 130% a menos que a do Rio Grande do Sul.

A terceira região com a maior produção de leite, em 1975, foi a Nordeste com um aumento de 35% em relação a 1970. Esse valor corresponde a aproximadamente 13% da produção brasileira, ou seja, a mesma porcentagem que o ano de 1970. O Nordeste se configura como a quarta região mais produtora, com um aumento de 30% em relação aos cinco anos anteriores, correspondendo a 7,5% de toda produção nacional, uma diminuição de 0,2% nessa média em relação a 1970. A região Norte aparece como o quinto maior produtor com um aumento de 19% se comparado a 1970 e 0,57% da produção brasileira, ou seja, uma diminuição de 0,7% na média nacional em relação a 1970.

Em 1980, segundo dados do IBGE, a produção de leite no Brasil teve um aumento de 36,2% em relação a 1975. Neste ano, a quantidade de vacas ordenhada em todo o país era de 16.512.969 (dezesseis bilhões, quinhentos e doze milhões e novecentos e sessenta e nove mil) animais, porém, em relação à média de leite por animal, não houve alteração, permanecendo o número de 2,3 litros de leite por vaca ordenhada por dia. Sendo assim, a ampliação da produção ocorreu em grande medida

devido ao aumento do número de animais e não em função de melhoramento técnico no processo produtivo.

Tabela 4: Produção de leite por Grandes Regiões em relação à média do Brasil.

Ano	1970	1975	1980	1985	1995	2006
Brasil	100%	100%	100%	100%	100%	100
Sudeste	53,7%	56,9%	51,7%	48,9%	45,1%	37,6%
Sul	24,8%	22%	23,1%	21,8%	22,9%	27,6%
Nordeste	13%	13%	13,6%	15,4%	12,6%	13,2%
Centro-Oeste	7,7%	7,5%	10,9%	11,3%	14,5%	14,7%
Norte	0,64%	0,57%	1,1%	2,4%	4,7%	6,6%

Fonte: IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal. Adaptado por RIPPEL, Leomar, 2016.

A região Sudeste novamente é a que mais se destaca na produção de leite no Brasil nesse período, com uma produção de 51,7%. Embora, na região Sudeste, tenha ocorrido um aumento de 22% quando comparado a 1975, em relação à média brasileira, houve uma diminuição de aproximadamente 5%.

A região Sul teve um aumento de aproximadamente 43% em relação ao ano de 1975, representando 23,1% da produção brasileira, aumento de apenas 1% em relação à média nacional. O número de vaca ordenhada no Sul do Brasil nesse período foi de 2.637.190 (dois bilhões, seiscentos e trinta e sete milhões e cento e noventa mil) animais, sendo de 3,39 a média diária de litros por vacas ordenhadas, ocorreu, por conseguinte, um aumento de aproximadamente 0,3% em relação a 1975.

O Rio Grande do Sul foi o estado com maior produção de leite do Sul do Brasil, representando 11,4% da produção nacional, um aumento de apenas 0,4% na média nacional em relação a 1975. O Paraná teve um aumento de 58,5% em relação a 1975.

O número de vacas ordenhadas, em 1980, no Paraná foi de 899.516 (oitocentos e noventa e nove milhões quinhentos e dezesseis mil), representando uma média de 3,04 litros por animal/dia, 7,09% da produção nacional e 30,6% da produção do Sul do Brasil, o que significou um aumento de 1,8% na média nacional e 3,3% na média da região Sul desde 1975.

O estado de Santa Catarina produziu nesse ano 4,6% da produção nacional e aproximadamente 20% da produção da região Sul. Portanto, houve uma diminuição de 0,25% na média nacional e 1,9% na média de produção da região Sul quando comparado a 1975.

A região Nordeste brasileira novamente foi a terceira na produção de leite, em 1980, representando 13,6% da produção do Brasil, um aumento de 0,6% na média

nacional e um aumento de aproximadamente 70% em relação a 1975. A região Centro-Oeste produziu nesse ano 10,9% da produção nacional e um aumento de 42% em relação a 1975, sendo a segunda região com maior aumento de produtividade nesse período. E, por fim, a região Norte outra vez figura como a última em produção nas Grandes Regiões brasileiras, com 1,1% da produção nacional, portanto com um aumento na média da produção brasileira de 0,53% em relação a 1975.

Um fato que merece destaque é que a região Norte brasileira foi a que teve o maior aumento de produção de todas as Grandes Regiões do País, saltando de 48.786 (quarenta e oito milhões e setecentos e oitenta e seis mil) litros, em 1975, para 138.422 (cento e trinta e oito milhões e quatrocentos e vinte e dois mil) litros em 1980. Tudo leva a crer que foi devido à expansão das fronteiras agrícolas em direção ao Oeste, promovida pela ditadura militar no percurso da Revolução Verde, que levou a esse aumento, tanto na região Centro-Oeste quanto na região Norte.

Em 1985, a produção nacional de leite foi de 12.846.432 (doze bilhões oitocentos e quarenta e seis milhões quatrocentos e trinta e dois litros mil) de litros, com 16.512.969 (dezesesseis bilhões, quinhentos e doze milhões e novecentos e sessenta e nove mil) vacas ordenhadas, numa média de 2,5 litros por animal lactando, representando um aumento de 0,2 litros por animal/dia no Brasil em relação a 1980. Houve, porém, um aumento de 10% na produção em relação a 1980 e novamente percebe-se que o aumento no volume de leite está mais relacionado ao aumento do número de animais do que ao melhoramento técnico.

A região Sudeste brasileira foi outra vez a segunda maior produtora de leite nesse ano, com 48,9% da produção nacional. Percebemos que novamente o estado de Minas Gerais mantém a tradição histórica da produção no Sudeste, com 60% da produção da grande região e 29,3% de toda produção nacional.

A região Sul, nesse ano, teve um aumento de apenas 4,4% em relação a 1980, o que correspondeu a 21,8% da produção nacional, com uma diminuição de 1,8% na média nacional se comparado a 1980. Nesse mesmo período, o número de cabecas ordenhadas na região Sul foi de 2.501.978 (dois bilhões quinhentos e um milhões e novecentos e setenta e oito mil), sendo a média por animal de 3,7 litros/dia.

O estado do Rio Grande do Sul teve uma diminuição de 3% em relação a 1980, correspondendo a 47,28% da produção da região Sul e 10,3% da produção nacional, uma diminuição de 1,1% na média brasileira, pois em 1980 sua participação nessa produção foi de 11,4%. Em Santa Catarina ocorreu um aumento de 13% em

relação aos cinco anos anteriores e correspondeu a 4,7% da produção nacional e 21,5% da região Sul, ficando praticamente inalterada sua participação na média nacional e nos estados do Sul.

O Paraná foi o segundo maior produtor de leite na grande região Sul em 1985, um aumento de 11,8% em relação a 1980, representando 7,16% da produção nacional e 32% da produção do Sul do Brasil, ou seja, uma diminuição de praticamente 1% na média nacional e um aumento de aproximadamente 2% na média da região Sul. Nesse mesmo período a quantidade de vacas ordenhadas no estado era de 929.749 (novecentos e vinte nove milhões, setecentos e quarenta e nove mil), uma média de 3,2% litros por animais, o que demonstra o baixo nível técnico no processo produtivo do leite.

O Nordeste teve um aumento de 25,5% em relação a 1980, correspondendo a 15,4% da produção nacional e sua participação na média nacional foi de aproximadamente 2% a mais do que nos cinco anos anteriores. A região Centro-Oeste passou por um aumento de 15% em relação a 1980, representando 11,37% da produção nacional, portanto um aumento de 0,47% na média nacional.

Embora a região Norte seja a última em produção, um dado que chama a atenção é o aumento significativo de 119% de sua produção em relação a 1980, correspondendo a 2,36% da produção nacional e um aumento de 1,2% na média da produção nacional.

Após analisar a produção de leite de 1985, passaremos a analisar os dados de 1995, neste ano a produção brasileira teve um aumento de 39% em relação a 1985. Nesse período o número de animais ordenhados foi de 20.579.211 (vinte bilhões, quinhentos e setenta e nove milhões e duzentos e onze mil) litros, uma média de 0,87% litros por animais/dia e um aumento de 0,1% em relação à década anterior. A partir disso, concluímos que a média de produção por animais é extremamente baixa e pouco se alterou em várias décadas.

A região Sudeste novamente foi a maior produtora do país, apresentando uma produção aproximadamente 28% maior do que em relação a 1985, representando 45,1% da produção nacional. Mesmo sendo a grande região que mais produziu nesse período, sua participação na média brasileira caiu aproximadamente 4% em relação a 1985.

Minas Gerais foi a unidade federativa que mais produziu na região Sudeste, com a sua produção correspondendo a 30% da nacional e 68% da do Sudeste. Esse

estado, portanto, aumentou sua participação na produtividade tanto na média nacional quanto regional.

De acordo com os dados do IBGE, a produção da região Sul teve um aumento de 33,% em relação a 1985, representando 22,9% da produção nacional. O Rio Grande do Sul foi o estado que mais produziu nesse ano com um aumento de aproximadamente 38% em relação à década anterior, representando 10,5% da produção nacional e 45% da produção regional.

O segundo maior produtor do Sul foi o Paraná com um aumento de 47,3% em relação ao ano de 1985. Esse número corresponde a 7,5% da produção nacional e aproximadamente 33% da produção da região Sul. Uma média de 3,5 litros por cabeça, 0,2 litros de aumento na média em relação à última década. O estado de Santa Catarina passou por um aumento de 44% em relação à década anterior, correspondendo assim a 4,84% da produção nacional e 21,15% da produção da região Sul do Brasil.

De quarta maior produtora, passando para terceira, a região Centro-Oeste produziu 14,55% da produção nacional e aumentou em aproximadamente 1,2% sua média nacional. Notamos que é a primeira vez que a referida região ultrapassa a produção da região Nordeste, um aumento de aproximadamente 78% em relação ao anos de 1985.

Sendo assim, a região Nordeste que estava sempre em terceira colocação na produção nacional, até então, foi a quarta região na produção de leite, apresentando um aumento de 13,2% quando comparado a década anterior, correspondendo a 12,68% da produção nacional e, por conseguinte, a uma diminuição de 2,7% na média nacional em relação a 1985. E, por fim, a região Norte com 6,6% da produção nacional, perfazendo um aumento de 178%, ou seja, embora a região seja a última na produção nacional, foi a que mais aumentou proporcionalmente a sua produção quanto ao ano de 1985.

De acordo com o Censo 2006, a produção brasileira teve um aumento de 14,7% em relação a 1995, nesse período a quantidade de vacas lactando em todo o Brasil era de 20.942.812 (vinte bilhões, novecentos e quarenta e dois milhões e oitocentos e doze mil) animais, ou seja, uma média de 3,2 litros/dia por animal.

A região Sudeste embora seja a com maior produção em 2006 (37,6% da produção nacional) teve uma queda de 4% em relação a 1995, pois, com exceção dos

estados de Minas Gerais e Espírito Santo, que tiveram pequeno aumento, os outros estados diminuíram a sua produtividade.

Dessa forma, o Sudeste embora se mantenha como a primeira maior produtora de leite do Brasil, diminuiu significativamente seu peso na média nacional desde 1970: sendo 17,2% a menos em relação a 1995, 21,1% quanto a 1985, aproximadamente 24% em relação a 1980, 28,8% quanto a 1975 e 26% em relação a 1970. Novamente, Minas Gerais é o estado com maior produção na região, correspondendo a 73,8% da produção de todo o Sudoeste e 27,8% da produção nacional.

A produção da região Sul teve um aumento de 38% comparado a 1995. Nesse período, e correspondendo a 2706% da produção nacional, a região tinha 3.406.597 (três bilhões, quatrocentos e seis milhões e quinhentos e noventa e sete mil) animais sendo ordenhados, portanto, 5,5 litros/dia de média por animal. Comparado a 1980, percebemos um aumento de 1,8 litros/dia por vaca, aumento significativo para o período.

O estado do Rio Grande do Sul teve um aumento de 30% em relação a 1995, o que correspondeu a 43,2% da produção da região Sul e aproximadamente 12% da produção nacional. O Paraná teve um aumento de 34% em relação a 1995. Nesse período, a quantidade de animais ordenhados no estado foi de 1.383.374 (um bilhão trezentos e oitenta e três milhões trezentos e setenta e quatro mil) litros, com uma média de 4,4 litros/dia por animal, correspondendo a 32% da produção da região Sul e a 8,9% da produção nacional.

A região Centro-Oeste é a terceira que mais produz leite no país, correspondendo a 14,7% da produção nacional e que teve um aumento de 16,5% em relação a 1995. O Nordeste teve um aumento de 19% em relação a 1995, representando 13,2% da produção nacional. E, por fim, o Norte brasileiro com um aumento de 61,6%, representando 6,6% da produção nacional.

A partir do exposto, é interessante observarmos que o Brasil vem apresentando um aumento significativo na produção de leite, porém esse aumento é mais significativo ainda a partir de 2003. Segundo dados do Departamento de Economia Rural (DERAL), de 2014, de 2003 a 2013 a produção brasileira cresceu aproximadamente 54%, conforme exposto na tabela abaixo.

Tabela 5: Produção leiteira no Brasil – 2003 a 2013 (em milhões de litros).

Ano	Produção (em litros)
2003	22.253.863
2004	23.474.694
2005	24.620.859
2006	25.398.219
2007	26.137.266
2008	27.585.346
2009	29.085.495
2010	30.715.460
2011	32.096.214
2012	32.304.421
2013	34.255.236
Variação 2003/2013	54%

Fonte: IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal apud SEAB – Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento. DERAL - Departamento de Economia Rural.

Analisando as tabelas a seguir, percebemos que as regiões Sudeste e Sul novamente são as que mais se destacam na produção de leite no país. Embora a região Sudeste seja a maior produtora há décadas, ela vem perdendo espaço na média nacional, em grande medida devido ao aumento significativo dessa média na região Sul. Dessa forma, essas regiões, no ano de 2012, contribuíram com 69% da produção nacional, uma vez que essa foi de mais de 32,3 bilhões de litros e as mesmas produziram mais de 22,3 bilhões de litros de leite, conforme tabela abaixo.

Tabela 6: Produção de origem animal – Ranking descendente das Grandes Regiões.

Leite (Milhões Litros)					
Ano 2012					
Ranking	Grande Região	Produção	%	Vacas Ordenhadas	Produtividade/vaca/dia
1	Sudeste	11.591.140	35,8	7.984.355	4,8
2	Sul	10.735.645	33,2	4.210.723	8,5
3	Centro-Oeste	4.818.006	14,9	3.826.497	4,2
4	Nordeste	3.501.316	10,8	4.493.504	2,6
5	Norte	1.658.315	5,1	2.288.440	2,4

Fonte: IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal apud SEAB – Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento. DERAL - Departamento de Economia Rural Ano.

De acordo com o DERAL (2014), em 2013, a participação dessas regiões cresceu ainda mais. A região Sudeste contribuiu com 35% da produção nacional e a região Sul com 34%. Conforme observamos na tabela a seguir, “Minas Gerais manteve o primeiro lugar no ‘ranking’ da produção leiteira, representando 27% do total produzido, seguido pelo Rio Grande do Sul com 13%, Paraná com 12,6% e Goiás com 11%” (DERAL, 2014, p. 5).

Tabela 7: Produção de origem animal – Ranking descendente das Grandes Regiões.
Leite (Milhões Litros)

Ano 2013					
Ranking	Grande Região	Produção	%	Vacas Ordenhadas	Produtividade/vaca/dia
1	Sudeste	12.019.946	35,1	8.106.560	4,9
2	Sul	11.774.330	34,3	4.403.259	8,9
3	Centro-Oeste	5.016.291	14,6	3.834.697	4,7
4	Nordeste	3.598.249	10,5	4.633.952	2,5
5	Norte	1.846.419	5,4	1.976.069	3,1

Fonte: IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal apud SEAB – Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento. DERAL - Departamento de Economia Rural.

Conforme se evidencia nas tabelas acima, os ganhos de produtividade em todas as regiões do Brasil se encontram extremamente baixos, com exceção da região Sul, a qual produz 9 litros/vaca/dia e mantém a produtividade acima da média nacional. Entretanto, se levarmos em consideração que, em 2014, a Nova Zelândia teve uma produtividade de 13,1 litros/vaca/dia, a União Europeia 20,6 litros/vaca/dia e os Estados Unidos 33 litros/vaca/dia, o Brasil precisa multiplicar os seus ganhos de produtividade.

De acordo com o DERAL (2014), os estados da região Sul têm alguns pontos favoráveis para o sucesso da atividade leiteira, como: clima ameno, pastagens de qualidade e produção agrícola em larga escala, o que permite a utilização de “subprodutos” de qualidade das lavouras na alimentação das vacas leiteiras; produtores capacitados, rebanhos de genética de ponta, povos que trazem em sua cultura a experiência na criação do gado leiteiro e programas governamentais de apoio à atividade, entre outros aspectos que beneficiam a produção. É mister frisar,

portanto, a importância dos elementos não humanos da TAR nas análises da realidade.

Como tentamos evidenciar ao longo das páginas anteriores, mesmo que o Sul do Brasil venha ganhando cada vez mais espaço na produção de leite na média nacional, a partir da década de 1970, ainda há um espaço considerável para ganhos de produtividade. Entretanto, é a partir de 1990 que essa região tem se destacado na média de volume de leite produzido no país.

É importante salientar que a modernização agrícola, a partir de então, chegará com muita intensidade nos três estados do Sul. Assim, as regiões com declividade no Sul do Brasil e, principalmente, no oeste de Santa Catarina e Sudoeste e Oeste do Paraná ganharão cada vez mais notoriedade no aumento da produção e da produtividade. É devido a essa nova realidade produtiva nas pequenas propriedades rurais que serão constituídas as cooperativas de leite da agricultura familiar, no intuito de organizar-se de forma coletiva e buscar agregar valor à matéria prima em função dos ganhos cada vez maior de produtividade.

Com a elevação do preço do leite, em função da constituição das cooperativas, mais produtores de leite foram atraídos para a atividade, fazendo com que essas mesorregiões se tornassem cada vez mais interessantes para as empresas ligadas ao setor lácteo, bem como para um conjunto de empresas prestadoras de serviços ligadas ao melhoramento genético, ao manejo de equipamentos e de alimentos.

O Brasil, porém, possui uma grande discrepância produtiva entre as regiões e estados da federação. Como mostrado ao longo desse capítulo, Minas Gerais possui uma tradição “na produção leiteira, um grande rebanho de animais de genética apurada, boas condições climáticas, grande uso de tecnologias de produção e boa nutrição dos rebanhos leiteiros, o que se reverte no sucesso da produtividade leiteira” (DERAL, 2014, p. 6-7).

3.2 BRASIL: ALTA PRODUÇÃO E BAIXA PRODUTIVIDADE

O Brasil apresentou, em 2013, a quinta maior produção de leite mundial com 34,25 bilhões de litros e no ano de 2014 sua produção foi de 37,75 bilhões de litros, um aumento de 5% em relação ao ano anterior, mesmo assim, a balança comercial de lácteos é negativa. Em 2010, o Brasil importou 113.413 toneladas, correspondendo

a US\$ 336.167.307 e exportou 58.440 toneladas, com um ganho de US\$ 156.476.667, ou seja, um déficit de US\$ 179.690.640.

A importação brasileira, em 2014, foi de 108.952 toneladas, correspondendo a US\$ 456.469.279 e a exportação de 86.241 toneladas, significando uma entrada de US\$ 346.183.726, totalizando um déficit comercial de 110.285.553 (DERAL, 2014). Mesmo que em 2014 o Brasil tenha reduzido 49,7% de seu déficit na balança comercial dos produtos lácteos se comparado a 2010, ele é ainda significativo para um País que é o quinto maior produtor de leite do mundo.

Tudo indica que o País irá aumentar sua produção nos próximos anos e talvez chegue a ser o quarto maior produtor de leite, superando a China. No entanto, em curto e médio prazo dificilmente ultrapassará os EUA, Índia e União Europeia, uma vez que os mesmos têm uma produção muito superior à brasileira, conforme se verifica na tabela abaixo.

Tabela 8: Produção mundial de leite (mil toneladas).

PAÍSES	2010	2011	2012	2013	2014*
União Europeia	139.492	142.920	143.750	143.850	144.750
Índia	117.000	123.000	129.000	134.500	141.125
Estados Unidos	87.474	88.978	90.824	91.444	93.123
China	30.528	31.980	33.960	35.950	38.550
Brasil	29.948	30.715	31.490	32.380	33.375
Rússia	31.847	31.646	31.917	31.400	31.400
Nova Zelândia	17.173	18.965	20.567	19.678	20.569
Argentina	10.600	11.470	11.679	11.796	12.209
Ucrânia	11.249	11.085	11.378	11.470	11.540
México	11.201	11.213	11.434	11.421	11.502
Austrália	9.327	9.568	9.811	9.570	9.880
Canadá	8.350	8.400	8.614	8.535	8.450
Japão	7.721	7.474	7.631	7.560	7.580
Coréia	2.073	1.888	2.111	2.153	2.196
Taiwan	363	353	364	362	372
Philipinas	19	20	21	22	23
Chile	0	0	0	0	0
Outros Países	0	0	0	0	0
Total	514.365	529.675	544.551	552.091	566.644

Fonte: USDA – Departamento de Agricultura dos Estados Unidos apud SEAB – Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento. DERAL - Departamento de Economia Rural - * Previsão (2014).

Embora a posição do Brasil entre os cinco maiores produtores de lácteos do mundo, seu volume de leite se dá mais pelo grande número de seu rebanho do que pela densidade técnica inserida na produção. Enquanto o Brasil tem o segundo maior rebanho do mundo e é apenas o quinto maior produtor, a União Europeia tem pouco mais que a metade do nosso rebanho e produz praticamente cinco vezes mais, os Estados Unidos tem um número de rebanho quatro vezes menor que o do Brasil e produz praticamente três vezes mais.

Comparado à China, o Brasil tem 2,5 vezes mais rebanho, mas sua produção é 1,2 vezes menor; em relação à Índia, embora o Brasil tenha uma produção quatro vezes menor, isso se deve ao fato de a Índia possuir um rebanho três vezes maior do que o brasileiro, portanto proporcionalmente a Índia tem uma produção menor do que a brasileira, como pode ser verificado na tabela abaixo.

Tabela 9: Número de vacas leiteiras no mundo (milhares de cabeças).

Países	2010	2011	2012	2013	2014*
Índia	128.800	129.000	129.350	129.700	130.100
Brasil	37.032	37.367	37.676	38.259	38.854
União Europeia	23.870	23.314	23.051	23.204	23.200
China	12.603	12.960	13.540	14.352	15.215
Estados Unidos	9.086	9.150	9.230	9.220	9.220
Rússia	8.858	8.553	8.678	8.540	8.380
Nova Zelândia	4.597	4.680	4.816	5.018	5.043
Colômbia	4.300	4.300	4.300	4.300	4.300
Egito	3.860	3.885	3.960	3.980	3.990
México	3.175	3.185	3.200	3.200	3.200
Ucrânia	2.737	2.631	2.675	2.655	2.650
Argentina	2.100	2.100	2.100	2.100	2.100
Austrália	1.596	1.589	1.700	1.725	1.710
Belarus	1.445	1.478	1.477	1.550	1.550
Canadá	966	966	958	963	960
Japão	830	805	813	798	790
Uruguai	350	350	360	370	380
Outros Países	304	278	283	299	300
Total	246.509	246.591	248.167	250.233	251.942

Fonte: USDA – Departamento de Agricultura dos Estados Unidos apud SEAB – Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento. DERAL - Departamento de Economia Rural - * Previsão (2014).

Ao analisarmos as tabelas acima e compará-las com a tabela abaixo, percebemos que o Brasil carece aperfeiçoar-se no que se refere à técnica produtiva, como o melhoramento genético nos plantéis das vacas, a inserção de tecnologia de ponta nas propriedades rurais, o manejo e a produção de alimentos adequados e a qualidade nutricional do rebanho. Isso não significa que em muitas propriedades não haja tais melhoramentos, contudo proporcionalmente é um número muito baixo na média geral das propriedades brasileiras.

Tabela 10: Ranking de produtividade por litros/vaca/dia

PAÍSES	2010	2014*
União Europeia	19,4	20,8
Índia	3,2	3,6
Estados Unidos	33	33,6
China	8,1	8,4
Brasil	2,7	2,9
Rússia	12	12,4
Nova Zelândia	12,5	13,5
Argentina	17	19,3
Ucrânia	13,6	14,5
México	11,8	12
Austrália	19,5	19,2
Canadá	28,9	29,3
Japão	31	32

Fonte: USDA – Departamento de Agricultura dos Estados Unidos apud SEAB – Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento. DERAL - Departamento de Economia Rural.

A necessidade desses melhoramentos não significa que o Brasil não se tecnificou na produção leiteira nos últimos anos, pois ao analisarmos o censo agropecuário de 2006, percebemos que houve uma redução significativa no número de estabelecimentos de produção de leite no Brasil em relação ao censo de 1996.

No referido ano, havia aproximadamente 1,8 milhões de estabelecimentos que produziam leite no País e dez anos depois mais de 450 mil haviam deixado de fazê-lo. No mesmo período, houve um aumento de 27,1% na produção, entretanto, devemos destacar que o rebanho aumentou 22,3%, o que aponta para a concentração do setor, aliada ao baixo aprimoramento técnico se comparado com os países de melhor produção mundial com exceção da Índia.

3.2.1 A importância da densidade técnica no aumento produtivo da região Sul

Todas as regiões do Brasil registraram uma redução no número de produtores de leite, sendo que na região Sul, no ano de 2006, foi onde se verificou a maior queda, com uma diminuição de 32% no número de estabelecimentos. Contudo, no que se refere ao aumento da produção, a região Sul teve os maiores aumentos nas taxas de produtividade, e, dentro de três anos, possivelmente, deverá ser a maior produtora do País, devido a três fatores associados que apontam para o aumento do nível técnico: a) melhoria na qualidade das pastagens, b) capacitação dos produtores e c) genética de ponta e manejo.

Os dados coletados pelo DERAL, em 2006, apontam que enquanto apenas 13% dos produtores brasileiros tinham ordenha mecânica, os produtores do Sul que possuíam tal equipamento representavam 38,2%. Praticamente a mesma relação ocorria com a inseminação artificial, sendo que enquanto apenas 7,6% dos produtores brasileiros realizavam tal prática, na região Sul 22,3% melhoravam geneticamente o plantel das vacas. E no que tange ao tanque de resfriamento, em 2006 apenas 10,8% dos produtores brasileiros possuíam tal equipamento e na região Sul esse percentual era de 24,1%.

3.2.2 A produção em escala e a concentração produtiva do leite

A realidade tem mostrado, contudo, que são os agricultores familiares de menor porte que estão abandonando a atividade leiteira, ou seja, aqueles que têm dificuldade de melhorar as técnicas produtivas, e tudo indica que haverá um aumento na produção e na produtividade, haja vista que há a tendência de concentração na produção e aumento da escala produtiva em menos estabelecimentos rurais. De acordo com o censo agropecuário de 2006, os estabelecimentos familiares eram responsáveis por 58% do total de leite produzido no País e a atividade leiteira mais dinâmica e competitiva tem surgido na região Sul do Brasil. No entanto, sua dinâmica vem alimentando um processo de diferenciação, concentração da produção e exclusão social.

Em quase todos os principais países produtores de leite, o crescimento do rebanho foi inferior ao crescimento da produção, o que nos leva a crer que os animais tornaram-se mais produtivos e houve investimentos no melhoramento, na genética, na alimentação, na sanidade, no manejo, enfim, nas tecnologias de produção que ocasionam o aumento da produtividade dos rebanhos.

Pelo fato de o Brasil ser um país com alta concentração fundiária, onde a agricultura familiar representa menos do que 10% da extensão territorial, dificilmente o País ultrapassará a quarta colocação mundial na produção de leite, uma vez que mais da metade da sua produção está sob a responsabilidade da agricultura familiar. A produção de soja vem tomando cada vez mais espaço na produção agrícola, e a sucessão familiar é um dos principais problemas enfrentados nas unidades familiares, sendo assim, o aumento de produção está mais centrado no avanço da densidade técnica do que na expansão do rebanho e de novas áreas.

Em relação a sucessão familiar, é importante destacar que além da modernização do campo que ocorreu a partir de 1950 no Brasil, mas no Sudoeste, se tornou mais intenso a partir de 1970, houve também a partir de 2003 uma política do governo federal de inclusão nas universidades, que também contribuiu para os jovens saírem do campo.

Entretanto, como mostrado anteriormente, no Sudoeste do Paraná a estrutura fundiária é basicamente composta de agricultores familiares, desse modo, a atividade leiteira vem aumentando significativamente a partir de 1990 e principalmente a partir do início de 2000. Portanto, na próxima seção se faz necessário que analisemos os atores sociais envolvidos nesse processo produtivo tanto do ponto de vista da produção quanto da produtividade.

4. SEGUINDO OS ATORES SOCIAIS NA PRODUÇÃO DE LEITE NO SUDOESTE DO PARANÁ

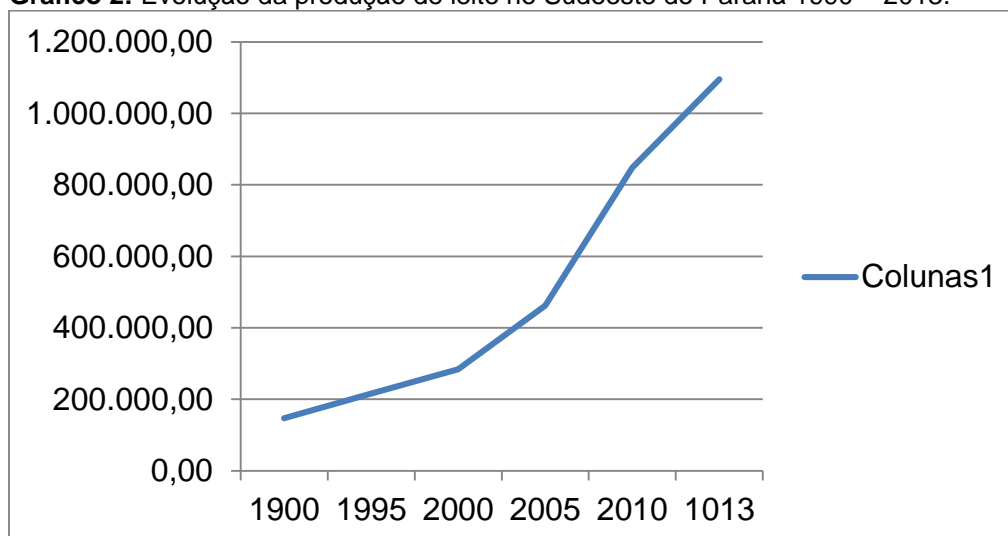
4.1 A IMPORTÂNCIA DO PRONAF NA ATIVIDADE LEITEIRA

Como vimos, entre os anos de 1950 e 2000, apesar de ter havido um crescimento expressivo na produção de leite em todo o território nacional, ele foi mais expressivo em territórios onde há predominância da agricultura familiar. Esse foi um fenômeno que se acentuou após a criação do PRONAF em 1996.

Apenas para termos uma ideia da importância do PRONAF na atividade leiteira, apresentaremos os números de contratos e os valores liberados no Brasil e no Paraná no custeio e investimento pecuário nos anos de 1999 e de 2012.

Em 1999, no Brasil, o total de contratos para o custeio pecuário com animais foi de 5.984 e os valores foram de R\$ 11.935.467,39. No que se refere ao investimento pecuário em animais de serviços, foram realizados 173 contratos e R\$ 123.533,46 investidos. No mesmo ano, no estado do Paraná, o número de contratos para o custeio pecuário foi de apenas 202 e os valores liberados foram de R\$ 356.551,14. Em relação aos investimentos pecuários em animais de serviço no Paraná, naquele ano, não foi feito nenhum investimento (MDA, 1999).

Gráfico 2: Evolução da produção de leite no Sudoeste do Paraná 1990 – 2013.



Fonte: IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal 2013.

Analisando os dados de 2012, percebemos o impacto do PRONAF na atividade leiteira, tanto no Brasil quanto no Paraná e, por consequência, impactando diretamente no Sudoeste porque é uma região onde predomina a agricultura familiar. Segundo o MDA, para o custeio pecuário de animais, em 2012, foram realizados 161.408 contratos em todo o Brasil, totalizando R\$ 1.931.240.883,92. No estado do Paraná, na modalidade custeio pecuário, foram realizados 13.717 contratos e liberados R\$ 175.054.461,58 e para o investimento agrícola em animais de serviços foram realizados 54 contratos e liberados R\$ 969.606,73.

Vale destacar também que, o número de contrato e os valores disponíveis para o PRONAF, aumentou exponencialmente após o governo Lula. A partir dos dados acima, percebemos que o aumento no número dos contratos, bem como o dos recursos disponibilizados para a agricultura familiar, foi de fundamental importância para o aprimoramento técnico da atividade leiteira, tais como investimentos em manejo de equipamento, alimentação e principalmente genético, como veremos a seguir.

4.1.1 A relação da agricultura familiar e da atividade leiteira no Sudoeste do Paraná

Segundo o IBGE 2006, os estabelecimentos rurais no Sudoeste paranaense com menos de 10 hectares correspondem a 43,7%; no estrato de 10 a 100 hectares encontram-se 53,7% deles e apenas 2,5% dos estabelecimentos rurais se encontram acima de 100 hectares, ou seja, os com menos de 100 hectares totalizam mais de 97% dos estabelecimentos. Por conseguinte, a predominância fundiária regional decorre do processo de ocupação e colonização, discutido no primeiro capítulo, e tem relação direta com a atividade leiteira.

Atualmente, a região Sudoeste do Paraná se tornou a maior bacia leiteira do estado, uma vez que há trinta anos sua produção era basicamente de subsistência familiar. Sendo que a elaboração de queijo artesanal era uma forma de aproveitar o excedente, tanto para o autoconsumo quanto para obtenção de alguma renda extra ou como prática de escambo.

Tabela 11: Produção de leite no Sudoeste do Paraná, vacas ordenhadas e produtividade por litros/vaca/dia.

Ano	Litros de leite (mil)	Vacas ordenhadas	Produtividade litros/vaca/dia
1974	76.945	70.063	3,66
1975	72.258	65.554	3,67
1980	60.534	71.116	2,8
1985	91.842	76.270	4,0
1995	216.247	135.361	5,3

Fonte: IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal – PPM.

Conforme percebemos na tabela e foi mencionado anteriormente, em 1985, a produção de leite da região Sudoeste do Paraná era de 91.842 milhões de litros por ano, e após trinta anos segundo dados da SEAB/DERAL sua produção já ultrapassa um bilhão de litros, representando um quarto da produção do estado do Paraná. Dessa forma, apesar do extraordinário crescimento da atividade leiteira na região nos últimos anos, o Sudoeste do Paraná, formado por 42 municípios, com exceção de Palmas, Clevelândia, Coronel Domingos Soares, Honório Serpa e Mangueirinha, que se caracterizam por uma maior concentração fundiária, apresenta ainda um grande potencial leiteiro.

Em apenas seis anos, de 2008 a 2013, a produção de leite na região cresceu mais de 100%, sendo a região do estado em que a atividade leiteira mais evoluiu, enquanto nesse mesmo período o crescimento médio no estado foi de apenas 54%. Embora, o número de vacas ordenhadas também tenha aumentado nesse mesmo período em torno de 15%, foi muito inferior ao aumento da produtividade, bem como à média do estado que cresceu 21%.

Sendo assim, considerando o período de lactação do animal num ciclo de 3000 dias, podemos concluir que o crescimento da produção no Sudoeste do Paraná ocorreu, sobretudo, pela elevação da produção média de leite por vaca/dia, que passou de 8,7, em 2008, para 11,3, em 2013, do que pelo aumento do número de animais, conforme observamos nas tabelas abaixo.

Tabela 12: Produção de leite (mil litros) no Paraná, Sudoeste e Oeste.

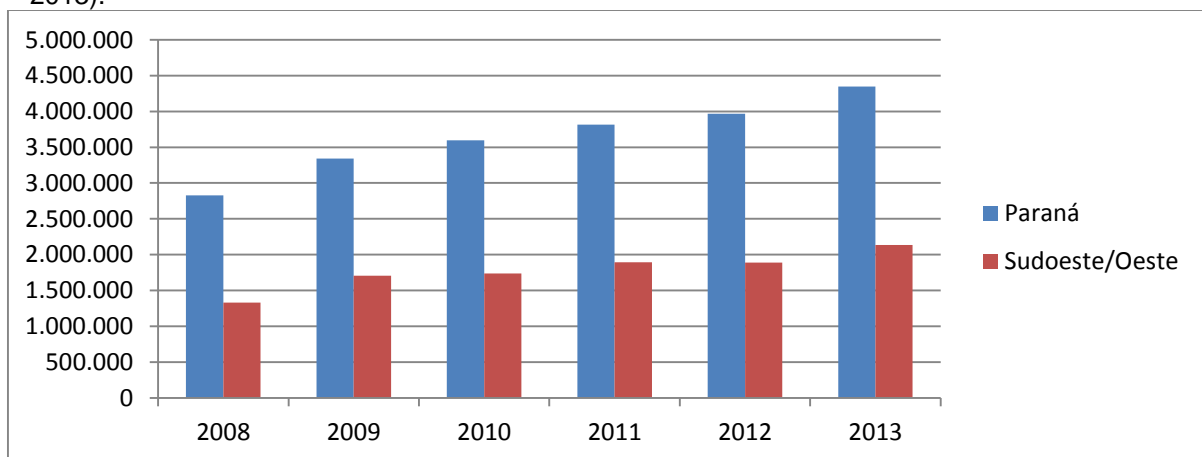
ANO	PARANÁ	SUDOESTE	OESTE
2008	2.827.931	547.327	783.177
2009	3.339.306	795.825	909.484
2010	3.595.775	848.342	887.705
2011	3.815.582	904.743	991.317
2012	3.968.506	914.472	974.993
2013	4.347.493	1.095.843	1.037.799
Evolução (%) 2008/2013	54	100	32

Fonte: IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal – PPM.

Gráfico 3: Evolução da produção de leite do Paraná, Sudoeste e Oeste (2008 – 2013).

Fonte: IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal – PPM.

Ao analisarmos a tabela nove e os gráficos 1 e 2, notamos que a produção de leite das regiões Sudoeste e Oeste do Paraná compreende praticamente a metade de toda a produção do estado, possivelmente, porque o Sudoeste do Paraná tem uma estrutura fundiária muito desconcentrada, assim como parte significativa do Oeste do estado. Por conseguinte, de 2008 a 2013, tanto o Sudoeste quanto o Oeste contribuíram com praticamente 25% de toda a produção estadual, porém a participação expressiva da produção do Oeste está mais relacionada ao número do rebanho do que à densidade técnica.

Gráfico 4: Participação da produção de leite da região Sudoeste e Oeste no estado do Paraná (2008 – 2013).

Fonte: IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal – PPM.

A tabela 12 e o gráfico três ilustram o aumento do número do rebanho no estado do Paraná e nas regiões Sudoeste e Oeste. Percebemos que no Sudoeste, de 2008 a 2013, houve um aumento de 53% no número do rebanho, no entanto, o aumento mais significativo ocorreu no período de 2011 a 2013. Na região Oeste houve

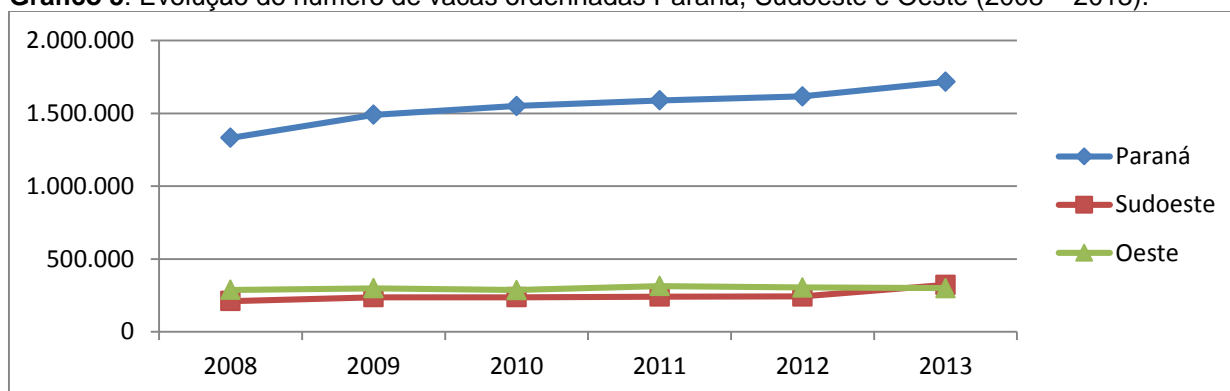
um aumento de apenas 4% no número do rebanho, de 2008 a 2013, e uma diminuição de 3,4% de 2011 a 2013.

Tabela 13: Vacas ordenhadas (cabeças) no Paraná, Sudoeste e Oeste.

ANO	PARANÁ	SUDOESTE	OESTE
2008	1.331.683	210.697	287.603
2009	1.489.241	237.126	298.077
2010	1.550.396	236.847	285.860
2011	1.588.638	240.928	313.365
2012	1.615.916	242.328	304.380
2013	1.715.686	321.747	299.957
Evolução (%) 2008/2013	29	53	4

Fonte: IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal – PPM.

Gráfico 5: Evolução do número de vacas ordenhadas Paraná, Sudoeste e Oeste (2008 – 2013).



Fonte: IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal – PPM.

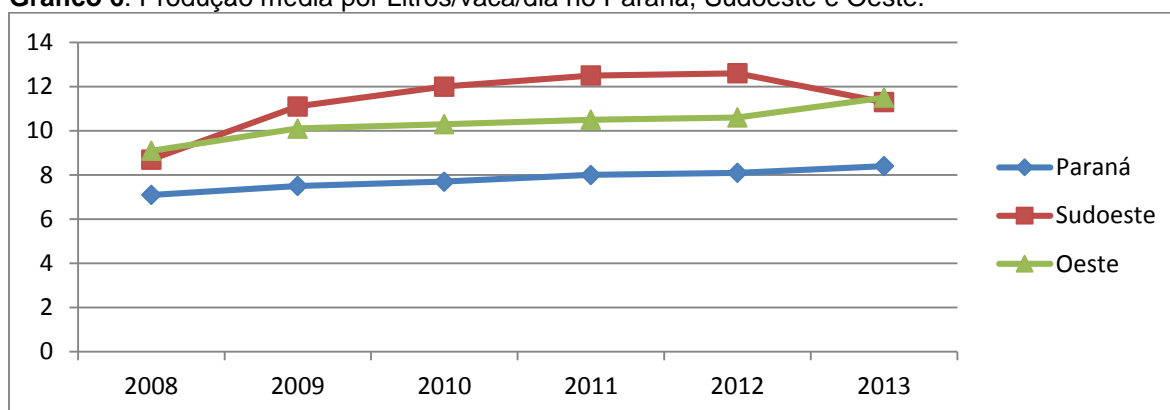
Observamos na tabela 11 e no gráfico 4, enquanto que no Paraná a evolução média ocorre de forma paulatina, durante o período analisado e, mesmo que de 2008 a 2013, tenha ocorrido aumento de 18,3% na produção média, em nenhum momento, houve um acréscimo de acima de 5% de um ano para o outro.

No Sudoeste do Paraná, o aumento da média litros/vaca/dia foi expressivo no período analisado. Nesse sentido, notamos um aumento de 30%, de 2008 a 2013, porém, o que chama a atenção é a evolução de 27%, de 2008 a 2009, e uma diminuição de 11% de 2012 a 2013. Já em relação à região Oeste, a evolução média no período analisado foi de 26,3%. No entanto, os aumentos mais expressivos ocorreram de 2008 a 2009 e de 2012 a 2013, com um acréscimo de 11% e de 8%, respectivamente.

Tabela 14: Produção média por Litros/vaca/dia no Paraná, Sudoeste e Oeste.

Paraná	Litros/vaca/dia	Sudoeste	Litros/vaca/dia	Oeste	Litros/vaca/dia
2008	7,1	2008	8,7	2008	9,1
2009	7,5	2009	11,1	2009	10,1
2010	7,7	2010	12,0	2010	10,3
2011	8,0	2011	12,5	2011	10,5
2012	8,1	2012	12,6	2012	10,6
2013	8,4	2013	11,3	2013	11,5
Evolução 2008/2013 (%)	18,3		30		26,3

Fonte: IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal – PPM.

Gráfico 6: Produção média por Litros/vaca/dia no Paraná, Sudoeste e Oeste.

Fonte: IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal – PPM.

Embora a região Oeste tenha maior produção de leite do que a região Sudoeste, percebemos através das tabelas e gráficos que a maior média de litro/vaca/dia é a da região Sudoeste, com exceção do ano de 2013, quando a região teve uma maior média na produtividade.

Contudo, percebemos grande diferenciação entre os estabelecimentos quanto ao processo de produção, pois uma parcela pequena de produtores familiares intensifica a produção, tanto no que diz respeito à área quanto aos animais, adotando os ditames produtivistas. Mas, por outro lado, a maioria dos agricultores familiares permanece com baixos números produtivos e, por consequência, com muita dificuldade de se viabilizar nessa atividade.

Podemos afirmar, portanto, que ainda existe grande potencial no aumento da produtividade na atividade leiteira no Sudoeste do Paraná, porém, para que isso ocorra, é necessário estabelecer estratégias adequadas na disseminação e a adoção de inserção tecnológica cada vez maior entre os agricultores familiares. É necessária a adoção de sistemas produtivistas, a fim de gerar uma otimização da interconexão

dos fatores endógenos e exógenos, valorizando tanto os recursos internos quanto os externos à propriedade, adequando a realidade econômica, social e cultural local.

4.2 O LEITE COMO SUBSITÊNCIA E A VACA COMO DOTE

Faremos, a seguir, uso de algumas entrevistas que realizamos com agricultores familiares. Conversamos com um grupo de cinco agricultoras e seis agricultores no qual havia três casais, sendo um de Planalto, outro de Pérola D' Oeste e o terceiro de Francisco Beltrão; um único agricultor e um casal formado por mãe e filho, que gestam sua propriedade, os três de Boa Esperança do Sudoeste; e mais um jovem e sua mãe, de Capanema. As entrevistas foram realizadas com um questionário semiestruturado, tomando o máximo de cuidado para não induzir as falas, bem como para conseguir visualizar o máximo da realidade social e das redes em que os atores estão inseridos.

Figura 3: Migrante sulista chegando ao Sudoeste do Paraná.



Fonte: Jornal O Estado do Paraná, Ano VII – Curitiba, 26 de julho de 1957 p. 06.

Apesar de a atividade leiteira assumir importância no Sudoeste do Paraná a partir de 1990, ela é praticada há mais de cinquenta anos. Ela iniciou no momento em que se estabeleceram os colonos na região. Alguns desses trouxeram animais “quando migraram do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, mas a maioria foi adquirindo-os e aprendendo a exercer a atividade posterior, ali mesmo” (ESCHER, 2011, p. 198). Percebemos a veracidade dessa informação na imagem, que é muito ilustrativa, abaixo.

Em nossa pesquisa de campo, percebemos que a atividade leiteira sempre se fez presente nas propriedades dos agricultores no do Paraná, como afirma um de nossos entrevistados:

Nós estamos completando 25 anos de casados, e sempre vendemos leite. Tempo do tarro, né, caminhonetinha; onde se vinha pegar na casa todo dia. Sempre vendemos leite, foi só melhorando, principalmente, com o surgimento da assistência, melhoramento genético. (AGRICULTOR 1, MUNICÍPIO DE PLANALTO).

Podemos atestar, a partir da fala do entrevistado acima, que, a partir da década de 1990, o Sudoeste do Paraná começa a se destacar na produção de leite, conforme descrito acima através dos dados do IBGE. De acordo com o agricultor acima, seus pais já trabalhavam com a atividade leiteira, no entanto, por ser na região da fronteira com a Argentina e morar em um município como uma população basicamente rural o espaço urbano não demandaria a venda direta ao consumidor.

Dessa forma, por necessidades materiais, os agricultores familiares da região da fronteira já estavam articulados em “redes longas de alimentos”, uma vez que praticamente todos que produziam queijos, vendiam para mercados de Foz do Iguaçu: “meu pai e minha mãe vendiam queijo eles vendiam queijo, mas também isso faz trinta, trinta e cinco anos [...] vinha uns [...] do Paraguai compra aí, vendiam aquele queijo com soro ainda, né, cru; que tirava da forma num dia e já levava pro Paraguai” (AGRICULTOR 1, MUNICÍPIO DE PLANALTO). Possivelmente, por não ter mercado consumidor urbano e por estarem mais próximos de Foz do Iguaçu, os agricultores familiares da fronteira inseriram-se em mercados diferentes de outras microrregiões do Sudoeste, dessa forma,

[...] as relações comerciais em que se inseriam eram diversas daquelas constituídas no período contemporâneo, institucionalmente e economicamente vinculadas a grandes empresas e ‘Império Alimentares’ em franca expansão. Desde a década de 1970 a venda direta de leite ao consumidor vinha assumindo uma importância significativa na vida econômica dos colonos, que dirigiam-se até as imediações urbanas para ‘entregar’ os seus produtos: sobretudo nas cidades com maior diversidade e crescimento populacional como Francisco Beltrão, Pato Branco e Dois Vizinhos. Através dessas práticas eles gradualmente foram construindo um capilarizado e enraizado ‘mercado informal’ de leite, articulado na forma de ‘cadeias curtas de alimentos’, bastante representativas até os dias de hoje, através das ‘feiras livres’ e principalmente do ‘leiteiro’ que faz entrega em domicílio com garrafas *pet* ou outros depois de vasilhame. Essas relações comerciais assentam-se sobremaneira em relações de confiança entre os produtores e os consumidores, que são relativamente indiferentes as questões de regulamentação sanitária, pois a qualidade do produto é

reconhecida e valorizada por atributos diferentes daqueles priorizado pela legislação. (ESCHER, 2011, p. 198).

Na década de 1960, Francisco Beltrão já se configurava como um dos maiores centros urbanos do Sudoeste do Paraná. De acordo com o censo demográfico, o município tinha uma população de aproximadamente 50.500 habitantes, com 91% da população residindo no espaço rural na época. Nesse sentido, o excedente derivado da produção de leite como a manteiga e o queijo, em algumas propriedades rurais, já eram comercializados na área urbana.

Pelo fato dos agricultores familiares, nesse período, estarem inseridos em poucas redes de comercialização, sua dependência em relação ao mercado externo era extremamente baixa. Por conseguinte, a subsistência primária era a principal preocupação para os mesmos, porém nos municípios mais urbanizados o excedente era também comercializado no espaço urbano e com isso obtinham o que não produziam na propriedade. Um dos entrevistados de Francisco Beltrão descreve essa relação nas seguintes palavras: “[...] a gente já sabia dessas coisas, a ‘Oma’ (avó em alemão), fazia manteiga artesanal, armazenava em casa. Daí, ia vender, com isso conseguia dinheiro para comprar outras coisas [...]” (AGRICULTOR E PROPRIETÁRIO MICROEMPRESÁRIO, MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO).

Percebe-se, a partir o entrevistado acima, que o início da atividade leiteira era basicamente mão de obra feminina, o que será problematizado melhor no tópico 4.2.2. Dessa forma, tal atividade está enraizada nas famílias dos agricultores familiares desde a chegada dos sulistas, inclusive a vaca era artigo de “primeira necessidade” nesse meio, uma vez que era comum o casal de noivos receber de seus pais, como presente de casamento (uma espécie de dote¹²) uma vaca cada um ou, em alguns casos, apenas quem recebia a vaca era a noiva.

Essa prática indicava que a primeira preocupação dos pais era a de fornecer um sustento básico, minimizando, dessa forma, a possibilidade dos recém-casados de passarem necessidades. É necessário salientar que a memória da fome e das dificuldades sofridas pelos agricultores décadas atrás ainda é grande na região.

¹² O dote foi um costume praticado por milênios no Ocidente, sendo uma herança de origem portuguesa em virtude do processo de colonização. Tradicionalmente se constituía a partir dos bens materiais que a noiva levava para a vida conjugal, permeando a vida familiar e sendo o meio necessário para se efetuar o pacto matrimonial. Como meio viabilizador dos casamentos entre as famílias de posse, ele era o grande responsável pelos acordos e estratégias familiares envolvendo interesses políticos e econômicos (FERREIRA; ABRANTES, 2013, p. 1).

Corroborando com esses aspectos, o entrevistado 1 lembra que as primeiras vacas que ele e sua esposa tiveram foram presentes de seus pais quando casaram: “essa foi ganho uma cada um, né! Você ganhou da sua mãe (referindo-se à esposa) e eu ganhei da minha mãe” (AGRICULTOR 1, APROXIMADAMENTE 40 ANOS DE IDADE, MUNICÍPIO DE PLANALTO). Visualiza-se com esse depoimento a preocupação que as famílias tinham em relação à alimentação, sendo essa uma necessidade básica de subsistência. E por utilizar o leite para atender a uma necessidade de subsistência, e não para o comércio, não havia uma necessidade tão premente do melhoramento genético animal, pois, de acordo com uma entrevistada: “era vaca mestiça, todas dede cruza com toro, né. A gente nem sabia, bem certinho, as misturas de raças das vacas, que raça eram” (AGRICULTORA 2, APROXIMADAMENTE 40 ANOS DE IDADE, MUNICÍPIO DE PLANALTO).

A partir de conversas informais e de observações, constatamos que muitos agricultores familiares utilizavam as mesmas vacas de leite como “junta de canga”, ou seja, utilizavam-nas na tração animal: “uma propriedade pequena, né. Não dava para fazer lavoura, daí, nós tínhamos as vacas de leite lá, plantávamos milhos utilizando a junta de vaca Gir, elas são vacas teimosas, mas mesmo assim deu certo, já que era um espaço pequeno de terra” (AGRICULTOR 4, 20 ANOS DE IDADE, MUNICÍPIO DE CAPANEMA).

A utilização do animal no trabalho agrícola era uma prática muito comum, os descendentes de alemães empregavam geralmente juntas de vacas, os descendentes de italianos utilizavam vacas e os descendentes de poloneses usavam o cavalo para o trabalho.

Além do mais, a utilização dos animais no trabalho pode indicar que essa prática se refere à maximização de atividades do animal, para não despender mais gastos em pastagem e porque o leite não tinha finalidades comerciais, e sim de subsistência. Concluímos, com isso, que a tradição da adoção da vaca leiteira no ambiente familiar origina-se dessa questão e que era fundamentalmente uma tradição feminina.

4.2.1 Os atores não humanos no aumento da produtividade do leite

Embora na média geral, como vimos, houve um acréscimo significativo na produção e na produtividade do leite no Sudoeste do Paraná a partir de 1990, esse aumento não ocorreu em todas as propriedades. Percebemos, também, que a experiência, em conjunto com o trabalho técnico, contribuiu muito para esse crescimento. A primeira vista, temos a impressão de que o melhoramento genético e o aumento da produtividade de leite ocorreram somente a partir da década de 1990. No entanto, na década de 1960, já havia propriedades que produziam em torno de 100 litros de leite por dia, com dez vacas sendo ordenhadas.

Nesse período, já havia, por exemplo, uma rede de comércio de animais com Guarapuava, com o intuito de realizar o melhoramento genético dos animais. Por isso, eram muito requeridos os touros Holandeses e Jersey, como se pode evidenciar nas palavras do entrevistado 13: “[...] o vô, o falecido Opa, e o falecido vô Eduardo foram para Guarapuava na época buscar touro holandês, para eles cruzarem e terem vacas leiteiras. O falecido Opa trouxe um Jersey e o vô Eduardo trouxe um holandês. Eles tinham sete, oito vacas holandesas descendente de touro puro holandês” (AGRICULTOR E PROPRIETÁRIO MICROEMPRESÁRIO, MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO).

De acordo com as informações obtidas com esse entrevistado, concluímos que, na década de 1960, a média de litros/vaca/dia já era de 15 litros na propriedade de seu avô, enquanto que a média no Sudoeste do Paraná era de apenas 3,6 litros/vaca/dia. Dessa forma, o aumento da produção e a produtividade já ocorrem desde esse período na região. No entanto, com a inseminação artificial, a partir da década de 1960, os ganhos de produtividade aumentaram significativamente, como se evidencia na entrevista a seguir:

A média é 25, 27 litros até 26, 24 litros; depende, se elas estiverem no período de lactação: que é de 0 a 3 meses, o leite sobe; e, assim, depois de 3 meses o leite começa a baixar, que é o período que elas mais dão leite, né. Como vaca prenha pra secar que produz em média 5, 7 litros, nesse período cai muito o leite delas. (AGRICULTOR 1, MUNICÍPIO DE PLANALTO).

Por se tratarem de agricultores familiares, os produtores de leite no Sudoeste do Paraná encontram dificuldades enormes no que se refere ao investimento técnico no processo produtivo. Assim, para chegar a uma média de 20 a 25 litros/vaca/dia de forma economicamente sustentável, demora em torno de cinco anos de investimento.

Dessa forma, as políticas públicas como o PRONAF são de extrema importância para o agricultor familiar.

O melhoramento genético é realizado através de inseminação artificial. Com essa prática, comum em quase todas as propriedades que produzem leite, houve a necessidade dos agricultores se inserirem em mais uma rede, pois algumas pessoas se especializaram em trabalhar apenas com inseminação artificial e começaram a prestar esse serviço aos produtores, inclusive há várias empresas na região Sudoeste que realizam tal atividade.

Quando perguntado como era realizado o melhoramento genético a um agricultor (ENTREVISTA 4), ele respondeu que era com “inseminação artificial, selecionar melhor vaca, né, pois daí tem-se o sêmen sexado. Assim é possível escolher a melhor vaca que tu quer. Daí é só ir segurando as novilha, criando as novilha, né” (ENTREVISTA 4). Os agricultores podem definir até mesmo o sexo no momento da inseminação, optando pelo nascimento de novilhas.

Por outro lado, os agricultores que realizaram um investimento maciço no primeiro ano, principalmente em genética, não tendo condições estruturais de manejo e alimentação, não conseguem sobreviver no mercado e todos acabam parando a atividade em função do elevado custo de produção e a demora no retorno.

4.2.2 O leite para subsistência mão de obra feminina e para o mercado mão de obra masculina

Muitas pesquisas têm abordado que, no início, a atividade leiteira era basicamente de mão de obra feminina, mas, quando o leite começou a ser uma atividade lucrativa e em muitas propriedades a principal fonte de renda, ela foi se tornando cada vez mais masculina. Ou seja, percebemos uma relação patriarcal muito forte na administração da propriedade e do leite, pois a “atividade leiteira, que via de regra era secundária na geração de renda e desenvolvida essencialmente pelas mulheres, com o processo de modernização é constatado que passa a ser dominada pelos homens” (SCHMITZ; SANTOS, 2013, p. 340).

Tal fato também foi observado nas pesquisas de campo, porém apenas um entrevistado comentou que a atividade leiteira era feminina, quando indagado quem era que tirava o leite no início, o mesmo respondeu: “principalmente as mulher, né” (ENTREVISTA 13). A maioria disse que desde o início a atividade foi conjunta não

havendo a divisão sexual do trabalho: “juntos ao mesmo tempo: nós dois trabalhava o dia inteiro. Chegava em casa, fazia almoço, janta, tirava o leite; sempre foi assim, desde o começo.” (AGRICULTOR 1, MUNICÍPIO DE PLANALTO). A esposa também salienta que “era junto os dois, lá fora, na ordenha; dentro de casa, tudo, sabe. Era pau e pau” (AGRICULTORA 2, MUNICÍPIO DE PLANALTO).

Da mesma forma, em outra propriedade, que hoje é gerenciada pelo filho de 20 anos e sua mãe, em função do falecimento do pai - quando foi perguntado sobre quem se envolvia com a atividade leiteira quando ainda era para a subsistência - o rapaz disse que: “Os dois sempre trabalharam juntos até quando meu pai adoeceu, daí, foi ficando mais para minha mãe, né. Eu comecei a ajudar mais, conforme fui tendo uma idade maior, né. E quando o pai faleceu, eu e minha mãe tocamos a propriedade” (AGRICULTOR 4, MUNICÍPIO DE CAPANEMA).

No entanto, mais adiante na entrevista se contradiz: “só que, daí, a propriedade não era boa que nem agora é. Era uma produção mais pequena, era só minha mãe que fazia a maioria do serviço, daí, nós não tínhamos muita produção” (AGRICULTOR 4, MUNICÍPIO DE CAPANEMA). Em outra propriedade, o esposo comentou que quem trabalhava na atividade leiteira, logo no início, era sua esposa, argumento esse reforçado por ela, que disse: “era eu que tirava” (AGRICULTORA 5, PÉROLA D’ OESTE).

Constatamos em uma propriedade que a mulher administra a atividade leiteira, embora seu marido e sua filha também contribuam nos trabalhos. Ao aprofundar a entrevista, verificamos que a mesma é técnica agrícola e já trabalhava em uma cooperativa rural, assessorando os agricultores familiares antes de se dedicar ao leite. Segundo a entrevistada, “quando nós casamos, eu trabalhava na cooperativa, dando assistência [...] trabalhei quatro anos com a técnica agrícola, dando assistência para os financiamentos do Banco do Brasil, né, fazendo as vistorias” (AGRICULTORA 2, MUNICÍPIO DE PLANALTO).

[...] eu que coloco tudo na caneta as coisas, o que entra e o que sai. A gente soma tudo, vê se tá dando lucro ou não, tal como eu fazia com o controle leiteiro; tudo o que entrava de medicamentos, saia em custos, produção de silagem, entrava tudo. Porque tem que ir tudo nos gastos pra você finalizar o ano, né, pra saber quanto deu de lucro por litro de leite. Então, tinha anos, conforme a produção do leite, que corria bem o clima [...], pra você produzir uma silagem boa e ter grama à vontade dependia do lucro do litro de leite, que oscilava sempre. Tinha anos que dava as vezes 29, 30; tudo dependia do clima. (AGRICULTORA 2, MUNICÍPIO DE PLANALTO).

A sistematização e o controle de planilhas, com algumas exceções, não fazem parte do cotidiano dos agricultores familiares e pouquíssimos, acima de 35 anos, têm habilidade em informática, contudo, na propriedade acima referida, a administração é realizada através de planilhas de computador. Portanto, nota-se a importância da experiência histórica de vida no agir cotidiano dos indivíduos.

4.2.3 Tecnificação ou exclusão do processo: caminhos da atividade leiteira

Outro fator importante observado nas entrevistas foi a busca por aprimoramento e capacitação que algumas famílias realizaram. Percebemos que os agricultores familiares que buscaram melhorar a genética, a pastagem, o manejo, entre outros, foram justamente aqueles que continuaram na atividade e que têm aumentado significativamente a produtividade. Os que não se tecnicaram já estão excluídos do mercado ou em vias de exclusão: “[...] daí implantamos a irrigação aquele ano, né, para tentar dar um giro a mais [...] e fomos produzindo. Daí a gente viu que realmente dava dinheiro, só que nós tínhamos um gasto muito grande [...]”, (AGRICULTOR 1, MUNICÍPIO DE PLANALTO).

Além da irrigação, a busca por outras formas de melhorar a produtividade foi realizada por muitos agricultores familiares, pois, de acordo com a entrevista abaixo:

Foi um ano com a prefeitura da cidade de Castro. Eles iam lá pra aprender como que você aprendia as coisas do leite realmente. Ficou uma semana lá, veio e viu o que nós tínhamos de dificuldade, o que estávamos fazendo errado e melhoramos né. Já foi grande coisa, eliminamos bastante o trabalho do veterinário, gasto que a gente tinha, excessivo. No outro ano foi eu de novo lá em Castro, fiquei uma semana, daí sim as coisa só melhoraram. (AGRICULTORA 2, MUNICÍPIO DE PLANALTO).

Não temos como afirmar, mas, através da entrevista, deduzimos que o curso acima referido foi uma parceria entre a prefeitura municipal e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná (FETAP), para capacitação dos agricultores familiares na atividade leiteira, haja vista que, tanto em quantidade como em qualidade, Castro é uma das regiões com maior produção e produtividade de leite do Brasil, sendo assim, uma referência na produção de leite não só no Paraná: “sei que foi ali que ajudou muito nós, dali nós só aprendemos e conseguimos, bem dizer, tocar as coisas sozinhos e tudo” (AGRICULTORA 2, MUNICÍPIO DE PLANALTO).

A assistência técnica é de mister importância para o aumento da produtividade do leite, uma das agricultoras comentou que havia a poucos dias iniciado os trabalhos de uma técnica da EMATER para melhorar o manejo na pastagem “[...] ela vai dar assistência, vai ensinar como que arruma a pastagem, quem não tem, né” (AGRICULTORA FAMILIAR 5, MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO OESTE).

A imagem abaixo evidencia a importância que os cursos de capacitação tiveram para os produtores de leite, pois no caso desta propriedade que produz em torno de 25.000 (vinte e cinco mil) litros de leite mensalmente, evidencia-se que a capacitação técnica foi de fundamental importância nos múltiplos aspectos da produção, como melhoramento genético, pastagem e manejo.

Figura 4: Vacas na pastagem e ordenha canalizada – Município de Planalto.



Fonte: Do autor do Trabalho, 2015.

A imagem abaixo que mostra o silo metálico também pertence à propriedade de Planalto que produz 22.500 mil litros mês, com produtividade de 21 litros/vaca/dia. A foto ao lado mostra a silagem de uma propriedade que produz em torno de 3.000 (três mil) litros de leite mensalmente e com produtividade de 7,7 litros/vaca/dia. Notamos que quanto maior a quantidade de leite maior a densidade técnica e, por consequência, mais longas as redes em que os mesmos estão inseridos.

No entanto, isso não significa que os produtores que possuem silo para ração não fazem silagem também, uma vez que, a silagem reduz os custos de produção. Os produtores que possuem baixa produção não possuem silo para ração, mas produzem a silagem para reduzir os custos aos mais baixos níveis, de modo diferente de quem produz com alta densidade técnica. Sendo assim, se por um lado os custos de produção aumentam, por outro a produção em alta escala compensa.

Figura 5: A) Silo com silagem - Capanema e B) Silo para ração – Planalto.



Fonte: Do autor do Trabalho, 2015.

Como visto anteriormente, e de acordo com as entrevistas de campo, constatamos que o melhoramento no manejo, na genética e na pastagem é fundamental para o aumento da produção e da produtividade. Quando perguntamos se o melhoramento no pasto e na genética influenciou na produtividade a resposta foi a seguinte: “[...] 70%, comida e genética. É manejo, comida e genética. Isso aí que faz a produção de leite, né! Sem manejo e sem comida, esquece; não dá certo” (AGRICULTOR 1, MUNICÍPIO DE PLANALTO). Na mesma direção, outro produtor entrevistado nos disse que os principais fatores para o aumento de produção e produtividade foram o “melhoramento genético e qualidade de pastagem” (AGRICULTOR 4, MUNICÍPIO DE CAPANEMA). Outro entrevistado também destaca a importância da genética e da pastagem no aumento da produção:

[...] daí, nós começamos fazer inseminação, foi melhorando [...] como era genética melhor, foi aumentando no leite. A gente foi colocando mais trato nelas, né, porque antes só tinha aquela grama amarela - não sei como que é o nome daquela grama – daí, a gente foi melhorando a comida delas, foi aumentando o leite. Depois quando nós conseguimos começara fazer o melhoramento na grama tifton, que teve assistência da prefeitura, né. (AGRICULTORA 2, MUNICÍPIO DE PLANALTO).

E o manejo reflete diretamente na qualidade do leite:

[...] o manejo ali é o especial do leite. A gente tem a análise do leite mensalmente. Então, nossa análise é a contagem bacteriana, contagem que vem para nós na análise do leite e que é em torno de 5, 10, às vezes 25, no período chuvoso, que as vaca sujam muito o teto, né. Mas senão, nossa contagem bacteriana tá quase zerada, e, daí, mastite é baixíssimo também; é 350, às vezes; 50, dependendo. (AGRICULTORA 2, MUNICÍPIO DE PLANALTO).

Nessa perspectiva, da interpretação da TAR, que reside na metáfora da rede heterogênea, percebemos de fato que a sociedade, os agentes, as máquinas e as organizações são todos decorrência, acarretados em rede de certos padrões de distintos objetos, sendo eles humanos e não-humanos. Através da visão do agricultor acima mencionado, podemos interpretar que todos os elementos são importantes e esses englobam tanto humanos quanto não-humanos, sociais ou materiais, não havendo, assim, uma dicotomia entre pessoas de um lado e objetos de outro.

Outra agricultora também mencionou a importância de um manejo higiênico na atividade leiteira, de acordo com ela:

[...] acho que em primeira mão higiene, se não tem higiene vem as bactérias, né. Ai eles falam que tantas mil - não sei que tantas mil, não sei o que tem que baixar - mas é isso aí, quanto mais baixas estiverem as bactérias mais bom o preço vai ficar pra nós, né. A ordenha, ali, tudo na tecnologia tem o lavar dela, por onde passa o leite; porque às vezes está tudo bonito lá por fora, mas por dentro tá entupido. (AGRICULTORA FAMILIAR 5, MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE).

Apesar de todo o melhoramento genético, do manejo, dos alimentos como ração e pasto de inverno e verão, os agricultores têm uma boa percepção dos riscos em relação à alimentação, tanto que, apesar dos avanços, eles ainda fazem silagem com receio de que falte pasto, como podemos evidenciar num depoimento quando indagamos sobre os tipos de alimentos:

Pasto, silagem e ração [...] a noite se trata silagem, uma ração, sal mineral, né. Porque tu tem que ter uma silagem, porque dá uma seca, uma chuvarada no inverno. Tem os dias que quase não tem pasto, então tem que ter uma silagem de qualidade, né". (ENTREVISTA 1, AGRICULTOR DO MUNICÍPIO DE PLANALTO).

Dessa maneira, praticamente todo o milho plantado e colhido é transformado em silagem, apenas o excedente é comercializado: "Quando sobra a gente comercializa, sempre sobra um pouco, né. A gente planta, né, daí sobra alguma coisa e pelo gasto que a gente trata também o bicharedo e vende também. Mas sempre sobra um pouquinho" (AGRICULTOR 1, MUNICÍPIO DE PLANALTO). A comercialização do excedente de produção é uma característica comum para os agricultores familiares, porém, isso não ocorre com o leite, já que em muitas propriedades esse é a principal fonte de renda e todo ele é direcionado para o comércio.

4.2.4 Algumas especificidades da agricultura familiar

A diversificação é uma das particularidades dos agricultores familiares e utilizando diversas formas de alimentos acabam dispersando os riscos da produção: “Nós temos assim outro ganho, nós plantamos um pouquinho de soja; também, milho, né. Não é só o leite, mas isso é a parte, né, não que se sobrevive disso” (AGRICULTOR 1, MUNICÍPIO DE PLANALTO). Essa forma de agir se explica em função de não comprometer o conjunto de atividades, caso tenham problemas com algum tipo de alimentação para o gado leiteiro. Os produtores de leite, portanto, procuram dispersar riscos alimentares e, por consequência, de produção e produtividade.

O pasto e o alimento, que nem agora foi colhido trigo, deu 97 sacos de triguilho, que a gente pega e retira da empresa. É um produto que tem um baixo valor comercial: R\$ 13,00 reais o saco de 60kg. Nós retiramos o triguilho, o milho nós colhemos e levamos num secador, para secar o milho, porque estava com umidade alta. Daí, nós secamos o milho, tem o milho e o triguilho. Eu estava comprando concentrado para bovino de leite, daí como não tinha triguilho misturava só com milho. Agora foi buscado triguilho, foi comprado farelo de soja, daí é possível formular a ração em casa, com sal mineral. (AGRICULTOR 4, MUNICÍPIO DE CAPANEMA).

O triguilho que o agricultor acima menciona é um subproduto do trigo, é formado basicamente por grãos pequenos e mal granados. Seu peso específico é menor que o mínimo estabelecido para a moagem e produção da farinha. Uma vez que o triguilho tem um valor de mercado muito baixo, torna-se mais viável economicamente para os produtores de leite, misturá-lo com outros ingredientes e confeccionar a ração.

Dessa forma, o agricultor reduz o custo de produção, pois o triguilho e o milho são moídos em um quebrador e misturados com farelo de soja e sal mineral, confeccionando assim, a ração em sua propriedade. Na figura 6, a seguir, além da criatividade do agricultor familiar, temos um bom exemplo da redução de custos de uma propriedade. Trata-se de um triturador de cereais que foi adaptado, recebendo mais duas polias ao lado para ter mais rotação, melhor triturar os grãos e em menos tempo.

Figura 6: Triturador de cereais adaptado e utilizado pelo proprietário Rural no município de Planalto.



Fonte: Do autor do Trabalho, 2015.

Outra especificidade que constatamos em nossa pesquisa de campo diz respeito à prudência em relação aos investimentos. Os produtores de leite do Sudoeste do Paraná realizam análises de riscos e apesar de muitos acessarem linhas de créditos de investimentos e custeio, percebemos que, em muitos casos, buscam investimentos próprios. Também procuram trabalhar fortemente com as sobras, evitando desperdício e geralmente há uma autoexploração da mão de obra familiar, evitando a contratada:

Um ano não é igual o outro. Os últimos dois anos foi muito bom, deu bastante dinheiro, sobrou pra todo mundo. E naquela empolgação todo mundo botou vaca e agora todo mundo quebra. Os aventureiros, aqueles que não dependem do leite, tinham mais riscos de quebrar. Pois não é assim, se você não tiver uma mão de obra familiar todo dia junto, botar empregado tem um custo a mais. (AGRICULTOR 1, MUNICÍPIO DE PLANALTO).

Uma situação importante que observamos diz respeito à mudança nos hábitos de consumo das famílias dos agricultores familiares quando o leite se tornou o principal vetor econômico da propriedade. Quanto mais tecnificada e mais rentável a produção de leite, maior é a dependência do mercado externo e menor o nível de subsistência do núcleo familiar.

Todas as famílias que observamos na pesquisa, no passado utilizavam o leite apenas para consumo próprio e faziam queijos artesanais e outros derivados de leite, quando aumentaram a produção e a produtividade, deixaram de transformar o leite em derivados e com o dinheiro obtido com ele, começaram a comprar produtos industrializados. Essas mudanças, interfere na sustentabilidade, na segurança alimentar, na economia familiar e por consequência nas características culturais da agricultura familiar.

Quanto mais tecnificada for a propriedade familiar, maior é a busca de escala de produção, ou seja, produzir mais com menos animais, porém com mais custos, como constatamos a seguir:

Por isso que nós temos uma seleção de vacas, em torno de 20; sempre assim. No rebanho e quando as novilhas criam você vai tirando os descarte velho de vaca e ficando com umas vaca boas, não adianta nós termos 40 vacas e tirar 15 litros por dia, por vaca. Então, não conseguimos ter esse tipo de vaca, né. Porque ela dá prejuízo pra nós, nós temos que ter vaca que renda em torno de 35 litros. Secando vaca, nós secamos vaca com vinte e poucos litros dias, temos que secar ela pra recuperar aqueles dois meses. (AGRICULTORA 2, MUNICÍPIO DE PLANALTO).

Verificamos que as vacas com uma produção menor de 15 litros/dia na propriedade já são “descartadas”, dessa forma, está explícita a busca na escala produtiva, pois 15 litros de leite/dia por animal é considerado inviável para a entrevistada acima. Tal média está bem acima da do Sudoeste do Paraná, o que demonstra que algumas propriedades são altamente produtivas. Por isso, afirmamos nas páginas anteriores que há muito espaço para o aumento da produção e da produtividade na atividade leiteira no Sudoeste do Paraná, mas, por outro lado, tudo indica que num futuro breve haverá uma maior concentração produtiva de leite na região.

Para ilustrar melhor a afirmação do parágrafo anterior, apresentamos alguns dados levantados em uma indústria no Sudoeste do Paraná: em torno de 80% do volume de leite em sua planta é proveniente de produtores que fornecem acima de 250 litros/dia, sendo que a indústria tem em torno de 400 fornecedores e, desse total, 80% do volume é proveniente de apenas 80 produtores e os outros 20% é dos outros 320. Ou seja, 20% dos produtores são responsáveis por 80% da produção e os outros 80% por apenas 20%.

4.3 O PRONAF NA ATIVIDADE LEITEIRA COMO ALTERNATIVA AO CULTIVO DO FUMO E A RACIONALIDADE ECONÔMICA DOS(AS) AGRICULTORES(AS) FAMILIARES

Antes do processo de tecnificação, o trabalho era mais intenso e penoso, como observa o agricultor da entrevista 1: “Uma vida de escravo, né. Uma vida terrível. Hoje nós trabalhamos a metade do que nós trabalhava. Não temos mais força, a idade

hoje não permite, né”. Todas as propriedades que visitamos durante a pesquisa tinham como característica o fato de também trabalharem com o fumo, porém quando o leite começou a ser mais lucrativo houve uma conversão de atividades:

[...] nós tínhamos o fumo, plantava fumo. Fazíamos tudo no braço, lá fora, né. Tinha as vaquinhas, tinha que fazer o serviço em casa, era tudo nós dois. Daí, foi indo, tanto que queria investir mais nas vacas, melhorar, mas nós não vencia fazer. E tinha o fumo todo, daí começou a da doença no fumo, né, não fica mais aquela qualidade boa para venda. (AGRICULTOR 1, MUNICÍPIO DE PLANALTO).

A partir do exposto acima e na pesquisa de campo como um todo, constatamos que os agricultores familiares tomam suas decisões pautadas principalmente na racionalidade econômica, vinculando o aumento dos ganhos à determinação dos investimentos. Isso fica mais claro no depoimento a seguir, quando o depoente salienta a importância do PRONAF na melhoria da produção e da qualidade de vida:

Na verdade o que melhorou a nossa vida foi depois que começou a entrar os pronafs. Investimento, né, juro barato. Daí, você tem investimento pra ir adquirindo máquina, se não fosse isso, hoje eu não sei. Acho que não estaria mais na roça, né, não estaria aqui. Pronaf, investimento, juros baratos, 2%. Daí você financiava, que nem eu financiei vacas, novilhas, minhas. Peguei esse dinheiro e comprei trator, comprei equipamento, paguei a longo prazo, baratinho, né. Se não fosse isso hoje, graças ao pronaf, mudou nossa vida, pois ajudou bastante. E você não tinha o recurso na hora pra comprar as coisas, maquinário pra investir. Então, com o recurso do pronaf foi pego dinheiro, tinha prazo pra pagar e juros baratos, e fomos adquirindo. Porque comprar um trator de 35 a 40 mil reais e tirar esse dinheiro de uma hora pra outra; não é fácil. Mas, daí, com o pronaf, esse ajudou muito, né. (AGRICULTOR 1, MUNICÍPIO DE PLANALTO).

De acordo com os dados levantados, o PRONAF não teve sua importância apenas no investimento em vacas e equipamentos, pois segundo dados do MDA, de 1999 a 2012, os valores em investimentos na atividade leiteira aumentaram e na produção de fumo caíram drasticamente. Portanto, o referido programa também contribuiu para a conversão do fumo para o leite, segundo o depoente, essa conversão ocorreu:

Depois que veio os pronafs do governo, e conseguimos fazer um investimento, né. Acho que o primeiro pronaf que nós tínhamos compramos um trator pequeninho, um 65, foi a 4% de juro ao ano. Isso começou a mudar, né, que foi os primeiro investimento que nós peguemos. Eu financiei 10 vacas e comprei um trator, daí, foi comprando equipamento daquilo que começou a

melhorar a vida nossa, né. E diminuiu a mão-de-obra braçal [...] graças a deus, hoje está bom. Só está faltando a plantaderinha, mas tá encaminhada, né, o resto do equipamento tem tudo. (AGRICULTOR 1, MUNICÍPIO DE PLANALTO).

Contudo, é importante observarmos que, quanto maior a produtividade e a produção, em consequência do melhoramento genético, da pastagem e do manejo, maiores são os custos de produção e menor a margem de lucro, e quanto menor a produtividade e produção, menor os custos e maior é a margem de lucro: “se tu queria fazer alguma coisa, tu tinha que pagar e o custo que era muito alto. Daí, nós ia levando assim, o custo baixo e pouca produção, né” (AGRICULTOR 4, MUNICÍPIO DE CAPANEMA).

Fazendo uma análise comparativa entre duas propriedades rurais nas quais realizamos a pesquisa, constatamos que, na propriedade que produz em torno de 250 mil litros de leite mensais, o custo é de aproximadamente 70%, enquanto que na propriedade que produz em torno de 3 mil litros mensais o custo de produção é de 31%. Já numa propriedade com maior produção, a média é de 25 litros/vaca/dia, a outra não ultrapassa a média de 16 litros/vaca/dia.

4.3.1 Redes curtas e longas e suas interconexões: autonomia e subordinação

Sabemos que os agricultores familiares estão inseridos em diversas redes em seus cotidianos e uma delas é a relação de confiabilidade que se estabelece entre os produtores de leite e o freteiro (proprietário do caminhão encarregado de recolher o leite nas propriedades e entregá-lo nas empresas). Percebemos que tal relação é determinante entre a empresa (laticínio) e o agricultor, o freteiro é o principal elo entre ambos. Tendo em vista que a atividade do frete do leite é geralmente terceirizada e devido à concorrência acirrada entre as empresas e o “assédio” que muitas fazem aos agricultores pela disputa do leite, há sempre o risco eminente de a empresa perder seu produtor.

Nesse sentido, o freteiro é a principal forma de fidelização que a empresa possui. Caso o mesmo decida não mais trabalhar terceirizado para uma determinada empresa e mudar para outra (o que muitas vezes ocorre), a maioria dos agricultores mudam junto com o freteiro.

Muitos agricultores familiares desconhecem ou conhecem pouco os gerentes e diretores das empresas que comercializam seu leite. Quando perguntamos a um agricultor se conhecia alguém da direção da empresa que comercializava o seu leite, ele respondeu: “sim, até assim. O freteiro, que é dono do caminhão, é gente boa, né. Então, a gente se acerta muito bem. Ele que luta pelo preço com a gente. Tudo o que precisa ele fornece para nós também, né. E antes nós tinha um freteiro muito ruim, né” (AGRICULTOR 1, MUNICÍPIO DE PLANALTO).

Desse modo, quanto mais curta for a rede em que o produtor está inserido, maior será sua autonomia, como pode ser observado na relação direta do freteiro terceirizado com o agricultor e a empresa. Nesse caso, o freteiro exerce uma mediação na rede agricultor-empresa, na qual o agricultor sempre barganha para aumentar seus ganhos. Por outro lado, quanto maior é o nível de produtividade, maior é o número de redes nas quais o produtor está inserido e mais longas são as mesmas, aumentando assim o seu nível de subordinação frente às redes longas, principalmente no que se refere a medicamentos veterinários e a genética. Por se tratar de um aspecto de alta densidade técnica, há empresas de outros estados e outros Países, como EUA, Holanda e França, envolvidos.

Um dos agricultores cuja produção alcança aproximadamente 17 mil litros de leite por mês é um dos exemplo desta subordinação às redes que operam a longa distância, uma vez que o seu melhoramento genético é realizado com sêmen importado, “Tem um pessoal que vem vender aqui [...] geralmente o pessoal vem vender na casa, né. Mas a maior parte do sêmen que eu compro é tudo sêmen importado, é sêmen de fora. Sêmen dos Estados Unidos” (AGRICULTOR 6, MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE).

A negociação do preço do leite, na maioria das vezes, quem realiza é o freteiro. Até mesmo o pagamento do leite, em muitos casos, é o freteiro que leva da empresa para a família. Percebemos que há pouco espírito coletivo entre os agricultores familiares no que diz respeito à negociação coletiva do preço do leite com a empresa, principalmente daqueles que apresentam um nível mais elevado de produção e produtividade.

Essa tarefa quem realiza para os agricultores geralmente é o freteiro, já que esses têm seus rendimentos de acordo com a quantidade de litros que chega até o laticínio e não por quilometragem. Quando perguntamos ao agricultor se alguém da

empresa com a qual ele comercializa já esteve na sua propriedade, a resposta foi afirmativa:

Sim! Teve, teve. Mas assim o dono [...] não sei quem é. Quem luta pelo preço por nós é o dono do caminhão, ele sabe se não tiver um preço bom pra nós, nós caímos fora. Então, ele tem que segurar os produtor de leite pra ele ganhar o dele, né. Já quantas vezes, a gente ameaçou sair. Daí, ele vem brigar lá com os donos, sobe um pouco e aí a gente não sai. Tem essa parceria, né. (AGRICULTOR 1, MUNICÍPIO DE PLANALTO).

Como todas as empresas de lácteos ampliaram consideravelmente suas plantas na região, assim como outras que se instalaram no oeste de Santa Catarina (inclusive multinacionais), a disputa pelo leite está cada vez mais acirrada. Em função da ociosidade das plantas, o freteiro se tornou um grande mediador entre produção e indústria. Podemos afirmar que o esse se tornou, em muitos casos, o “comprador” de leite e com isso a fidelização do freteiro antecede a do produtor.

Constatamos que se, por um lado, aumenta a disputa por parte das empresas por produção e produtor, por outro, diminui a qualidade do leite, uma vez que a disputa pela compra do leite se torna a principal atividade, em detrimento do acompanhamento técnico.

Através de dados coletados em uma indústria, constatamos que 80% do leite é transformado em queijo Mozzarella, 18% em Provolone e 2% em Minas Frescal. De acordo com o responsável da indústria, quando a empresa fazia assistência técnica nas propriedades familiares rurais, a produção dos queijos Provolone e Minas Frescal era percentualmente maior. No entanto, devido à concorrência, os esforços no sentido de melhorar a qualidade da produção foram deixados de lado para que se disputassem produtores com outras empresas. A entrevista abaixo ajuda a reforçar a ideia de que a comercialização do leite se dá pela quantidade em detrimento da qualidade:

Eles compram por quantidade e não por qualidade. Tem laticínio que compra por qualidade, né. Daí, conforme as vezes, tem mês que dá algum problema em alguma vaca e a qualidade cai lá em baixo, né. Como aconteceu com o temporal, nós ficamos três dias sem luz aqui, daí, se o leiteiro pega e coleta uma amostra de leite a qualidade fica lá em baixo e a média do mês despenca tudo, né [...] ela leva por quantidade, a quantidade que produziu, tu recebe. (AGRICULTOR 4, MUNICÍPIO DE CAPANEMA).

A disputa entre as empresas ocorre geralmente com os produtores de leite considerados médios e grandes. Percebemos que os pequenos produtores de leite

são os mais fidelizados às empresas, são propriedades que produzem em torno de 3 mil litros de leite por mês:

[...] nós já estamos há uns seis anos com ela. Já vendia lá, daí, viemos para cá e continuamos com a Bom Sucesso. É uma das empresas, acho, melhor. Ela não é uma empresa que paga um patamar bom, mas as exigências deles não são tão rigorosa. É um laticínio que leva, assim, aos trancos e barracos, né. (AGRICULTOR4, MUNICÍPIO DE CAPANEMA).

Por outro lado, as grandes propriedades são relativamente instáveis em função do maior do poder de barganha pela quantidade produzida. Os pequenos produtores mudam de empresa, mas isso é mais raro; os médios produtores são considerados pelas indústrias como os “mais complicados”, uma vez que mudam constantemente de empresa na busca de melhor preço.

4.3.2 Experiência histórico-cultural, aprimoramento técnico e a procrastinação do lucro

É inegável o aprimoramento tanto na técnica quanto na experiência dos agricultores familiares nos últimos anos. Constatamos que a experiência histórico-cultural dos produtores de leite no Sudoeste do Paraná é de fundamental importância para o aumento da produção e da produtividade de leite. Como comentamos anteriormente, houve inúmeras formas de capacitação para os produtores de leite, tanto por iniciativas particulares quanto públicas ou através de ONGs, e com o passar do tempo desenvolveram habilidades e experiência na produção.

As famílias com maior nível produtivo procuram ser mais detalhistas no processo produtivo, como, por exemplo, o manejo no processo de interrupção de lactação do animal:

[...] elas estão velhas no período de lactação, quase secando, né. A gente seca dois meses antes dela criar, pra ela descansar e repor as energias e recuperar as células do ubre, né. Se ela não recuperarem dois meses, seca e ela vai te dar uma produção muito baixa depois. (AGRICULTORA 2, MUNICÍPIO DE PLANALTO).

Esse mecanismo é de extrema importância para o animal, haja vista que proporciona tempo suficiente para a regeneração dos tecidos secretores de leite. Sendo necessário no mínimo 60 dias entre o fim da lactação e o parto do animal,

portanto, de acordo com o depoimento acima, notamos o conhecimento dos agricultores em relação ao assunto é posto em prática. Tal decisão é calcada no fator econômico, uma vez que, se não seguir o procedimento adequado, a produção será muito baixa e por consequência reduzirá o lucro, desse modo, há uma procrastinação dos ganhos.

4.4 A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO E DO PLANEJAMENTO NA PROPRIEDADE

Como ficou evidenciado anteriormente é a gestão da propriedade e da produção que irá determinar o aumento da produção e da produtividade. Quanto mais organizada a gestão, maiores as chances do agricultor se manter na atividade leiteira. É muito comum entre os produtores de leite, principalmente os de pequena escala, não conduzirem a gestão de forma sistematizada, em planilhas de controle, mesmo as mais simples, como as de entrada e saída, o que pode ser observado a seguir:

As vacas, se não fosse elas iria complicar, porque queira ou não, todo mês entra o dinheirinho delas. Elas cobrem gasto com a luz, água, mercado, moto, concertos de trator e outras coisa, né. Se tu vai pegar isso, o certo seria descontar o concerto do trator da lavora, né. Mas nós vamos pegando e pagando assim. Depois o que dá da lavora nós investimos em alguma coisa né. As vaca, uns 30% elas representam aqui de entrada de dinheiro. (AGRICULTOR 4, MUNICÍPIO DE CAPANEMA).

Desse modo, para que o agricultor familiar consiga visualizar de forma mais apropriada e ter a dimensão de todos os custos e receitas, seria interessante um fluxo de caixa para cada atividade da propriedade. No entanto, a falta de hábito com a escrita tanto manual quanto eletrônica é muito comum entre os agricultores familiares. Diferentemente de alguns produtores que trabalham em escala, na qual a gestão é fundamental:

Por isso, nós temos uma seleção de vacas em torno de 20, sempre no rebanho. E quando as novilhas criam, você vai tirando os descarte velho de vaca e ficando com umas vacas boas, pois não adianta nós termos 40 vacas e tirar 15 litros de leite por dia, por vaca [...] (AGRICULTORA 2, MUNICÍPIO DE PLANALTO).

Para interromper a lactação da vaca, é necessário que exista um processo metodológico que demande capacidade de gestão, caso contrário, não ocorrerão os

efeitos esperados. Caso o agricultor continue com a mesma quantidade de ração para o animal, isso será muito prejudicial, como constatamos no depoimento abaixo:

[...] eu sei que em dois meses eu tenho que secar a vaca, né. Então, 15 dias antes do prazo de secar nós tiramos da grama verde, tiramos do pasto, tiramos a ração dela. Só damos silagem e vamos diminuindo a silagem uns 5 dias pra secar ela, vai diminuindo o trato que dá leite, né. Tira toda a ração, tira o pasto verde de silagem, só, e sal. Você seca ela com bisnaga, daí, no dia bota umas bisnagas de vaca seca, que dura em torno de 45 dias e que não dá mastite. E você tira ela do pasto dali uns 5 ou 6 dia e também tira quase toda a silagem dela, depois que aplica a bisnaga tira uns 5, 6 dias a metade da silagem de novo e deixa ela só no potreirinho, ali. Depois que ela secou, totalmente, o leite - que ela leva em torno de 5, 6 dia - dá aquela febre. Incha o teto e o ubre, depois ela vai murchando, aí você pode largar na grama de segundo pastoreio, né. Porque as vacas comem o primeiro, as vaca de leite. No segundo dia, elas já podem entrar comendo aquela grama mais seca, até o período de findar pra criar de novo. (AGRICULTORA 2, MUNICÍPIO DE PLANALTO).

Contudo, tal procedimento, um tanto meticoloso, não é comum entre os agricultores familiares, de modo que poucos têm o hábito de conduzir a gestão de forma criteriosa. Como observamos acima, existe um conjunto de procedimentos que é feito com todo o cuidado, desde a redução da ração até a utilização de medicamentos como método de prevenção a doenças.

Um dos principais entraves no que se refere à produtividade dos agricultores familiares, diz respeito a uma gestão inoperante e à utilização de tecnologias inadequadas. Portanto, acreditamos na importância de políticas públicas para direcionar mais esforços e construir estratégias adequadas, voltadas a tecnologias de gestão e informação pra esses agricultores, no sentido de melhorar a produção e a produtividade.

4.4.1 A tecnificação no processo produtivo do leite e a produção em escala

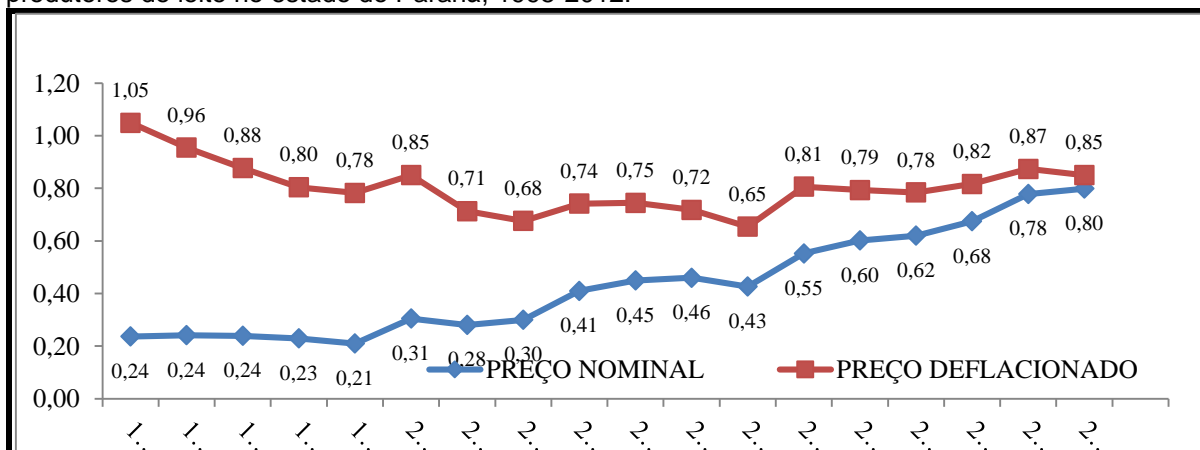
Em uma pesquisa realizada junto a onze cooperativas do ramo de leite, vinculadas à central das Cooperativas de Leite da Agricultura Familiar com Interação Solidária (SISCLAF) e à União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Paraná (UNICAFES/PR), através de entrevistas e da aplicação de questionários, durante o período de 08 de outubro a 18 de novembro de 2013, realizamos um diagnóstico da situação como uma das ações desenvolvidas pelo

Projeto Inovação da Organização Administrativa, Produtiva e Agroindustrial das Cooperativas Solidárias do Sudoeste do Paraná, vinculado à Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) e ao Programa Universidade sem Fronteiras da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI).

As atividades do projeto foram executadas em parceria com a UNICAFES/PR e o SISCLAF/PR. Tal projeto tinha o intuito de assessorar e promover ações na qualificação da gestão das Cooperativas Solidárias do Sudoeste do Paraná para articulá-las às políticas de mercado institucionais e privadas.

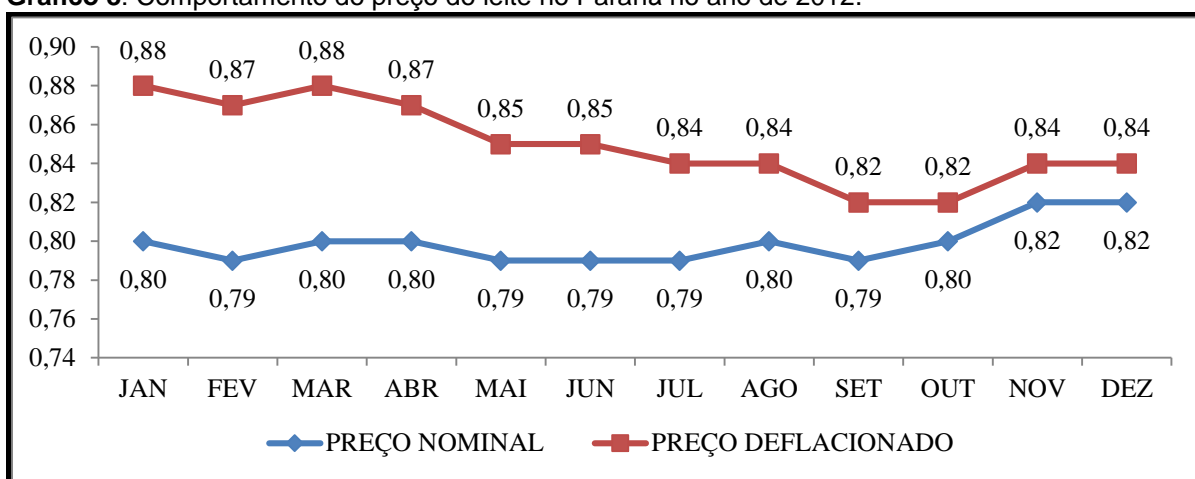
De acordo com o referido projeto, ao analisar o preço do leite, apenas pela perspectiva nominal, podemos afirmar que houve um aumento significativo nos preços pagos ao produtor por litro no período de 1995 a 2012. No entanto, se considerarmos a inflação e os custos de produção, o produtor perdeu o poder de compra ao longo do período analisado, ou seja, embora exista um aumento nominal no preço do leite, não há um aumento real, como pode ser observado no gráfico 7.

Gráfico 7: Evolução dos preços médios anuais nominais e deflacionados (R\$/litro) recebidos pelos produtores de leite no estado do Paraná, 1995-2012.



FONTE: DERAL/DEB - SEAB/PR, 2013. Valores em 1º de agosto de 2013 deflacionados em relação ao mês de dezembro de cada ano. Atualização de valores através do IGPD da FGV apud PLEIN et al., 2014.

Para tornarmos mais fácil a compreensão dos efeitos da inflação no preço do leite, sugerimos a análise somente do ano 2012, conforme gráfico 8.

Gráfico 8: Comportamento do preço do leite no Paraná no ano de 2012.

FONTE: IGPI, deflator utilizado; Preço: CONSELEITE/PR.apud PLEIN et al., 2014.

Se, por um lado, o aumento da produção significa mais rentabilidade para o produtor, por outro, aumenta os custos de produção, uma vez que, quanto maior a densidade técnica, maior a dependência de produtos necessários à produção, pois na maioria dos casos esses são importados e os valores são elevados, como atesta o depoimento a seguir: “daí, a gente usa bastante os produtos pré e o pós-dipping que falam, né, pra higienizar o teto. Antes da ordenha tem um produto e um quando finaliza, você de novo coloca dentro do teto. E é uns produto caro, né.” (AGRICULTORA 2, MUNICÍPIO DE PLANALTO). Percebemos, nesse caso, que os produtos para higienização são um exemplo do exacerbado grau de subordinação em relação a essa rede que opera a longa distância.

Quanto menor a escala de produção mais horizontais são as redes em que os produtores de leite estão inseridos e quanto maior a escala produtiva, elas são mais verticais. Constatamos em nossa pesquisa que os pequenos produtores comercializam produtos veterinários, ração e outros produtos em agropecuárias locais, geralmente da própria empresa com a qual comercializam leite. Por outro lado, os produtores com maior escala produtiva estão inseridos nas redes de comercialização, principalmente, de produtos veterinários e genéticos, de outros estados e países.

Isso não quer dizer que no Brasil não exista a produção de produtos veterinários e de medicamentos que supram a necessidade dos produtores. No entanto, “no Brasil tem, mas é muito ruim” (AGRICULTORA 3, FILHA DOS AGRICULTORES 1 e 2, MUNICÍPIO DE PLANALTO). Dessa forma, o investimento

em produtos de menores valores, segundo os agricultores, torna-se mais oneroso a médio e longo prazo, principalmente no que concerne à saúde do animal:

Daí, de novo vai dar mastite, vai ocorrer mais seguido. Tu vai gastar em produtos veterinários, vai descartar o leite, né. Então, a gente procurar usar um produto melhor e, daí, você tem um ganho, né. Também é bom usar o Real H para a mastite, junto na comida, na silagem; no coxo forçado com o sal também já ajuda bastante. (AGRICULTORA 2, MUNICÍPIO DE PLANALTO).

Como visto nos gráficos 6 e 7, o custo de produção vem aumentando significativamente ao longo do tempo, sendo assim, os custos se elevam proporcionalmente ao aumento da escala, por conseguinte, à medida que o giro em valores monetários aumenta, os custos também se elevam: “O leite você tem que trabalhar em cima de centavos né, [...] não é uma quantia grande, então, no final do ano sobra, né. Nós temos que trabalhar em cima de centavo. O giro é bastante grande, mas o lucro é cada vez menos” (AGRICULTOR 1, MUNICÍPIO DE PLANALTO).

Observamos na pesquisa de campo que o lucro para os produtores está cada vez maior e o grau de subordinação à tecnologia de ponta tem aumentado cada vez mais. A rede de tecnologia de ponta opera a longa distância e quanto mais longa ela for, maior será seu poder de dominação, como, por exemplo, os produtos defensivos agrícolas, a biotecnologia, os produtos veterinários, entre outros, e isso agrava ainda mais quando ocorre a diminuição do preço do leite pago ao produto: “Só que nem agora, o leite baixou e os produtos veterinários subiram demais” (AGRICULTOR 1, MUNICÍPIO DE PLANALTO).

E para dificultar ainda mais a margem de lucro do produtor, nesse momento, o dólar se encontra valorizado, aumentando ainda mais os valores dos produtos importados. Assim sendo, os custos sobem e o ganho diminui, como salientou a depoente: “então, daí as coisas sobem e nosso ganho baixa” (AGRICULTORA 2, MUNICÍPIO DE PLANALTO). Uma vez que, em meados de 2014, houve produtores que receberam R\$ 1,10 por litro e um ano depois, o preço ficou em média de R\$ 0,85, ou seja, uma diminuição de mais de 15%, em um ano. As despesas, no entanto, aumentaram.

5. A CONCENTRAÇÃO PRODUTIVA E INDUSTRIAL E AS REDES DE COMERCIALIZAÇÃO NA CADEIA PRODUTIVA DO LEITE NO PARANÁ E NO SUDOESTE PARANAENSE

Como descrito no capítulo anterior, a atividade leiteira no Brasil passou por duas fases distintas. A primeira fase compreende o período de 1946 a 1991, momento esse caracterizado pela regulamentação dessa atividade por parte do Estado brasileiro, através de um severo controle de preços, que se estendia desde a produção até o consumidor e instituindo critérios de processamento e distribuição, tanto do leite quanto dos derivados (IPARDES, 2008). Contudo, a partir de 1991, ocorreu a liberalização dos preços, valendo assim, a lei da oferta e da demanda.

A partir desse momento, ocorreu uma profunda transformação em toda a cadeia produtiva do leite. Essas mudanças acarretaram no aumento do seu preço, fazendo com que se tornassem atrativos os investimentos e a adoção de novas tecnologias no processo produtivo, como a melhoria na qualidade do rebanho, o aumento no controle da sanidade dos animais, a mecanização da ordenha, os novos equipamentos de conservação da qualidade, tais como tanques de resfriamento e caminhões isotérmicos. De acordo com o IPARDES (2008), a inserção de novas tecnologias proporcionou um aumento de mais de 36% na produção brasileira de leite no decorrer dos anos 1990.

Seguindo essa tendência, houve naquela década um aumento exponencial da produção de leite no estado do Paraná, com um conseqüente aumento no número de empresas do setor lácteo. Segundo o IPARDES (2010), 93% das empresas que atuam na atividade leiteira no Paraná, desenvolveram suas atividades nos últimos 20 anos anteriores à pesquisa.

A cadeia produtiva do leite do estado do Paraná também vem conquistando cada vez mais espaço e representatividade no cenário nacional, uma vez que ela vem intensificando sua presença tanto na produção leiteira quanto na industrialização. De acordo com IPARDES (2009), entre 1997 a 2006, a produção de leite do Paraná apresentou um crescimento de 71%, consolidando-se, em 2007, como a segunda mais importante bacia do país, com uma produção de 2,5 bilhões de litros de leite/ano.

5.1 A CONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL E PRODUTIVA DA CADEIA PRODUTIVA DO LEITE NO PARANÁ

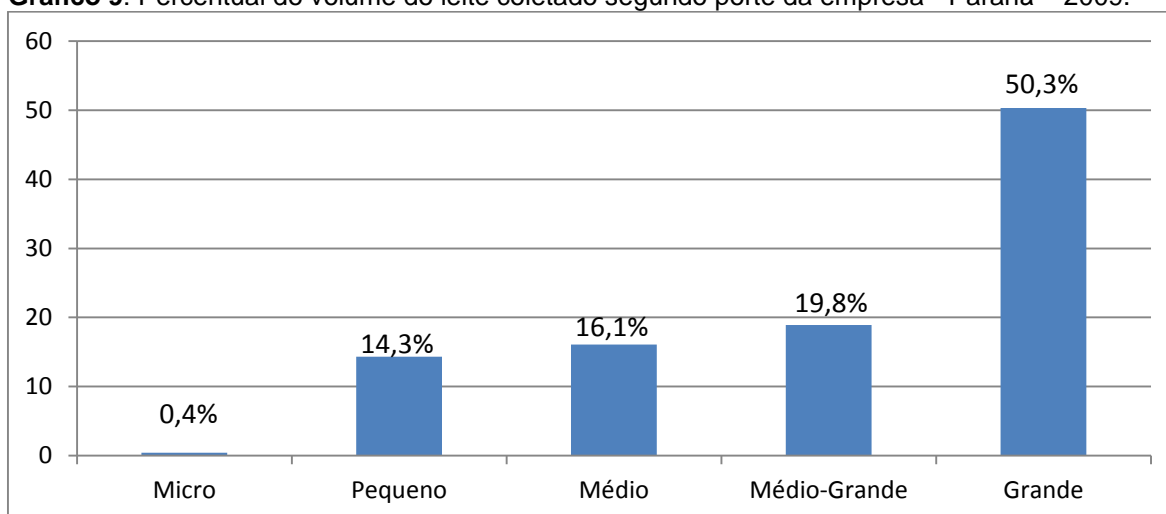
Nessa seção, faremos uma análise da concentração industrial no Paraná e no Sudoeste do estado, sendo assim, inicialmente analisaremos dados do IPARDES de 2009 e, posteriormente, da concentração produtiva e industrial no Sudoeste do Paraná. Para tanto, necessitamos fazer um recorte de algumas empresas e produtores.

Em relação às empresas, realizamos entrevistas, com um questionário semiestruturado, com seus gerentes. As empresas selecionadas foram uma de grande porte, com três plataformas industriais no Sudoeste, com uma capacidade instalada de cerca de 500 mil litros de leite/dia; duas de médio porte, uma no município de Verê, com uma plataforma industrial de aproximadamente 120 mil litros/dia; e outra no município de Planalto, com uma plataforma de aproximadamente 150 mil litros/dia e uma microempresa com produção de 220 litros de leite/dia.

Todavia, existe ainda uma enorme disparidade entre os produtores de leite no estado do Paraná, uma vez que apenas 6% desses produzem acima de 251 litros/dia e respondem por aproximadamente 42% do leite do estado, enquanto que 55% dos produtores com produção de 50 litros/dia representam apenas 15% do volume de leite produzido no Paraná (IPARDES, 2010, p. 7). Portanto, a participação no mercado é dividida entre produtores de grandes volumes de leite e por:

[...] um grande contingente de pequenos produtores que se caracterizam por possuir rebanhos reduzidos e sem melhoramento genético, além de baixa tecnologia no processo produtivo. Embora esses últimos respondam por parcela importante do leite produzido, são os grandes produtores e mais tecnicados os responsáveis pela maior parte desse leite no Estado. (IPARDES, 2009, p.26).

Da mesma forma que houve um processo de concentração na produção da atividade leiteira no Paraná, também ocorreu o mesmo na atividade industrial da cadeia produtiva do leite. O gráfico abaixo ilustra a concentração industrial, notamos que mais de 50% do leite do estado é coletado pelas empresas de grande porte, enquanto que apenas 0,4% é coletado pelas microempresas.

Gráfico 9: Percentual do volume do leite coletado segundo porte da empresa - Paraná – 2009.

Fonte: IPARDES/Instituto EMATER.

O IPARDES (2010) aponta que apenas 2,1% das empresas paranaenses são de grande porte, porém coletam 50,3% de todo leite produzido, as microempresas representam 27,7%, contudo coletam apenas 0,4% do leite do estado do Paraná. As empresas consideradas pequenas representam 55% dos estabelecimentos paranaenses e captam 14,3% do leite do estado. As médias empresas representam 11,4% e são responsáveis pela coleta de 16,1% do leite e, por fim, as empresas de médio porte representam 3,8% das empresas e coletam 19,8% do leite do Paraná.

Políticas públicas federais e estaduais, tanto na produção quanto na industrialização, nas últimas duas décadas, tais como PRONAF, Programa Fábrica do Agricultor, Programa Leite das Crianças contribuíram para o surgimento de um número significativo de micro e pequenas no Paraná.

Portanto, tentamos mostrar neste tópico que apesar de na última década o Paraná ter alcançado grande crescimento na produção e na produtividade, através dos avanços genéticos do rebanho, das práticas do manejo e pastagem, bem como um aumento no processo de industrialização, ainda persistem inúmeras dificuldades a serem enfrentadas no que diz respeito ao desenvolvimento da cadeia produtiva do leite no estado.

Uma vez que algumas regiões avançaram mais na utilização de novas tecnologias e no aumento da produtividade, está ocorrendo uma concentração da produção e, por consequência, da industrialização do leite. Assim sendo, as maiores indústrias, um número reduzido, coletam a maior parte do leite, e as micro e pequenas

empresas, que representam 88% do total, captam apenas 14,7% da produção paranaense.

5.1.2 A industrialização e as redes comerciais na cadeia produtiva do leite no Sudoeste do Paraná

A região centro-oriental paranaense está numa situação consolidada quanto à produção e a produtividade de leite, principalmente pela produtividade dos municípios de Castro, Carambeí, Ponta Grossa, Palmeiras e Arapoti. Apenas esses cinco municípios representam 85% da produção da referida região, sendo que apenas Castro e Carambeí produzem acima da soma de todos os outros municípios.

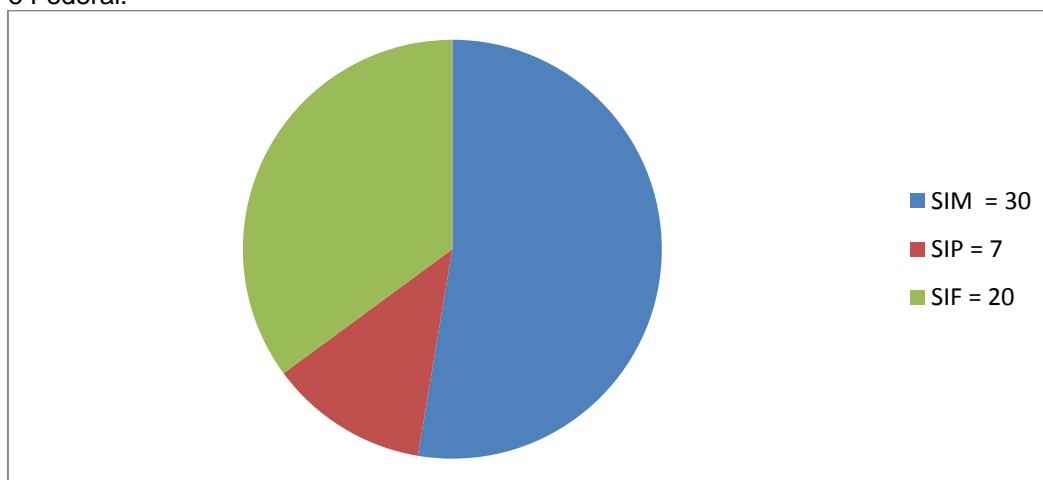
Contudo, o Sudoeste e o oeste paranaense, que são as outras grandes bacias de produção leiteira do estado, respondem por aproximadamente 50% da produção do Paraná, uma vez que vêm apresentando crescimento significativo tanto de produção quanto de produtividade, devido à inserção de tecnologia no processo produtivo. A região oeste um pouco menos, mas a Sudoeste tem uma concentração significativa de pequenas propriedades rurais de mão de obra familiar, fator importante na atividade leiteira (IPARDES, 2010).

Dessa forma, como já vimos, os ganhos de produtividade são resultado de uma série de fatores, dentre eles: melhoramento genético com inseminação artificial, manejo racional da pastagem, dieta balanceada do rebanho leiteiro, conforto do animal (principalmente se for de raça holandesa ou Jersey) e práticas de gerenciamento da propriedade. São justamente essas mudanças que, nos últimos 20 anos, vêm ocorrendo no Sudoeste e proporcionaram um aumento expressivo no volume de leite da região.

Por conseguinte, é grande o número de empresas de lácteos que também foram atraídas para a região: algumas que não têm plantas industriais no Sudoeste, apenas coletam leite na região e outras que não são da região, mas que lá instalaram plantas. A maioria delas se constituiu com capitais oriundos de empreendedores regionais.

De acordo com o gráfico abaixo, percebemos um grande número de indústrias no Sudoeste do Paraná, no entanto, mais de 50% delas têm apenas o Serviço de Inspeção Municipal (SIM), portanto se enquadram na categoria de microempresas inseridas nas redes curtas de comercialização.

Gráfico 10: Número de empresas no Sudoeste do Paraná com Serviço de Inspeção Municipal, Estadual e Federal.



Fonte: ADAPAR/Adaptado pelo autor do trabalho, 2016.

Observamos também, no gráfico acima, que apenas sete unidades produtivas possuem o Serviço de Inspeção do Paraná. A partir dos dados e da pesquisa de campo, constatamos que as empresas que pretendem ampliar suas plantas industriais, a fim de acessar mercados fora do Paraná, solicitam o Serviço de Inspeção Federal (SIF), uma vez que as exigências para a inspeção federal são basicamente as mesmas exigidas pela inspeção estadual. A tabela abaixo mostra os municípios e o número de empresas com SIM, SIP e SIF.

Tabela 15: Empresas com SIM, SIP e SIF no Sudoeste do Paraná - por municípios.

Município	SIM	SIP	SIF	Município	SIM	SIP	SIF
Barracão	1	0	1	Cruzeiro do Iguaçu	0	0	1
Bom Jesus do Sul	0	1	0	Boa Esperança D' Iguaçu	0	0	1
Capanema	0	0	1	Enéas Marques	0	0	1
Francisco Beltrão	8	0	1	Salto do Lontra	0	0	1
Manfrinópolis	0	1	0	Pato Branco	2	0	2
Marmeleiro	0	1	1	Bom Sucesso do Sul	0	0	1
Planalto	0	1	2	Itapejara D'Oeste	2	0	1
Pranchita	0	0	1	Vitorino	1	0	0
Salgado Filho	4	0	0	Mariópolis	0	0	2
Dois Vizinhos	8	1	1	Chopininho	0	0	1
São Jorge D' Oeste	1	2	0	São João	0	0	2
Nova Prata D' Iguaçu	1	0	0	Coronel Vivida	0	0	1
Verê	2	0	1	Palmas	2	0	1

Fonte: ADAPAR/Adaptado por RIPPEL, Leomar, 2016.

Devido à impossibilidade de analisar todas as empresas ligadas à cadeia produtiva do leite no Sudoeste do Paraná, houve a necessidade de fazermos um

recorte no número de empresas analisadas. Sendo assim, o procedimento metodológico se deu da seguinte forma: visitas e entrevistas com representantes de uma empresa de grande porte, duas empresas de médio porte e uma microempresa familiar. As entrevistas foram realizadas com base em um questionário semiestruturado.

A empresa de grande porte pesquisada possui três filiais no Sudoeste do Paraná e desenvolve suas atividades na região há 31 anos. Por ser uma empresa consolidada no mercado e com o SIF há décadas produz aproximadamente 60 tipos de produtos derivados do leite. O queijo mozzarella, contudo, é o principal deles, sendo que em torno de 80% do leite é transformado nesse produto. Deduzimos que isso ocorra por dois motivos, sendo o primeiro por haver uma maior demanda pelo produto, uma vez que o valor é mais acessível em relação aos queijos considerados “finos” e outro pela baixa qualidade que impede de transformar em queijos de maior valor agregado.

A referida empresa tem uma área de abrangência de 15 estados brasileiros, estando inserida em redes de comercialização longas. Os estados aos quais ela tem acesso aos mercados são: Alagoas, Bahia, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe.

Como salientado anteriormente em relação à concentração produtiva e industrial da atividade leiteira no estado do Paraná, constatamos que esse fenômeno também ocorre no Sudoeste. Nessa empresa, apenas 20% dos produtores representam um volume de leite acima de 250 litros/dia, porém são responsáveis por 80% do volume de leite, enquanto que 80% dos produtores são por apenas 20%.

As micro, pequenas e médias empresas, que são a grande maioria no Sudoeste (93%), são provenientes da experiência cultural, organizativa e produtiva do queijo. Os pontos em comum são que todas as empresas têm de 15 a 20 anos de mercado e seguiram a experiência histórica de seus antepassados na confecção de queijos artesanais, como é o caso de uma empresa de médio porte, que começou suas atividades há 20 anos, fazendo queijos artesanais com leite da própria propriedade.

No entanto, começaram a ampliar a produção com a industrialização de trezentos litros de leite por dia, um volume acima do que este microempresário produzia em sua propriedade, tornando-se necessário comprar leite dos vizinhos para

a pequena indústria que estava iniciando suas atividades. A fala abaixo, com o diretor gerente de uma das empresas de médio porte (REPRESENTANTE DA INDÚSTRIA 11, MUNICÍPIO DE PLANALTO) que está no mercado há 20 anos, mostra-nos como a experiência histórica da produção do queijo contribui para o início da industrialização do leite no Sudoeste:

[...] começou as suas atividades há praticamente vinte anos atrás, com sua mãe tirando a produção própria lá da propriedade. E fazendo um queijinho a base da mão, como era antigamente. A gente lembra dos nossos pais, eu também morava na agricultura e fazia um queijinho a base da mão em uma forminha, e assim foi... (REPRESENTANTE DA INDÚSTRIA 11, MUNICÍPIO DE PLANALTO).

Observamos na exposição acima, que a experiência na produção artesanal de subsistência dos antepassados foi de fundamental importância no início da maioria das indústrias da atividade leiteira no Sudoeste do Paraná. Aproveitando que a partir da década de 1990, há significativo aumento na produção e na produtividade do leite, essas microempresas foram adquirindo experiência de gestão tanto na produção quanto no comércio e começaram a se expandir de forma significativa.

Em aproximadamente 10 anos de atividades, a referida indústria já estava industrializando em torno de 20.000 litros/dia, ou seja, em torno de duas toneladas/dia e em 20 anos de atividade esse número chegou em torno de 120.000 litros/dia, aproximadamente 13 toneladas/dia. Apenas nos últimos dez anos, a indústria teve um crescimento em sua plataforma industrial de 600%.

Outra indústria de médio porte, que hoje está com uma plataforma industrial de aproximadamente 150 mil litros de leite/dia, começou suas atividades em 2001 com a intenção de trabalhar de forma coletiva numa comunidade do interior. Nesse sentido, os agricultores já tinham experiência organizativa de trabalhos coletivos em suas propriedades, o chamado “puxirão”. Assim, o objetivo dos agricultores familiares era vender o leite de forma coletiva para agregar valor. Dessa forma, para iniciar suas atividades, aproveitaram a estrutura de uma escola da própria comunidade que não estava sendo utilizada, em função da nuclearização e do deslocamento das crianças para a zona urbana, conforme explica o representante de outra indústria de médio,

Aqui era uma escola, era a indústria antiga, foi nuclearizado e, aí, as crianças foram para a cidade, daí, ficou o prédio abandonado. Na época, o prefeito era

o Loivo Ritter e aconteceu aquele programa do “Pacto Nova Itália”¹³. O Alcení Gerra era o presidente da AMSOP, foi ele que levou os prefeitos, isso deve ter sido lá pelo ano de 89... não 97, 2000. É por aí, 97 ou 98 mais ou menos. E aí, se trabalhou bastante nessa questão da agro industrialização. O Jaime Lerner tinha aquele programa da fábrica do agricultor. Enfim, aí foi montado uma indústria aqui. (REPRESENTANTE DA INDÚSTRIA 12, MUNICÍPIO DE VERÊ).

Inicialmente, a ideia da associação era centralizar o leite num resfriador coletivo, mas como houve apoio governamental através de políticas públicas para o início da industrialização, em 2001, começaram as atividades. Porém, para operacionalizar a indústria, a associação precisou realizar alguns financiamentos, e alguns associados ficaram com receio de se expor a riscos e decidiram sair do grupo, restando apenas 23 membros.

A indústria começou processando apenas 700 litros de leite/dia, fornecidos pelos próprios associados e, com dois meses de atividade, houve a necessidade de comprar leite de outros agricultores da comunidade, e a partir de então a indústria começou um processo cada vez maior de expansão.

No decorrer do tempo, a indústria deixou de ser associação e tornou-se uma Ltda., agora com 16 acionistas e está no mercado há 15 anos e sua capacidade instalada atualmente é de 150.000 litros/dia, sendo que o volume médio industrializado é de 120.00 litros.

Apesar de o Sudoeste aumentar exponencialmente sua produção e produtividade nos últimos anos, para todos os diretores das empresas que visitamos, existe uma preocupação unânime em torno da redução do número de produtores na região. Um dos motivos apontados é o aumento do preço da soja e do milho nos últimos anos. Esse fator gera duas consequências para a atividade leiteira, a primeira diz respeito ao custo da produção de leite, uma vez que a ração e a silagem derivadas desses produtos se tornam mais onerosas; outra consequência é a migração dos agricultores para essas atividades em detrimento do leite. Desse modo, a diminuição do número de produtores de leite não é maior em função da declividade do solo, um dos representantes das indústrias explica os motivos das dificuldades do Sudoeste

¹³Apesar do Sudoeste do Paraná ter em torno de 90% de suas propriedades com áreas entre 15 e 45 hectares e a influência da colonização de migrantes italianos, a produção agrícola estava nas mãos dos atravessadores e não garantia uma renda digna para os agricultores. O Pacto Nova Itália foi uma parceria do governo do estado do Paraná, Associação de Vereadores e a Associação dos prefeitos do Sudoeste do Paraná.

em aumentar o número de produtores de leite, bem como da utilização de novas tecnologias:

Nas regiões dobradas são tudo pequenas propriedades e o produtor não tem muita alternativa. Ele tem que produzir leite porque facilita mais, ele não pode trabalhar com máquinas agrícolas porque não há, né. Existe a região dobrada e com essas regiões dobradas, automaticamente, ele optou ou para gado de corte ou para leite. O que está acontecendo é que o produtor partiu para leite só que nós temos uma visão, como eu venho dizendo ao longo da minha conversa, e eu vou assim bater muito em cima dessa tecla porque se o produtor não for valorizado automaticamente vai acabando o leite. Por quê? Porque a margem dele é muito pequena e ele não vai mais ter condição de produzir para o outro lado. Nós temos um agravante muito grande aqui na nossa região também, mesmo com as pequenas propriedades, os jovens não querem mais ficar na roça, e isso é um agravante muito grande. É uma preocupação que nós já temos, né. Porque estão ficando só as pessoas mais velhas e elas vão perdendo as forças, essa idade dos mais velhos - dos quarenta até os sessenta anos - eles vão perdendo as forças e os jovens estão saindo pra fora trabalhar em indústria, trabalhar nos grandes centros. (REPRESENTANTE DA INDÚSTRIA 11, MUNICÍPIO DE PLANALTO).

Além do aumento do valor dos produtos acima referidos, outro fator que contribuiu para impulsionar a produção e a produtividade da atividade leiteira no Sudoeste é a mão de obra familiar (como frisado anteriormente), porém a sucessão no espaço rural está fazendo diminuir a disponibilidade dessa mão de obra. Para os gerentes das indústrias pesquisadas, a dificuldade em manter os jovens no campo diz respeito ao alto custo da produção e o baixo valor do preço do leite.

Ainda, em relação à dificuldade da mão de obra para a produção de leite, um dos representantes das indústrias mencionou que apenas o casal fica na propriedade, que os filhos dos agricultores não têm intenção de ajudar, a maioria vai para as zonas urbanas e não volta mais (REPRESENTANTE DA INDÚSTRIA 12, MUNICÍPIO DE VERÊ). Nesses casos, o produtor introduz novas tecnologias ao processo produtivo e terceiriza a mão de obra ou desiste da atividade. Quanto à sucessão familiar, esse mesmo gerente diz que:

[...] eles não tem mão de obra, tá ficando só o casal de velhos em casa e os filhos não ajudam, foram para a cidade e não voltam mais. E aí, o produtor, muitos, não tem mais condição, outros não precisam mais desse dinheiro do leite. Porque o que dá mesmo resultado é uma propriedade em que é administrada e onde trabalha a família e que produza em torno de 10 mil litros por mês até 15 mil litros de leite, né. Esse é o melhor resultado, a família produzindo sem contratar mão de obra, pois aonde não tem a família trabalhando; ou o cara produz grandes volumes, mais de 1000 litros por dia, e terceiriza a mão de obra, ou ele desiste da atividade. (REPRESENTANTE DA INDÚSTRIA 12, MUNICÍPIO DE VERÊ).

Os diretores das empresas percebem que está havendo uma tendência de concentração produtiva, pois ao mesmo tempo em que ocorreu uma diminuição do número de produtores, por outro lado aumentou o volume de leite produzido nos últimos anos. Todavia, apesar de haver produtores (embora em número reduzido) com grande produtividade, de maneira geral, há uma resistência (talvez pelo risco ou pelo aspecto cultural) muito grande por parte dos agricultores familiares na tecnificação do processo produtivo.

Em uma das empresas de médio porte no município de Verê, onde coletamos dados, apenas 30% dos produtores têm uma produção acima de 250 litros/dia e são responsáveis por 50% do volume de leite da empresa. Em contrapartida, 70% dos produtores respondem por outros 50%. Numa outra empresa, na região da fronteira, apenas 10% dos agricultores produzem 50% do volume total da empresa e os outros 90% produzem a outra metade. Portanto, fica evidente a concentração produtiva do leite no Sudoeste.

Na entrevista abaixo, percebemos por parte de um dos representantes das indústria a preocupação com a diminuição de produtores e a dificuldade em aumentar a produtividade via inserção tecnológica. Embora extenso, o comentário é muito significativo, por isso o citaremos:

Eu tenho falado isso em uma reunião, lá em Curitiba, no CONSELEITE. Eu tenho falado isso, daí um produtor me respondeu assim: é mas não te preocupa, tá vindo os robôs pra substituir. Aí, eu disse pra ele olhar, senhor, eu até concordo contigo, a tecnologia; ela está cada vez mais avançada. Uma vez nós também precisava, fazia o queijo, tudo, praticamente, não cem por cento, braçalmente. Hoje já existem máquinas que fazem esses produtos substituindo a mão de obra. Mas é digamos assim, pra nós chegarmos em botar um robô lá para fazer a manutenção e tirar o leite, na nossa região que são tudo pequeninhas as propriedades, vai muito longe. Isso é uma opinião minha. Porque são todos médios e pequenos produtores, nós podemos contar nos dedos, hoje, quantos são os grandes produtores. São tudo pequenos os produtores, né. E na nossa região, no Sudoeste do Paraná, vamos falar assim, indo mais longe daqui, Castrolanda, aonde lá na região de Castro, sim, lá tem. São grandes produtores que talvez já tinham até condições de botar, mas aqui na nossa região são poucos produtores que tenham uma ordenha canalizada, que o produtor já tem que tirar pelo menos de dez e vinte mil litros de leite mês, porque senão ela não se paga. Então, ele tem ordenhadeira, sim, mas uma ordenhadeira que é para a produção dele. E a grande maioria dos produtores, hoje, eles têm uma produção, vamos falar assim, de zero a dez quinze mil litros de leite mês, né. Então, tem muito que fazer, tem tudo para crescer ainda, mas o produtor tem que ter seu respaldo (REPRESENTANTE DA INDÚSTRIA 11, MUNICÍPIO DE PLANALTO).

Nesse sentido, é importante uma ação conjunta das indústrias, dos produtores e do poder público no sentido de diminuir o êxodo rural e de aumentar os níveis de produtividade na cadeia leiteira. As ações que compreendemos como importantes giram em torno de três eixos fundamentais, que possuem relações entre si: o primeiro diz respeito ao manejo adequado dos animais, o segundo, ao da alimentação e, por último, o manejo dos equipamentos e das instalações.

Como já observamos, a inseminação artificial permitiu ao produtor obter ganhos significativos de produtividade e cada vez mais as raças holandesa e Jersey estão substituindo as consideradas mestiças (mais resistentes a várias adversidades). Porém, quando o produtor muda a raça dos seus animais (como tem ocorrido com frequência no Sudoeste), passando da mestiça para as puras, o manejo com esses animais também precisam ser diferenciados. E, na maioria dos casos, a utilização de vacas puras somada a um manejo inadequado decorre em problemas frequentes, como redução de produtividade, gastos com medicamentos (aumentando ainda mais os custos) e, muitas vezes, a morte precoce desses animais.

Portanto, essas ações conjuntas são indispensáveis, uma vez que esse trabalho de base coordenado está totalmente disperso e isolado, pois cada produtor tem seu veterinário e a agropecuária na qual costuma comprar insumos. Entretanto, em muitos casos, a relação se torna mais mercadológica e, em curto prazo, em detrimento de ações estratégicas de ganho de produtividade, sustentável a médio e longo prazo. A dispersão no trabalho de base fica evidente na fala de um dos representantes das indústrias.

O produtor hoje já tem, cada um tem o seu veterinário da sua agropecuária, onde ele compra os insumos, então existe uma competitividade muito grande perante as agropecuárias, por quê? Porque cada um quer dar um atendimento melhor para o produtor, para vender os insumos que é o medicamento, que é a ração, que é os sais minerais, que é a semente, que é a bota. Enfim, ele tem tudo lá dentro da agropecuária para melhor atender o produtor, então, existe, assim, uma competitividade muito grande perante as agropecuárias. E, aí, a gente deixa as clínicas e os trabalhos clínicos para as agropecuárias fazerem, né. E hoje cada produtor já tem a agropecuária que mais gosta de trabalhar, e para nós da empresa é indiferente se ele trabalha com a empresa 'b' ou 'c'. Para nós não importa com quem ele trabalha, o importante é que ele seja bem atendido. E, então, nós só fizemos trabalho em cima de qualidade. É qualidade e quantidade, é esse o objetivo nosso. (REPRESENTANTE DA INDÚSTRIA 11, MUNICÍPIO DE PLANALTO).

As indústrias não trabalham com clínica veterinária, com a venda de ração ou de medicamentos, mas mantêm um trabalho técnico permanente de campo, mais no

sentido de manejo e orientação, voltado à melhoria na qualidade, é o que afirma um dos representantes de uma indústria:

[...] eu não dou assistência técnica assim, em clínica, isso eu não faço. A gente dá um acompanhamento, tem um técnico que tá permanente no campo. Com base nas análises ele vai nos produtores, então os produtores que apresentam problema, problemas vários, principalmente, na questão qualidade. Ele só faz isso, só conversa, orienta sobre contagem de células somáticas, acidez, uso correto de antibiótico, medição, higienização de equipamento, mais ou menos nessa linha aí. (REPRESENTANTE DA INDÚSTRIA 12, MUNICÍPIO VERÊ).

Assim sendo, faz-se necessária uma estratégia que envolva as redes, todos os atores sociais da cadeia produtiva do leite: agricultor, poder público e iniciativa privada, no sentido de possibilitar um trabalho de base na orientação de técnicas de manejo genético, de alimentos e equipamentos. Como os atores sociais (sendo eles humanos e não humanos) atuam em redes, é necessário compreender o nexo constitutivo entre eles e todos os demais atores.

5.1.3 Estratégias das empresas do Sudoeste para neutralizar a concorrência

Como será mencionado *a posteriori*, existiu um assédio muito grande por parte das empresas, principalmente em relação aos associados das cooperativas, pela compra do leite. No entanto, percebemos que as empresas evitam ao máximo disputar produtores entre elas e que há várias ações de ajuda mútua, tanto com as empresas locais quanto com as empresas externas ao Sudoeste do Paraná, pois se estima que em torno de 35% do leite produzido não é industrializado na região. Dessa forma, algumas empresas do oeste de Santa Catarina coletam na região, outras levam o leite para o estado de São Paulo e uma empresa do norte do Paraná também coleta um volume considerável na região.

Nesse sentido, algumas estratégias estão sendo utilizadas para neutralizar a concorrência na região, principalmente no que se refere às empresas de grande porte que apenas coletam o leite. Mesmo que alguns produtores considerem e valorizem as empresas locais, os diretores estão cientes de que o produtor, em sua grande maioria, procura o maior preço no mercado, e não vem ao caso se a empresa é local ou não. Por isso, as empresas locais precisam ter estratégias e poder de competição e uma

das táticas dessas empresas é a redução do custo de produção e a agregação de valor aos produtos.

Também se faz necessário ter uma plataforma industrial que permita grande capacidade de diversificar a produção, isso possibilita ter maiores estratégias quando há uma grande oscilação do preço tanto do leite quanto dos derivados, ou seja, quando o valor do leite UHT reduzir-se no mercado, amplia-se a produção de derivados, mas caso o valor do leite UHT aumente, diminui a industrialização dos subprodutos. Conforme pode ser conferido na entrevista com o gerente (Entrevistado 12) da região de Beltrão:

Olhando do lado do produtor, a grande maioria vai vender para quem fizer a melhor proposta. Não importa se essa empresa é local ou de fora. Claro se é local tem alguns que consideram, até porque tá mais próximo se tiver algum problema, vai lá e resolve, não tem muitos gerentes, intermediando, vem falar comigo, fala com a captação e a gente resolve. Então o produtor às vezes considera isso, mas em regra geral não, né. Ele quer preço, então, o seguinte: a empresa que tá hoje trabalhando aqui no Sudoeste, ela vai ter que ter poder de competição com essas empresas de fora, através de redução de custos, agregar valor nos produtos pra poder competir. Isso que a gente vem fazendo, nós investimos bastante em subprodutos, hoje se eu ficasse só com o lucro da manteiga da nata e do soro estava bom. O queijo não precisava, se o queijo pagasse toda essa despesa pra mim estava excelente. E é isso que a indústria vai ter que fazer, baixar custo de logística de transporte, aí, que você vai conseguir competir com essas empresas grande na região. (REPRESENTANTE DA INDÚSTRIA 12, MUNICÍPIO VERÊ).

Em momentos de valorização do leite UHT, as empresas locais coletam o leite e o excedente é comercializado com as empresas de fora da região, essa estratégia está se mostrando, no momento, importante para ambos os lados, uma vez que diminui o custo de logística para a empresa externa e também diminui a concorrência para a empresa local. Na fala abaixo, (Entrevistado 12) fica mais explícita essa estratégia:

[...] eu praticamente não tenho, assim, problemas, são bem poucos os casos. Nós praticamente blindamos aqui a nossa plataforma de captação, dificilmente alguma empresa consegue entrar aqui em nossos produtores. Então, numa situação como esta, que o UHT tá pagando bem, é melhor a empresa que tem condições de pagar. Ao invés de visitar produtor ele vai ter um custo de logística, uma dificuldade de entrar, então ele vem aqui, e compra da indústria. Aí, eu faço toda essa captação, preservo os meus produtores e forneço para ele quando for viável, quando não for mais eu produzo, então, de certa forma, eu bloqueio a entrada desse pessoal. E quando o produto deles não está favorável que é o UHT, exportação daí eles não entram de vez mesmo. Daí, eu estou com poder de fogo, tenho os produtos que eu fabrico, entende, então tem que ter uma fábrica adequado

para ter condição de fornecer leite na qualidade que esse pessoal precisa. (REPRESENTANTE DA INDÚSTRIA 12, MUNICÍPIO VERÊ).

Constatamos que todas as empresas de médio porte realizaram vários financiamentos, via bancos estatais, para investimentos nas plataformas industriais. Desse modo, todas ampliaram consideravelmente suas plantas nos últimos dez anos. Os investimentos foram realizados com a intenção de diminuir custos e agregar valor aos seus produtos, portanto, de fundamental importância para aumentar o poder competitivo, já que se aproveita 100% de todo o processo produtivo. O soro, inclusive, é comercializado com uma empresa de Marechal Cândido Rondon e a água é processada e utilizada na higienização dos equipamentos.

Dentre as indústrias que visitamos, a exceção, quanto a tomada de empréstimos para investimento, ocorreu em uma microempresa no interior de Francisco Beltrão que possui apenas o SIM, mesmo tendo uma capacidade instalada maior. Essa produz apenas 25 quilos de queijo por dia e tem como prioridade fundamental a redução de custos, sendo assim, a preocupação não é apenas a quantidade produzida, e sim produzir com custos cada vez menores, ou seja, para o responsável pela indústria o custo de produção é um “problema sério”:

Porque nós temos uma outra visão de produção de leite do que esse pessoal, então, a gente hoje tá, eu estou aqui, né, mas é do jeito que eu posso [*referindo a sua enfermidade*]. A gente tenta brigar um pouco em cima da questão do baixo custo de produção, não é tanto quantitativo, como baixo custo você ganha mais e isso é um problema sério. (AGRICULTOR13, E REPRESENTANTE DA MICROEMPRESA NO MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO).

O custo de produção dessa agroindústria é de apenas 15%, porque são contabilizados todos os gastos no processo produtivo inclusive a mão de obra. Contudo, observamos que há nesse exemplo um grande esforço no sentido de procurar depender o mínimo possível do mercado externo, inclusive na tomada de financiamentos para investimentos. Essas características que vêm contribuindo para que as indústrias se insiram em diferentes topologias de redes são os tópicos que passamos a ver na sequência.

5.1.4 As redes curtas e longas de comercialização das empresas no Sudoeste do Paraná

As estratégias de comercialização utilizadas pelas indústrias são várias, algumas empresas buscam grandes centros fora do estado do Paraná como São Paulo, outras buscam grandes centros dentro do estado, como Curitiba e Ponta Grossa, porém às microempresas que possuem apenas o SIM não restam outras opções além de abastecerem o mercado local. Observamos que as estratégias estão voltadas principalmente para a venda direta ao consumidor através das feiras municipais e dos pequenos varejistas. Sendo assim, de acordo com a planta industrial de cada empresa, seus mercados vão desde o municipal, passando pelo estadual, chegando até outros estados da federação.

Algumas empresas, por exemplo, não acessam diretamente o varejo, preferindo trabalhar com distribuidores. Como todas as médias e pequenas empresas começaram com o SIM e o SIP, isso, legalmente, as obrigava a comercializar apenas dentro do estado. No entanto, algumas delas, devido à expansão de suas plataformas nos últimos 10 anos, necessitaram também do SIF, o que possibilitou ampliar suas vendas para outros estados.

Dessa forma, quanto menor for a indústria, mais curtas serão as redes de comercialização, tendo como característica o comércio direto, não necessitando do intermediários na mediação do negócio, assim a margem de lucro tende a ampliar-se como salienta uma das mulheres entrevistadas, que ajuda na gestão da indústria familiar de Francisco Beltrão: “Vai tudo e falta queijo na feira, então você leva o queijo nas quarta na sexta no sábado e vem com o dinheiro” (AGRICULTORA 14, E REPRESENTANTE DA MICROEMPRESA NO MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO). As redes de comércio locais tiveram uma ampliação nos últimos anos seja em função do aumento do número de feiras municipais, bem como pela ação das políticas públicas de compra direta.

Figura 7: Microempresa em Francisco Beltrão (ENTREVISTAS 13 E 14).



Fonte: RIPPEL, 2016.

Contudo, dentre as indústrias de médio e grande porte algumas optaram por abrir mercado fora do estado, comercializando principalmente em São Paulo, estado mais populoso do país. O representante de uma das indústrias argumenta sobre os motivos de ampliar suas vendas para São Paulo:

Se nós dependêssemos só do Paraná para levar nosso produto, aí, talvez teria que ficar, não sei, poucas indústrias. Porque nós não temos o consumo no Paraná para absolver [...] os produtos lácteos que são industrializados, né, de uma forma geral. Não só queijo, né, queijos, leite UHT, iogurtes e demais derivados do leite. Hoje é levado, dá pra se dizer, setenta por cento da matéria prima industrializada do leite. Não leite fluído, leite cru industrializado, os queijos são levados para São Paulo. (REPRESENTANTE DA INDÚSTRIA 11, MUNICÍPIO DE PLANALTO).

De acordo com o referido representante, apenas 30% da produção é destinada para os estados do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, recebendo este último uma pequena percentagem e de forma esporádica. A opção, pelo mercado de São Paulo se justifica pelo fato deste ter uma maior densidade demográfica e, por consequente, maior consumo: “você também tem que buscar aonde tem gente pra consumir, e São Paulo é uma das regiões. Aliás, todas as empresas que têm inspeção federal mandamos queijos para São Paulo, Minas e Rio, né; onde tem gente para consumir” (REPRESENTANTE DA INDÚSTRIA 11, MUNICÍPIO DE PLANALTO).

Outras empresas optam por comercializar apenas o excedente fora do estado do Paraná, por entender que esse mercado já está fidelizado e procuram conservar seus clientes (alguns com exclusividade) há mais de uma década,

Eu trabalho com distribuidores, eu não faço varejo [...], o maior volume nosso hoje é a região metropolitana de Curitiba, porque eu comecei com Inspeção Estadual, então, obrigatoriamente eu tinha que ficar no Paraná. Eu construí uma clientela forte no Paraná, como eu mudei para Federal (referindo-se ao SIF) eu não deixei de vender no Paraná, até porque eu tenho pessoa que estão comigo há 13, 14 anos. Desde o início, já tem uma estrutura, trabalham exclusivamente com Alto Alegre, têm vários funcionários, têm caminhões pequenos que fazem as entregas nas cidades maiores, e aí o excedente eu vendia fora do Estado. Mas como deu essa queda no volume de leite, e fora do Estado não tem fidelidade, a maioria compram a oportunidade, só querem preço. Então, eu não tinha obrigação de fornecer nesse momento, porque o mercado estava muito ruim de preço fora do Paraná. Aí, eu só estou atendendo o Paraná, produzo só para atender esse mercado. E eu estou vendendo leite spot este mês. (REPRESENTANTE DA INDÚSTRIA 12, MUNICÍPIO DE VERÊ).

Um dado interessante da entrevista acima é o aumento do mercado spot do leite¹⁴ no Sudoeste do Paraná, ou seja, a comercialização de leite entre as empresas é muito comum em momentos de aumento do preço do leite *in natura* e seu comércio se torna mais atrativo que a industrialização de derivados. Três das quatro empresas que visitamos atuam nesse tipo de mercado.

Esse mercado é viável por três motivos principais: o primeiro é receber melhor valor pelo leite sem a necessidade de industrializá-lo, diminuindo, assim, os custos de produção; o segundo deve-se ao fato de a maioria das indústrias instaladas no Sudoeste serem micro, pequenas e de médio porte, não conseguindo absorver todo o leite a ser industrializado; e em terceiro lugar o bloqueio da coleta direta do leite por outras empresas na região.

Constatamos ao longo desses dois últimos capítulos que diversos atores sociais estão envolvidos na cadeia produtiva do leite, atores humanos e não humanos; também percebemos diversas estratégias de produção, produtividade e gestão das propriedades por parte dos produtores. Da mesma forma, visualizamos a importância da experiência histórica das gerações na produção do leite para o início da industrialização, como também observamos as diversas estratégias de gestão e competição por parte das indústrias para se manter no mercado do leite.

Desse modo, percebemos que essas foram as principais dificuldades encontradas pelas cooperativas familiares de leite no Sudoeste, fazendo com que esse processo organizacional entrasse em crise nos últimos anos, assunto que será abordado na próxima seção.

¹⁴ O leite no mercado spot é aquele comercializado entre as empresas. O aumento desse mercado ocorre em função da diminuição da produção das pequenas e médias indústrias.

6. O COOPERATIVISMO DE LEITE DA AGRICULTURA FAMILIAR NO SUDOESTE DO PARANÁ: DO PROCESSO ORGANIZACIONAL À CRISE

O cooperativismo nasceu das necessidades materiais de sobrevivência e da experiência pioneira dos famosos tecelões de Rochdale, um povoado situado no distrito industrial de Lancaster, no Oeste da Inglaterra. Os tecelões desempregados foram motivados a se unirem contra as adversidades impostas pela conjuntura socioeconômica em que se encontravam, formando uma *cooperativa* do ponto de vista institucional. Este conceito era novo, porém do ponto de vista prático era antigo (THOMPSON, 1998).

É nesse sentido, que o conceito de *cooperativismo* resulta originalmente do *associativismo*, ou seja, uma associação de pessoas ou grupos sociais com sentido de identidade, solidariedade ou colaboração, sendo possível observar esse fenômeno tanto nas famílias quanto em empresas, escolas e comunidades (FRANTZ, 2003). De acordo com Pereira:

O cooperativismo utilizará frequentemente (pelo menos em suas origens) o conceito de *comunidade*, uma vez que ele surgirá com a justificativa de combater as transformações causadas pelo avanço do capitalismo. Originados no interior de associações de operários e camponeses europeus partidários de um conjunto de diferenciado de ideologia de caráter socialista, os primeiros (sic) cooperativas buscavam uma saída para resolver (ou ao menos minimizar) os problemas decorrentes da Revolução Industrial, agravadas no século XIX. (2012, p. 31-32).

Dessa forma, as primeiras experiências de trabalho cooperativo nascem como “uma alternativa econômica a situações históricas específicas, sendo reconhecido como um dos mais eficientes instrumentos de desenvolvimento e de possível transformação social” (DUARTE, 1986, p. 13). A Revolução Industrial foi para o historiador Eric Hobsbawm o mais importante processo revolucionário no mundo, desde a invenção da agricultura e das cidades, ocorrida na Grã-Bretanha, Estado que possuía os fatores fundamentais para o advento de tal fenômeno, como o “lucro privado e o desenvolvimento econômico [...] como os supremos objetivos da política governamental” (HOBSBAWN, 1997, p. 45-46).

É nesse cenário que o cooperativismo nasce, como forma de resistência à situação de miserabilidade que muitos europeus viviam:

O movimento social pela organização cooperativa não é um bloco único. Trata-se de um movimento que toma formas e sentidos de organização, segundo as estruturas sociais, as concepções políticas, as categorias econômicas as nacionalidades e as crenças religiosas, as diferentes concepções e interpretações do sentido da cooperação. (FRANTZ; HILGERT; CORRÊA, 2006, p. 30).

De acordo com Frantz, a iniciativa dos tecelões de Rochdale, em 1844, é considerada a primeira experiência do cooperativismo moderno, sendo uma das iniciativas mais marcantes da história do moderno cooperativismo, incorporando ideias e valores sociais da época, tais como: solidariedade, autoajuda, liberdade, democracia, equidade, altruísmo e progresso (2012, p. 18).

A maioria dos teóricos do cooperativismo tem afirmado que o fenômeno do movimento cooperativo moderno se pauta nos interesses das relações de trabalho humano, em contrapartida, portanto, dos interesses do capital. Dentre eles, podemos destacar Frantz, afirmando que: “O movimento cooperativo, como fenômeno da modernidade, tem a ver com a defesa do interesse do trabalho humano contra os interesses do capital” (2012, p. 12). E ainda segundo o mesmo autor:

As formas precursoras de cooperativismo moderno constituem-se, principalmente, por meio da ajuda mútua, com a finalidade de atender, diretamente, as necessidades de seus membros pela produção e conservação de alimentos. Constituem-se também expressões de reações das pessoas e grupos sociais diante dos problemas sociais do mundo do trabalho. (FRANTZ, 2012, p. 16).

Por sua vez, o movimento do cooperativismo da agricultura familiar e da economia solidária no Sudoeste do Paraná está relacionado diretamente à forma de ocupação histórica e geográfica regional, da forma de apropriação da terra, da estrutura fundiária e acima de tudo da experiência histórica de resistência às adversidades encontradas pela população local.

Através das mudanças ocorridas no Brasil, a partir dos anos 1980, que trouxeram diversas alterações na agricultura brasileira, como os processos de abertura econômica neoliberal e a desregulamentação de diversos setores da economia, ocorreram impactos significativos na produção dos agricultores familiares, para Gehlen:

[...] as transformações ocorridas no âmbito internacional, baseadas em uma nova racionalidade política e econômica, que prevê a redução das atribuições estatais e o aumento de poder dos agentes econômicos, através de um processo gradativo de liberalização de mercados e desregulação da atividade

disciplinadora dos Estados no campo da economia da política e do social, impuseram uma nova dinâmica operacional ao complexo agroindustrial de laticínios no Brasil. (2000, p. 122).

Acreditamos que esse movimento está relacionado de forma direta com as condições materiais de existência desses grupos familiares. É nesse cenário que se inicia um movimento dos agricultores familiares para a constituição de mecanismos de defesa de seus interesses, com a formação das cooperativas da agricultura familiar com interação solidária, a começar pelo processo organizativo do ramo no que se relaciona ao crédito.

6.1 O COOPERATIVISMO DE CRÉDITO SOLIDÁRIO NO SUDOESTE PARANAENSE E SUAS EXPERIÊNCIAS PARA OUTROS RAMOS DO COOPERATIVISMO

Nesse item, abordaremos o processo histórico de constituição do CRESOL e logo após apresentaremos a constituição das cooperativas de leite, uma vez que, em nosso entendimento, elas são consequência das experiências bem-sucedidas das cooperativas de crédito. Nessa perspectiva, em 1989, através da ASSESOAR (Associação de Estudos e Orientação Rural), os recursos da ONG alemã MISEREOR¹⁵ foram canalizados para financiar um projeto intitulado Fundos de Crédito Rotativo (FCR), cuja finalidade era fomentar o associativismo.

Devido às limitações financeiras, e por conta das inúmeras dificuldades dos agricultores familiares em acessarem crédito para o financiamento da produção em suas propriedades, é na década de 1990 que se começa a pensar na organização associativa e coletiva dos agricultores familiares no Sudoeste do Paraná. Como consequência dessa capacidade organizativa acumulada, em decorrência dessa experiência, em 1995, foi constituída a CRESOL (LANNON, 2006). O crédito foi o primeiro ramo das cooperativas da agricultura familiar a se organizar, como infere um ex-líder do cooperativismo:

Então, nos anos noventa que começou a se pensar mais no crédito por conta do Banco do Brasil, que era o que financiava, né. E o banco do estado, eles começaram a cortar o crédito dos agricultores. Vinha um volume pra

¹⁵Organização episcopal alemã para cooperação e desenvolvimento no combate à pobreza, suas atuações são voltadas para África, Ásia e América Latina.

agricultura, eles destinavam pra meia dúzia e não tinha mais dinheiro. E, aí, se começou a se preocupar em criar um [...] fundo de crédito rotativo [...] que nós pegamos oitocentas mil sacas de milho da Alemanha. E, daí, fomos e fomos emprestando, mas era informal, né. (EX-LÍDER DO COOPERATIVISMO DE LEITE SOLIDÁRIO 6, MUNICÍPIO DE RENASCENÇA).

Notamos pelas palavras do entrevistado acima que existiam recursos para o financiamento agrícola. No entanto, poucos eram contemplados, deduzimos, a partir do exposto, que as instituições financeiras tinham receio de conceder crédito para a agricultura familiar, pois compreendiam que os riscos de inadimplência eram maiores entre esses, em relação aos médios e grandes proprietários. Outra informação interessante fornecida pelo entrevistado é a relação de confiabilidade, pois a confiança foi e é um valor importante entre os agricultores, já que os recursos tomados por empréstimo da Alemanha foram informalmente direcionados, portanto os riscos existiam, mas a confiança se tornou um valor universal e acabou se sobressaindo em relação à desconfiança.

6.1.1 O processo organizacional do cooperativismo de leite da agricultura familiar

É importante ressaltar, nesse momento, que as nossas interrogações sobre a sustentabilidade, a médio e longo prazo, e o futuro do cooperativismo da agricultura familiar do ramo do leite, começaram em 2009, quando trabalhamos na assessoria de expansão da UNICAFES, entidade que representa todos os ramos das cooperativas da agricultura familiar e economia solidária.

Primeiramente, pensar em constituir cooperativas no início da década de 1990, quando há poucos anos houvera uma crise enorme no cooperativismo, não foi tarefa fácil, o que podemos atestar na fala, a seguir, do mesmo ex-líder do cooperativismo solidário: “[...] bom, falar em cooperativa na época era difícil, porque tinha quebrado as cooperativas, e até pela oficina que tinha feito com que isso quebrassem” (EX-LÍDER DO COOPERATIVISMO DE LEITE SOLIDÁRIO 6, MUNICÍPIO DE RENASCENÇA). As entidades dos movimentos sociais populares sempre foram muito atuantes no Sudoeste do Paraná, assim, a contribuição dessas organizações foi de grande importância para o início do cooperativismo da agricultura familiar:

[...] nós tínhamos um conselho da qual eu fazia parte pelo sindicato dos trabalhadores, né, o das as entidades, inclusive a (CNBB) participava, né, como também integrante do conselho. E isso foi dando certo, daí que surgiu a ideia de nos criar uma instituição financeira pra pegar recurso público, né. (EX-LÍDER DO COOPERATIVISMO DE LEITE SOLIDÁRIO 6, MUNICÍPIO DE RENASCENÇA).

De modo concomitante ao processo de constituição das cooperativas de crédito e, percebendo que a experiência fora bem-sucedida, começa-se um diálogo em torno da possibilidade de organizar as cooperativas de produção de leite da agricultura familiar. A mesma hostilidade que os agricultores sofriam do mercado em relação ao crédito, eles tinham em relação ao comércio do leite, de modo que, comercializar de forma individual, fragilizava-os frente às empresas de lácteos. Em conversa com o primeiro presidente de uma das CLAF's, evidencia-se o grau de exploração a que eram submetidos os agricultores:

Bom, aí começou constituir as cooperativas de crédito e eu tive a oportunidade de ser o presidente da primeira cooperativa, mas como eu percebia que o leite também estava se firmando como uma viabilidade econômica na região e eram todos individuais e explorados de uma maneira assim igual ou pior do crédito, né. Aí eu falei: não, eu fico fora porque eu quero organizar as cooperativas do leite, né. Então, foi mais fácil porque eu já tinha um modelo de cooperativa de crédito que só mudou para o leite, né. Com isso, a gente começou organizar os agricultores e começamos a constituir as cooperativas. (EX-LÍDER DO COOPERATIVISMO DE LEITE SOLIDÁRIO 6, MUNICÍPIO DE RENASCENÇA).

Por conseguinte, em 1998, constituíram-se as primeiras CLAF's nos municípios de Renascença, Dois Vizinhos, Marmeleiro e Nova Prata do Iguaçu, desse modo:

Tanto essas primeiras quatro cooperativas de leite como todas as outras cooperativas formadas posteriormente foram constituídas a partir de um conjunto de pequenos grupos de agricultores organizados por comunidades rurais de cada município, os chamados 'grupos de base'. Toda a concepção pedagógica e o processo organizativo eram promovidos por alguns profissionais que prestavam assessoria aos agricultores através desse grupo. A intenção dos técnicos era incentivar a organização de base entre os agricultores, produzindo neles uma mentalidade de serem fortes se estivessem unidos. Por isso, foram estabelecidos canais de discussão entre os grupos, envolvendo também diversos atores – como os ligados a assistência técnica e a extensão rural e ao poder público municipal – já com o intuito de organizar a comercialização coletiva de dar corpo à ideia de uma central. (ESCHER, 2011, p. 212).

Além do trabalho de caráter organizativo/educativo, de formar os grupos por proximidade e relações de confiabilidade, estabelecendo objetivos, metas e estratégias de consenso entre os produtores de leite, havia um trabalho de acompanhamento técnico com os agricultores familiares produtores de leite: “nós fomos constituindo as cooperativas, e foi dando certo, né. A nossa cooperativa era praticamente virtual, no início, né. Porque nós dávamos assistência técnica, organizávamos e negociávamos o leite com as indústria da região” (ENTREVISTA 6).

Percebemos, então, que além do trabalho organizacional havia um trabalho de assistência técnica, de socialização das informações sobre manejo, genética, qualidade do leite e pastagem. Desse modo, havia os grupos nas comunidades, em torno de dez famílias por grupo, que no conjunto do município poderia alcançar o número de 150 agricultores familiares. A negociação ocorria de forma coletiva nas comunidades rurais e cada um deles tinha um coordenador. Os agricultores, reunidos com os representantes da indústria, somavam a quantidade de leite produzida no município e nas reuniões realizavam a negociação do preço de forma coletiva.

Notamos que, representados pelo coordenador do grupo, havia uma participação dos produtores na negociação do leite com a indústria e essa estratégia facilitava tanto o poder de barganha no aumento do preço quanto na logística da empresa, uma vez que a mesma não precisava negociar o preço do produto de forma individual com cada produtor. Portanto, nesse momento, foi uma estratégia viável para ambos os lados, que fica mais clara na afirmação a seguir:

[...] então tinha os grupos nas comunidade. Tipo, dez famílias por comunidade, que no total davam cento e cinquenta agricultores no município. [...] Com um coordenador que somava a quantia de leite que tinha e, daí, o montante geral negociava com a indústria. Nós temos na cooperativa [...] cem mil litros de leite pra negociar o preço. Aí, vinha os coordenadores do grupo negociar com o cara da indústria e era bacana, interessante. E, com isso, a gente começou ganhando um preço melhor, mas quem ia buscar o leite era o caminhão da indústria. (ENTREVISTA 6).

Diante disso, realizando algumas análises sobre as ações que estavam sendo desenvolvidas pelos grupos familiares nas comunidades e aproveitando o acúmulo de experiências de negociação e estratégias, em busca de melhorar o preço do litro de leite, os agricultores familiares constituíram as CLAF's, ou seja, ocorreu a institucionalização formal das ações que já vinham sendo desenvolvidas na prática. Com a constituição das cooperativas de leite, porém, os espaços de decisões que

eram de base, transferem-se para grupos mais limitados, constituídos pelos diretores das cooperativas denominadas de singulares.

As cooperativas de leite da agricultura familiar visavam “promover estratégias de organização e de tecnologias a baixo custo, para que os agricultores não fossem excluídos da produção leiteira, visando à venda conjunta do leite, viabilizando um sistema de coleta de leite, além da prestação de assistência técnica” (BRAGA, 2010, p. 52-53), nessa perspectiva:

Diante da modernização da produção leiteira, em que agricultores descapitalizados têm dificuldades em acompanhar esse processo e também frente à concentração da atividade leiteira pelas grandes multinacionais, o cooperativismo surge como uma forma de organização que pode dar mais autonomia ao agricultor, possibilitando a disponibilidade de financiamentos para investimentos, além da implantação de estratégias que possibilitem renda maior aos agricultores como, por exemplo, a produção de leite a baixo custo. Com base nesses pressupostos e no chamado Cooperativismo de Interação Solidária, com propostas diferentes do chamado cooperativismo de gestão empresarial, é criada a Cooperativa de Leite da Agricultura Familiar (Claf), alicerçando-se no histórico do cooperativismo, associativismo e outras formas de organizações, tanto formais como informais do Sudoeste paranaense. (BRAGA, 2010, p. 47).

De acordo com Escher, “[...] o que, por um lado, serviu para institucionalizar o que antes era eminentemente informal, mas, por outro, foi gradualmente transferindo os espaços de decisão dos grupos de base existente nas comunidades para grupos mais restritos, formados pelos diretores das cooperativas singulares” (2011, p. 212-213). Consequentemente, após a institucionalização das singulares, as ações e as estratégias permanecem as mesmas, porém cada vez mais deslocadas de um diálogo horizontal com a base, e as decisões se tornam cada vez mais restritas e verticais.

Não pretendemos afirmar, nesse estudo, que a criação das cooperativas de leite da agricultura familiar foi negativa para o seu processo organizativo, porém quando as decisões ficam cada vez mais restritas e verticais e, por consequência, mais rápidas, elas podem ser menos duradouras e os demais envolvidos não se sentirem corresponsáveis pelas decisões de seus diretores:

É curioso observar como um intenso processo coletivo de deliberação reflexiva foi sendo constituído e logo em seguida desestruturado [...] Tratou-se de uma interessante experiência, que incluiu aprendizado coletivo, resolução conjunta de conflitos e inovação de processos, em que participaram tanto os agricultores cooperativados na produção de leite como os empresários ou representantes de vários laticínios. (ESCHER, 2011, p. 213).

Ao visualizarem que o processo organizativo das cooperativas estava contribuindo de forma significativa para o aumento no preço do leite, bem como na organização dessa cadeia produtiva, em 2003, constituíram o SISCLAF. Esse Sistema, também denominado de Central, dentre outras funções, tinha um papel representativo, organizativo e de interlocução dos debates e estratégias do cooperativismo de leite da agricultura familiar:

Estas cooperativas modificaram a relação que as empresas estabeleciam com os pequenos agricultores, pois os agricultores organizados passaram a encontrar nas cooperativas uma estrutura de apoio e a possibilidade de elevar o preço recebido pelo leite, seja porque as cooperativas criaram a possibilidade de remunerá-los melhor, seja porque as empresas se obrigaram a elevar os preços pagos aos pequenos agricultores, mesmo àqueles que não se encontravam associados aos sistemas cooperativos. As referidas cooperativas, organizadas para atender especificamente os pequenos produtores, denominados de agricultores familiares, [...] foram se expandindo rapidamente pela grande mesorregião Fronteira Sul. (GNOATTO et al., 2010, p. 4).

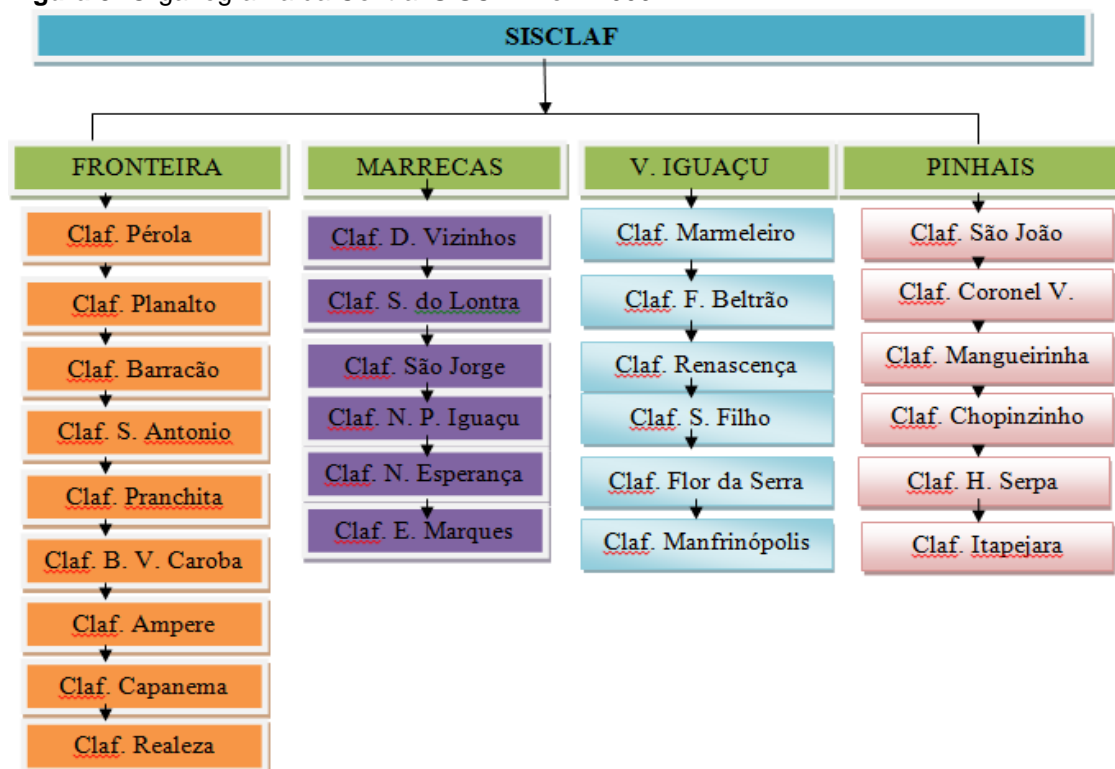
Apesar de não problematizarmos essa questão, ponderamos que seja importante ao menos mencionar que em outras regiões do Paraná também foram constituídas outras centrais de cooperativas de leite da agricultura familiar, baseadas no mesmo modelo organizativo do movimento da economia solidária. Podemos citar como exemplo: o Sistema de Cooperativas de Produtores de Leite da Agricultura Familiar (SISCOOPLAF), localizado no município de Cascavel, congregando, em 2011, nove cooperativas na região oeste do Paraná; e a Central Regional de Cooperativas da Região Centro do Paraná (COORLAF), localizada no município Guarapuava, também congrega nove cooperativas. O SISCLAF, que se inicia a partir de 2003, também é fruto de uma articulação e da experiência organizacional coletiva dos agricultores familiares. De acordo com David:

O Sistema Integrado de Cooperativas de Leite da Agricultura Familiar com Interação Solidária (SISCLAF) - é uma articulação de cooperativas municipais, organizadas a partir de fevereiro de 2003, pela necessidade de se desenvolver, planejar e centralizar ações das diversas cooperativas singulares de leite que começaram a formar-se na região a partir dos anos de 1990. Fruto de um processo de construção coletiva, das entidades da agricultura familiar da Região Sudoeste, as cooperativas de leite municipais, chamadas CLAF, vem há pelo menos doze anos atuando na organização da cadeia produtiva do leite. (2009, p. 17).

No ano de 2006, a central SISCLAF congregava um número de 15 cooperativas, e essas cooperativas estavam articuladas junto a outras entidades da

agricultura familiar em quatro fóruns tais como: Pinhas, Marrecas, Vale do Iguaçu e Fronteira e tinham como objetivo discutir os problemas e deliberar sobre eles: “o pessoal fazia os fóruns das cooperativas, então essas quinze cooperativas estavam divididas em quatro fóruns, onde estes fóruns as cooperativas por proximidades de região se reuniam para discutir seus problemas, então estava montado dessa forma” (LÍDER DO COOPERATIVISMO DE LEITE SOLIDÁRIO 8, MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO).

Figura 8: Organograma da Central SISCLAF em 2009.



Fonte: Sistema de Cooperativas de Leite da Agricultura Familiar com Interação Solidária (SISCLAF), 2009, adaptado pelo autor do trabalho, 2016.

Percebemos na figura acima que, em poucos anos, o cooperativismo de leite da agricultura familiar teve um crescimento considerável, tanto que em 2009 o SISCLAF era formado por 27 cooperativas singulares e, em sua maioria, por produtores considerados pequenos, que produziam menos de dois mil litros mensais. Por conseguinte:

O surpreendente crescimento das cooperativas de leite na região Sul do Brasil, e particularmente do Sistema de Cooperativas de Leite da Agricultura Familiar com Interação Solidária (SISCLAF) no Sudoeste do Paraná, parece em alguma medida estar desafiando certas tendências macroestruturais,

como a globalização do mercado dos lácteos, a concentração industrial e a captação da matéria prima por grandes multinacionais e a exclusão generalizada de agricultores familiares pequenos produtores de leite, preconizadas pela maioria dos 'estudos de mercados' orientados por abordagens teóricas mais convencionais. (ESCHER, 2011, p. 209).

Não restam dúvidas de que o processo organizativo, que se configurou com o surgimento do cooperativismo do leite da agricultura familiar, contribuiu significativamente para o aumento da produção e da produtividade do leite no Sudoeste do Paraná, e, principalmente, para o aumento do preço recebido pelos produtores. Porém, toda essa organização coletiva em torno do cooperativismo da agricultura familiar começa a apresentar dificuldades a partir de 2011, tema que problematizaremos na próxima seção.

6.1.2 Crise do cooperativismo do leite da agricultura familiar no Sudoeste

Nessa parte do trabalho, focalizaremos as dificuldades enfrentadas pelo mercado do leite na organização do cooperativismo da agricultura familiar no Sudoeste do Paraná. Vale ressaltar que as dúvidas sobre o sistema cooperativo de leite da agricultura familiar no Paraná, já faziam parte de meus questionamentos desde 2009, quando trabalhamos como assessor de expansão da UNICAFES/PR.

Na ocasião tivemos a oportunidade de visitar 77 cooperativas da agricultura familiar atuantes nos ramos de crédito, produção e comercialização no estado do Paraná. Dentre essas, 27 eram cooperativas de leite vinculadas ao SISCLAF, nove ao COOPLAF e outras nove ao COORLAF. Nesse sentido, através das observações empíricas que tivemos, começamos a nos preocupar sobre a sustentabilidade, a médio e longo prazo, do cooperativismo de leite.

Notamos que, quando começaram a se constituir as cooperativas de leite da agricultura familiar (principalmente a partir do ano 2000), elas se tornaram as indexadoras do preço do leite para as empresas que atuavam nos municípios. Nesse sentido, os preços tiveram um relativo aumento, fazendo com que muitos agricultores familiares se deslocassem de outras atividades e se dedicassem a atividade leiteira, mesmo os que não comercializavam com as CLAF's eram beneficiados pela atuação das mesmas na região.

É importante ressaltarmos também, que nesse momento muitos agricultores começam a investir cada vez mais na atividade leiteira, resultando numa maior escala de produção e com isso passam a ser assediados pelas empresas privadas. Muitos associados das cooperativas acabam saindo desse modelo organizacional, principalmente pelo poder de barganha que tinham devido a sua produção mensal.

A partir do exposto, inúmeros questionamentos surgiram em relação à crise do cooperativismo do leite no Sudoeste do Paraná, tais como: Tal modelo teria entrado em crise devido ao individualismo dos agricultores familiares? Seria uma jogada de mercado das empresas privadas de lácteos que atuavam na região na formação de cartéis de preços para dificultar as ações das cooperativas? Denunciaria a falta de coragem dos agricultores familiares em trabalharem coletivamente, já que a decisão coletiva gera uma responsabilidade coletiva? Demonstra a inexperiência de gestão dos agricultores familiares na condução das cooperativas? Seria a falta de planejamento estratégico na gestão das cooperativas e o descumprimento de sua função no aumento do preço do leite e o repasse para os agricultores familiares, demonstrando a inutilidade de sua existência? E por último, poderia ser bem-sucedida uma experiência de cooperativismo solidário com princípios socialistas num sistema de produção e reprodução capitalista?

Esses podem ser questionamentos de inúmeras pessoas que acreditam no cooperativismo solidário como modelo organizacional e de inclusão social dos pequenos agricultores familiares na cadeia produtiva do leite. Contudo, são de suma importância as indagações, reflexões e possíveis críticas à condução desse modelo organizacional, na tentativa de ajudar a apontar caminhos para o futuro do cooperativismo solidário do ramo leite no Sudoeste paranaense.

Através da pesquisa de campo que realizamos, percebemos possíveis deficiências estratégicas no processo organizacional do cooperativismo solidário de leite. Dentre tantos, destacamos a constituição de duas plataformas de resfriamento com recursos do governo federal sem o devido planejamento, uma em Bela Vista da Caroba e outra em Itapejara do Oeste, o que implicou um custo operacional de aproximadamente R\$ 20.000,00 por mês, e os custos independem da quantidade do volume de leite da plataforma. Dessa maneira, quanto menor o volume de leite que passa pelas plataformas, maior será a quantidade de centavos cobrados do produtor para manter os custos operacionais do empreendimento, uma vez que teria dois fretes

a pagar, um até a plataforma e outro até as indústrias com as quais as cooperativas comercializavam.

A segunda “falha” estratégica ocorreu logo após a organização dos agricultores produtores de leite em torno das cooperativas. Uma vez que era de suma importância dar início de forma progressiva ao processo de industrialização do leite que passava por dentro das cooperativas, havia propostas de algumas lideranças nesse sentido. No entanto, nas deliberações das cooperativas tal proposta não se concretizou. Partimos do pressuposto de que as dificuldades acima mencionadas resultam da falta de gestão e planejamento, uma vez que os diretores das cooperativas eram agricultores familiares e, com exceção da condução de próprias propriedades, a maioria nunca tivera experiência de gestão.

A constituição do SISCLAF poderia ser uma forma de melhor organizar todas as ações das cooperativas de leite do Sudoeste do Paraná (pelo menos era essa a intenção), porém, constatamos inúmeras dificuldades na organização desse processo. E a principal delas foi o não cumprimento do estatuto que os próprios cooperados constituíram, uma vez que a maiorias das deliberações feitas no coletivo não eram cumpridas pelos diretores quando retornavam para as cooperativas singulares.

Uma dessas decisões foi a de que todas as cooperativas comercializariam o leite pelo SISCLAF via plataformas e deveriam contribuir com R\$ 00,1 por litro para a manutenção do sistema, porém, houve uma cooperativa que não cumpriu tal decisão e não sofreu nenhuma forma de sanção, o que motivou outras cooperativas a não respeitarem muitas das decisões coletivas.

Após a decisão deliberada coletivamente sobre a contribuição de R\$ 00,1 para a manutenção do SISCLAF, um dos diretores de uma cooperativa singular, que ajudou a aprovar e deliberar esse assunto, ao voltar para sua cooperativa questionou a contribuição do valor, e o presidente da central decidiu não retê-lo. Sendo assim, a reserva que seria necessária em momentos de crise deixa de existir e, por consequência, o sistema teve dificuldade de se legitimar, pois as decisões coletivas, quando questionadas, eram revogadas pela direção do SISCLAF.

Por conseguinte, as empresas privadas que já tinham experiência de gestão estratégica de mercado, aproveitam as dificuldades organizativas do cooperativismo e começam a traçar estratégias para dificultar a atuação conjunta das cooperativas. Nesse sentido, tudo indica que elas começaram a fazer cartel do preço que pagariam ao SISCLAF e a negociar direto com as singulares, pagando um valor acima do que

pagariam na negociação conjunta, inviabilizando assim, as plataformas de resfriamento, conforme identificamos na entrevista abaixo:

[...] aí, essas empresas no mês de maio pra junho, simplesmente, estavam oferecendo exatamente o mesmo valor: 3, 4 centavos mais baixo. Aí, se identificou que elas tinham um cartel baixando o preço para as cooperativas da central não pagariam mais do que aquilo ali. (LÍDER DO COOPERATIVISMO DE LEITE SOLIDÁRIO 8, MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO).

Dessa forma, diante da inexperiência de gestão dos diretores das cooperativas, da falta de espírito coletivo e das dificuldades da central em organizar o cooperativismo do leite, todo o processo organizativo de mais de uma década começa a ruir:

em abril tem uma entressafra. É o momento que as empresas mais precisam de leite. E naquele momento, a central o SISCLAF estava dizendo que era pra todo mundo passar pela plataforma. Ali já teve o primeiro rachinha, algumas começaram a se negar de entregar. As empresas estavam indo direto nas cooperativas que elas vinham negociando anteriormente, e oferecendo mais do que a comercialização em conjunto. (LÍDER DO COOPERATIVISMO DE LEITE SOLIDÁRIO 8, MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO).

Pelo fato da comercialização conjunta ser tratado basicamente com empresas do Sudoeste do Paraná, demorou alguns meses até o SISCLAF conseguir negociar com uma empresa de fora, mesmo assim, as empresa da região continuaram pressionando as singulares, tentando convencê-las a venderem direto para as empresas, com a justificativa de que pagariam um valor acima do da central. Além da negociação que as empresas locais tentavam realizar diretamente com as singulares, elas também começaram a disputar aqueles produtores de leite que realizavam investimento na produção leiteira e com isso obtinham um aumento de produção e produtividade.

A maioria dos associados das CLAF's era de pequenos produtores de leite. Em 2009, em torno de 22% dos produtores de leite no Sudoeste do Paraná estavam vinculados às cooperativas de leite, no entanto, correspondiam a uma produção de apenas 6% do total do leite produzido na região. Percebemos, então, a importância do cooperativismo para os pequenos produtores de leite, menos capitalizados com uma produção de no máximo 100 litros, pois provavelmente seriam excluídos da atividade caso não estivessem vinculados às cooperativas.

Todavia, quando os produtores conseguiam um aumento da produção e da produtividade, a probabilidade dos mesmos se desvincularem da CLAF era grande, tanto que das 27 CLAF's existentes em 2009, apenas 11 estavam com CNPJ aberto, em julho de 2016, e dessas apenas seis estavam operando com leite e uma única estava atuando somente no mercado de merenda escolar.

Portanto, a crise do cooperativismo não resultou apenas da dificuldade de organização em torno do SISCLAF, mas também das cooperativas em fidelizar seus associados, uma vez que as empresas privadas também disputavam produtores de leite com as singulares municipais. Sendo assim, além dos inúmeros problemas de condução da experiência organizacional das cooperativas de leite, acreditamos que o cooperativismo solidário de leite cumpriu com uma função de extrema importância para o que havia se proposto, lutar pela elevação do preço do leite. Tais problematizações serão abordadas na próxima seção.

6.2 PROBLEMAS NO PLANEJAMENTO E NA GESTÃO DAS COOPERATIVAS DE LEITE DA AGRICULTURA FAMILIAR OU CUMPRIMENTO DE SUA FUNÇÃO?

No item anterior, discorremos sobre a grande capacidade organizacional dos agricultores familiares na constituição das cooperativas solidárias de leite, no Sudoeste do Paraná, no intuito de ampliar o seu poder de barganha no aumento do preço do leite. Descrevemos também possíveis equívocos estratégicos que conduziram à atual crise desse modelo organizacional. Sendo assim, interessa-nos nesse momento, discutir a função que a cooperativa exerceu e se, diante da atual organização da cadeia produtiva do leite, há a necessidade material da existência dessas cooperativas.

Na ocasião da constituição do cooperativismo, o objetivo era valorizar o preço do leite, melhorar a situação econômica do produtor, possibilitar a aquisição de equipamentos adequados para o aumento da produção e da produtividade e, acima de tudo, possibilitar o acesso ao conhecimento na atividade leiteira. E o que chama a atenção é o fato de que a grande maioria dos produtores atingiu esses objetivos nos anos de 2009 e 2010, justamente no momento em que houve a maior movimentação de leite pelo SISCLAF, em torno de sete milhões de leite por mês. Sendo assim, o

auge das cooperativas tinha sido atingido e a partir desse momento, o sistema organizacional começa a se desintegrar:

[...] quando a central chegou nesse ponto, foi que nem castelo de carta, lá em baixo o pessoal começou a cair fora, e aí começou a desmoronar. Por quê? O que aconteceu? Entre 2009 e 2010, o objetivo de 2003 foi atingido e, aí, a central não tinha mais o que oferecer ao produtor. Vamos se juntar para melhorar o preço? Tá, mas eu já tenho o preço bom, vou me juntar pra quê? No momento em que tenho uma situação estável, pra quê que eu quero cooperativa? Mesmo que seja a cooperativa que deixou ele nessa situação. (LÍDER DO COOPERATIVISMO DE LEITE SOLIDÁRIO 8, MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO).

A partir do momento em que a central começa a comercializar todo o leite por dentro do sistema, o trabalho de base que as cooperativas mantinham com seus associados, como o acompanhamento técnico, o manejo, a gestão, etc; será cada vez menos prioritário, principalmente, por conta da “loja”, anexa às cooperativas, que a maioria delas passou a operacionalizar. Sendo assim, a função de diretor da cooperativa começa a confundir-se com a de gerente da loja, e a função de técnico passa a misturar-se com a de balconista ou de vendedor da loja.

As lojas apresentam ainda um agravante, não faziam distinções entre sócios ativos e não ativos, desse modo, ao comercializarem com preço reduzido para todos, viabilizavam os negócios fora das cooperativas. Além do mais, como dissemos anteriormente, as indústrias não ofereciam esses serviços aos produtores, dessa forma, a loja da cooperativa contribuía para subsidiar a baixa dos custos. No entanto, as empresas eram as mais beneficiadas, já que não precisavam investir em assistência.

O único contato que o produtor mantinha com a cooperativa era via o motorista do caminhão, ou seja, mantinham uma relação meramente comercial e não como integrantes de uma organização coletiva, que necessitava de decisões também coletivas. Como em muitos casos o trabalho do freteiro era terceirizado, houve situações em que esse decidiu sair da cooperativa e começar a transportar leite para outra empresa. Desse modo, a relação de confiabilidade estabelecida era maior com o freteiro – que em sua saída levou consigo uma parte considerável dos associados – , do que com a cooperativa.

Houve inúmeras ações tanto da cooperativa quanto da central para manter o quadro associado fidelizado. Outra dificuldade encontrada pelas cooperativas

novamente gira em torno da gestão, estamos falando da não preparação de um quadro de futuros diretores para gestar a cooperativa, por conseguinte, não foi dado prosseguimento a trabalhos fundamentais de diretores anteriores. É importante salientar que a grande maioria dos cooperados respeitavam o trabalho e as orientações da cooperativa:

[...] os produtores das cooperativas sempre responderam muito bem ao trabalho de campo. Sobre o problema de qualidade, passa um técnico, até mesmo um diretor, mesmo sem conhecimento técnico nas propriedades. A gente tem que melhorar a qualidade do leite, temos que cuidar da higiene, você já vê resultado. Eu acompanhei isso aí há poucos dias em Itapejara, tinha uma identificação da qualidade do leite, e ele foi nas propriedades, na sequência a qualidade do leite melhorou. Quer dizer, o produtor só estava precisando ser chamado a atenção de algum detalhe, alguma coisa; e houve resultado. Realmente teve cooperativas que fecharam, que se distanciaram dos associados, no momento que elas se distanciaram da base a cooperativa não teve sustentabilidade e na sequência a central também não teve sustentabilidade. É como dizem de um castelo de cartas, começou lá em baixo a ruir e vem tudo a baixo. (LÍDER DO COOPERATIVISMO DE LEITE SOLIDÁRIO 8, MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO).

Embora dentro das cooperativas existam muitos cooperados que as compreendem como um instrumento de fortalecimento coletivo, houve muitas ocasiões em que o agricultor não se identificava com a cooperativa, ou seja, essa não era entendida como um espaço para o processo organizativo e o fortalecimento coletivo dos produtores de leite. Para muitos, não havia nenhuma diferença entre as cooperativas e a empresa privada, pois ao invés do preço do leite ser um dos objetivos do processo organizativo, ele se tornou o único.

Além dos associados que buscavam na cooperativa exclusivamente o preço para o leite, também houve inúmeros diretores que buscavam exclusivamente o preço para as cooperativas, tanto na comercialização do leite quanto na compra e venda dos produtos que eram comercializados na loja. Desse modo, a relação se tornou cada vez mais comercial, uma vez que não havia tratamento diferenciado na compra de insumos da loja para associados e não associados.

Algo que nos chamou a atenção em nossa pesquisa de campo foi a falta de experiência na gestão da loja por parte da maioria dos diretores, pois de modo geral eles não estavam preparados para dirigir o empreendimento. Constatamos também, de modo bastante perceptível, o desinteresse de muitos desses em realizar as capacitações oferecidas, pelo SISCLAF, a UNICAFES e as Universidades, quanto à gestão, além dos problemas nessa área.

Além da inexperiência no que se refere à gestão dos diretores das singulares, muitos equívocos estratégicos também cometeram os diretores da Central, um dos principais deles diz respeito ao calote de aproximadamente um milhão de reais que a Central levou de uma empresa.

Como um dos principais objetivos do cooperativismo era o preço do leite, os diretores comercializaram boa parte do produto com uma determinada empresa por um preço acima ao das concorrentes. No primeiro mês, a empresa efetuou parte do pagamento, no segundo mês, porém, não efetuou nenhum pagamento para o SISCLAF.

Na esperança de conseguir receber o dinheiro da empresa, a Central decidiu tomar um empréstimo com a Cresol do montante não pago pela empresa e repassá-lo aos produtores, desse modo, esses não sentiriam o calote. Assim, a Central conseguiu absorver o calote sem atingir as cooperativas e os produtores, contudo, isso ocasionou impactos maiores posteriormente. Esse fato foi amplamente comentado, inclusive por algumas empresas concorrentes, para dificultar a relação entre os associados e a cooperativa.

Para melhor compreendermos a diferença do cooperativismo solidário com as empresas privadas, faz-se necessário trazer para o debate um conceito importante que é a transparência, pois é notório que esse aspecto é um valor importante, mas na relação com o mercado a transparência torna-se um problema.

No jogo do mercado, o acesso transparente aos dados, como o cooperativismo, na medida do possível, tentou fazer, levou que as empresas experientes nas regras desse jogo não tivessem muitas dificuldades para suplantar as estratégias de mercado desenvolvidas pelas cooperativas, como salienta um dos assessores do SISCLAF, das cooperativas:

[...] um problema da central sempre foi alardear aos quatro ventos sua situação, situação financeira. E, assim, se a situação financeira da central estava ruim, todo mundo sabia. Tanto concorrente, entidades parceiras, todo mundo, sempre foi dentro dessa lógica, nunca escondeu isto pra ninguém. Só que num mercado aonde não está preocupado com o que é a empresa e o que é a cooperativa, o que é agricultor familiar, que tem toda uma representatividade, qualquer sintoma de fraqueza é usada contra. Então, ali sofreu um processo enorme de decadência, digamos assim, estava no auge e na hora que deu isso começou a desmoronar mais rápido ainda. Então, não que o processo de diminuição de cooperativa de ter saído agricultor não fosse acontecer, ele ia acontecer de qualquer jeito, só que isso acelerou o processo. Talvez levasse dois anos, aconteceu em um ano porque foi influenciado dessa forma. (LÍDER DO COOPERATIVISMO DE LEITE SOLIDÁRIO 8, MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO).

Na tentativa de negociar o calote com as empresa, o SISCLAF, acabou adquirindo uma unidade industrial da referida empresa. Porém, era uma unidade extremamente ultrapassada do ponto de vista tecnológico e produtivo, uma vez que, a maioria dos equipamentos era totalmente obsoleto. A central adquiriu essa unidade por R\$ 1.700.000,000, desse modo, liquidou toda a capacidade de operacionalizar uma indústria, pois gastara parte significativa do capital de giro no negócio.

Mesmo com todas as dificuldades, no terceiro mês (em dezembro) de atividade da indústria, houve uma sobra de R\$ 150.000,00. No entanto, esse período do ano é o período de maior produção, não obstante, toda essa sobra foi repassada para os produtores, inflacionando assim (R\$ 0,17) o litro de leite. Aparentemente foi um bom negócio, porém, nos meses seguintes, além da diminuição do volume de leite, a indústria precisou competir com as empresas que estavam mais preparadas para bancar uma oscilação de preços até que o mercado se equacionasse novamente.

Como percebemos, inúmeras tentativas e esforços foram realizados para a constituição e o fortalecimento organizacional do cooperativismo. Percebemos que em longo prazo a crise se abateu sobre o cooperativismo. Inúmeras dificuldades existem para compreender o que está por trás dessa situação, talvez uma explicação de cunho ideológico seja mais prática, mais fácil e menos dolorida, como colocar a culpa no cenário, nas forças externas do capitalismo e na dificuldade organizacional.

No entanto, ao longo desse trabalho, ficou mais evidente que o ponto fundamental foi a não elaboração de uma estratégia de fases de implementação, ou seja, um processo organizacional que começasse primeiramente com a organização dos produtores, a comercialização coletiva e a constituição das cooperativas singulares. A segunda fase seria a industrialização e a terceira, a constituição do SISCLAF. Desse modo, a primeira fase foi bem-sucedida e a terceira fase foi antecipada, queimando a etapa da industrialização.

As dificuldades e as problemáticas em torno da crise do cooperativismo de leite da agricultura familiar são preocupações constantes dos atores envolvidos, um dos assessores do cooperativismo salienta:

[...] como vencer as transições, diria, dentro da agricultura familiar e o cooperativismo, ser, portando, um meio facilitador dessa transição? As cooperativas de leite se instalaram em momentos de crise. Estabilizou o mercado, mas nós continuamos entendendo as cooperativas como necessárias em momentos de crise e não conseguimos mudar, transitar pra

fase 2. Essa é a primeira constatação. (ASSESSOR DO COOPERA 10, MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO).

Um de nossos principais questionamentos era se poderia ser bem-sucedida uma experiência do cooperativismo solidário de autogestão democrática, com princípios socialistas num sistema de produção e reprodução capitalista. Sendo assim, a defesa da importância dos princípios do cooperativismo é inquestionável, mas no caso do cooperativismo solidário de leite no Sudoeste precisam ser encarados de forma mais crítica. Nesse sentido, a defesa da economia solidária e assistencialista com um modelo de gestão descentralizado, sempre foi a principal bandeira de muitas lideranças, uma vez que essa era uma forma de se diferenciarem do cooperativismo tradicional.

Porém, o que a história nos reservou (não que concordemos com isso), foi que a autogestão democrática fracassou, ou seja, acreditamos que o fracasso da autogestão democrática aconteceu em função da falta de experiência por parte dos agricultores com esse modelo organizacional.

Portanto, o principal objetivo da negociação coletiva do leite era o aumento no preço recebido pela indústria, talvez isso ajude a explicar os motivos pelos quais o cooperativismo teve um processo de aproximadamente 15 anos de ascensão e após isso um processo de crise. Uma vez que a cooperativa cumpriu a função pela qual foi constituída, após esse aumento do poder de barganha intermediado pela cooperativa, houve um aumento de produção e de produtividade entre os agricultores familiares e, por consequência, os mesmos começaram a depender cada vez menos da organização coletiva e da cooperação, e a maioria começa a negociar o preço diretamente com as empresas.

Para que tivéssemos uma sociedade em que predominasse a igualdade entre todos os seus membros, seria preciso que a economia fosse solidária em vez de competitiva. Isso significa que os participantes na atividade econômica deveriam cooperar entre si em vez de competir. (SINGER, 2002, p. 9).

Portanto, mesmo que o cooperativismo de leite solidário era exaltado retoricamente, se colocando como um sistema contra hegemônico ao cooperativismo tradicional e o capitalismo, ele não passou de um projeto de inclusão dos pequenos agricultores ao capitalismo e suas práticas individualistas.

CONCLUSÕES GERAIS

Ao longo desse trabalho, tentamos analisar os atores e as redes de desenvolvimento rural no processo produtivo do leite no Sudoeste do Paraná. Dessa forma, se fez necessário compreender o desenvolvimento rural a partir da Teoria Ator-Rede, ou seja, analisar o espaço rural levando em consideração os elementos humanos e não humanos no processo produtivo do leite no Sudoeste. Também realizamos um esforço no sentido de compreender os impactos da “Modernização Agrícola” na transformação do espaço rural nos últimos setenta anos.

Porém, para compreender tais impactos, destacamos a importância dos elementos exógenos e endógenos e suas interconexões no desenvolvimento rural, uma vez que redes longas e curtas operam em um determinado território. Nesse sentido, a Teoria Ator-Rede é indispensável para pensarmos o desenvolvimento rural sustentável, pois tal concepção teórica nos ajuda a compreender que não há uma dicotomia sociedade *versus* natureza, e a razão moderna de dominação da natureza pela sociedade está nos conduzindo a sérios problemas ambientais.

Entretanto, nosso objeto ao longo do trabalho foi o processo produtivo de leite no Sudoeste, sendo assim, percebeu-se a necessidade de analisar a ocupação histórico-geográfica no Sudoeste e a luta pelo acesso à terra, já que são elementos indispensáveis para a configuração da atual estrutura fundiária predominantemente familiar no Sudoeste. É mister também lembrar que havia um projeto estratégico de ocupação geopolítico no Sudoeste, uma vez que é região de fronteira com a Argentina.

Notou-se, também, que o processo produtivo no Brasil e no Sudoeste do Paraná ganham cada vez mais expressividade a partir de 1980 e, principalmente, a partir de 1990, períodos estes de inserção tecnológicas cada vez maior, e, por consequência, aumentam-se, de forma significativa, os ganhos de produção e produtividade do leite. Todavia, a tecnificação de alguns agricultores familiares gera a exclusão de outros da produção de leite.

Analisamos também as relações patriarcais que ainda perduram na atividade leiteira, pois, quando a produção de leite estava voltada basicamente para subsistência, esta era uma atividade basicamente feminina. No entanto, quando a referida atividade começa a ser cada vez maior para a comercialização e por consequência intensificam-se as relações mercadológicas, há um processo paulatino de mudança e o homem de maneira geral assume tal atividade. Algo interessante que

foi analisado, é a contribuição que o PRONAF teve no aumento da produtividade de leite no Sudoeste.

Problematizamos, também, acerca da importância da gestão e do planejamento na propriedade familiar, porém, os agricultores familiares, de maneira geral, não desenvolveram o hábito de uma gestão mais profissional de suas propriedades, bem como das atividades leiteira. E, com isso, vem ocorrendo uma concentração da produção e da indústria da cadeia produtiva do leite no Sudoeste do Paraná.

Desse modo, é de suma importância o planejamento e execução de um projeto que envolva o poder público, empresas e produtores de leite par superar alguns gargalos no ganho de produtividade, que são: o melhoramento do manejo com alimentos, animais e equipamento. Já que, tem espaço para dobrar a produtividade de leite na região.

E por fim, analisamos a relevância do processo organizacional dos agricultores familiares em torno das Cooperativas de Leite da Agricultura Familiar e Economia Solidária, com intuito de acessar melhores preços e mercado a matéria prima. Também percebeu-se as cooperativas com uma ferramenta importante na organização produtiva do leite.

Ainda tentou-se compreender os motivos pelos quais esse modelo organizacional do cooperativismo de leite entrou em um processo de crise nos últimos anos. Dessa forma, foram apontados inúmeros problemas de gestão e planejamentos do cooperativismo solidário. Porém, procuramos apontar alguns possíveis caminhos para a superação da crise do Cooperativismo.

Consideramos, portanto, que as discussões em torno das problemáticas trabalhadas nesta dissertação não se esgota nela mesmo, muito pelo contrário, acreditamos que ela pode contribuir para outras futuras análises sobre a referida temática.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Transformações na vida camponesa: o Sudoeste paranaense**. São Paulo, 2013. 183 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1981.

ALVES, Adilson Francelino. **Do desenho à implementação de projetos de desenvolvimento rural sustentável: interfaces e negociações no Projeto Vida na Roça (Paraná)**. 2008. 256 f. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2008.

_____, Adilson Francelino et al. Sudoeste paranaense: colonização, estrutura fundiária e indicadores da modernização agrícola. In: RIBAS, Alexandre Domingos; SPOSITO, Eliseu Savério; SAQUET, Marcos Aurelio (Org.). **Território e desenvolvimento diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004, p. 149-170.

_____, Adilson Francelino; GUIVANT, Júlia Silvia. Redes e interconexões: desafios para a construção da agricultura familiar. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, Florianópolis, v. 7, n. 1, p. 01-27, jan./jul. 2010.

ALVES, Clovis Tadeu. **A revolução verde na mesorregião noroeste do RS (1930-1970)**. Porto Alegre: Letra & Vida, 2013.

AMORIM, Luci Suzana Bedin; STADUTO, Jefferson Andronio Romundo. Desenvolvimento territorial rural: agroindústria familiar no oeste do Paraná. **Revista de Economia Agrícola**, São Paulo, v. 55, n. 1, p. 15-29, jan./jun. 2008.

BAPTISTA, Fernando Oliveira. **Agriculturas e territórios**. Oeiras: Celta, 2001.

BECKER, Nestor J. R. A agricultura soviética. **Revista de Economia Brasileira**. Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 136, 1964.

BONETI, Lindomar Wessler. A exclusão social dos caboclos do Sudoeste do Paraná. In: ZARTH, Paulo. **Os caminhos da exclusão social**. Ijuí: Ed. Unijuí, 1998. p. 81-119.

_____. Organização e luta camponesa no Sudoeste do Paraná. In: MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo. **Forma de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história**, vol. 2: Concepções de justiça resistência nas repúblicas do passado (1920-1960). São Paulo: Ed. da UNESP; Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2009, p. 143–157.

BRAGA, L. C. **A territorialização da produção leiteira e fumageira na Linha Itaíba, Marmeleiro – PR**. 2010. 190 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, PR, 2010.

CALLON, Michel. **Some elements of a sociology of translation: domestication of the scallops and the fishermen of St Brieuc Bay**. Disponível em: <[http://www.vub.ac.be/SOCO/tesa/RENCOM/Callon%20\(1986\)%20Some%20eleme](http://www.vub.ac.be/SOCO/tesa/RENCOM/Callon%20(1986)%20Some%20eleme)

nts%20of%20a%20sociology%20of%20translation.pdf>. Acesso em: 02 de fevereiro de 2015.

CARNEIRO, Maria Esperança. **A revolta camponesa de Formoso e Trombas**. Goiânia: Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura. Convênio CPDA/EIAP/FGV/Fundação FORD, 1981.

CASTELLS, Manoel. **A sociedade em rede**. A era da informação: economia, sociedade e cultura. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. Vol. 1.

CLEPS, João. Questão agrária, estado e território em disputa: os enfoques sobre o agronegócio e a natureza dos conflitos no campo brasileiro. In: SAQUET, Marcos; SANTOS, ROSELI Alves dos (Org.). **Geografia agrária: território e desenvolvimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 35-54.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajetórias geográficas**. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014, 304 p.

DAVID, Ari de. **Competitividade das Cooperativas do Sistema de Cooperativas de Leite da Agricultura Familiar – SISCLAF**. 2009. 73 f. Trabalho de conclusão de curso (Especialização em Gestão do Cooperativismo Solidário) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, PR, 2009.

DEMATTEIS, G. Sistema local territorial (SLOT): um instrumento para representar, ler e transformar o território. In: ALVES, Adilson Francelino; CARRIJO, Beatriz Rodrigues; CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa (Org.). **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 36-46.

DUARTE, Laura Maria Goulart. **Capitalismo & cooperativismo no R.G.S**. Porto Alegre: L&PM, 1996.

DINIS, José Alexandre Felisola. **Geografia da agricultura**. São Paulo: DIFEL, 1984.

ELLIS, Frank; BIGGS, Stephen. (2001) Evolving Themes in Rural Development 1950s-2000s. **Development Policy Review** 19 (4), 437-448. Blackwell Publishing Ltd. Disponível em: <[#](http://www.blackwell-synergy.com/toc/dpr/19/4)>. Acesso em: 2 janeiro de 2015.

ESCHER, Fabiano. **Os assaltos do moinho satânico nos campos e os contramovimentos da agricultura familiar: atores sociais, instituições e desenvolvimento rural no Sudoeste do Paraná**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2011.

FERREIRA, Adriana; ABRANTES, Elizabeth Souza. O declínio do dote e as novas prendas sociais femininas na sociedade maranhense da segunda metade do século XIX. In: **Simpósio Nacional de História: Conhecimento histórico e diálogo social**, 27, Natal/RN: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2013. Disponível em: <[#](http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364956503_ARQUIVO_ArtigoAdrianaAnpuh2013doc.pdf)>. Acesso em: 2 jan. de 2015.

FRANTZ, Walter. **Caminhos para o desenvolvimento pelo cooperativismo**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2003.

_____; HILGERT, Vagner; CORRÊA, Ricardo. **A história do cooperativismo de crédito em Panambi: uma trajetória de 75 anos**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2006.

GEHLEN, Ivaldo. **Competitividade e identidade do produtor familiar de leite Gaúcho face às inovações tecnológicas e organização da cadeia produtiva**. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

GNOATTO, Almir Antonio et al. Perspectivas para o cooperativismo de leite da agricultura familiar no Paraná. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 48, Campo Grande. **Anais**. Campo Grande/MS: Universidade Católica Dom Bosco, 2010.

GOMES, Iria Zanoni. **1957: a revolta dos posseiros**. Curitiba: Criar, 1987.

HOBBSAWN, Eric. **A era das revoluções**. Europa 1789-1848. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

IANNI, Otávio. Nações e globalização. In: SANTOS, Milton et al (Org.). **Fim de século e globalização**. São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 1993.

IBGE. **Produção Pecuária Municipal**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2006.

JUNIOR, Hor-Meyll Teixeira Leite; ESCABEDO, Marcel Luiz. **Moysés Lupion: Civilizador do Paraná**, Volume II. Curitiba: Imprensa Oficial, 2006.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. Espaço e multiterritorialidade entre território: reflexões sobre a abordagem territorial. In: PERREIRA, Silvia Regina; COSTA, Benhur Pinós da; SOUZA, Edson Belo Clemente de (Org.). **Teorias e práticas territoriais: análises espaço-tempo**. São Paulo: Expressão Popular 2010.

KAGEYAMA, Angela. Desenvolvimento rural: conceito e medida. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 21, n. 3, p. 379-408, set./dez. 2004. p. 379-408.

LANNOY, Christophe de. **O Nascimento do sistema CRESOL: a origem de uma inovação organizacional**. dez/2006. Disponível em: <<http://www.cresol.com.br/site/>>. Acesso em: 10 de abril de 2009.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LAW, John. **Notas sobre a Teoria do Ator-Rede: ordenamento, estratégia, e heterogeneidade**. Tradução de Fernando Manso. Rio de Janeiro: COMUM, 2006.

LAZIER, Hermógenes. **Análise histórica da posse de terras no Sudoeste paranaense**. Francisco Beltrão: Grafite, 1998.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

MAESTRI, Mário. A aldeia ausente: índios, caboclos, nativos, moradores e imigrantes na formação da classe camponesa brasileira. In: STEDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p. 217-275.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2009, p. 135-136.

MARTINS, Rubens da Silva. **Entre jagunços e posseiros**. Curitiba: [s.n], 1986.

MIOR, Luiz Carlos. **Agricultores familiares, agroindústrias e territórios**: a dinâmica das redes de desenvolvimento rural no Oeste Catarinense. 2003. 315 f. Tese (Doutorado interdisciplinar em Ciências Humanas)—Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2003.

MIYAMOTO, Shiguenoli. **Geopolítica e poder no Brasil**. Campinas: Papiros, 1995.

MONDARDO, Marcos Leandro. **Os períodos das migrações**: territórios e identidades em Francisco Beltrão/Pr. 2009. 165 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2009.

MOREIRA, R. Da região a rede e ao lugar (a nova realidade e o novo olhar geográfico sobre o mundo). **Ciência Geográfica**: Ensino, Pesquisa e Método, Bauru, n. 6, p. 1-11, abr, 1997.

PASSOS, A. A. **História de sangue e dor**: crimes passionais no Sudoeste do Paraná (1909-1939). 2009. 139 p. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, 2009.

PEREIRA, Josei Fernandes. **Elos & correntes**. História do cooperativismo de crédito no Rio Grande do Sul (1902-1930). Porto Alegre: Sescop/RS, 2012.

PLEIN, Clério et al. As transformações recentes no mercado de leite e seus impactos sobre as cooperativas de leite da agricultura familiar no Sudoeste do Paraná. Congresso Nacional de Pesquisa em Ciências Aplicadas, 3, Francisco Beltrão. **Anais**. Francisco Beltrão, PR: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2014.

POLI, Jaci. **Da posse para a propriedade da terra no Sudoeste do Paraná (1662-1973)**. 2009. 186 p. Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, 2009.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização**. Petrópolis: Vozes, 1982.

RIPPEL, Leomar. **A mobilização política do discurso do “herói” pioneiro da luta social de 1957 no Sudoeste do Paraná**. 2012. 131 f. Dissertação (Mestrado em História Regional)-Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, RS, 2012.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Os tempos e os territórios da colonização italiana**. Porto Alegre. Disponível em <http://www2.fct.unesp.br/pos/geo/dis_teses/01/01_marcos.pdf>. Acesso em: 14 de março de 2016.

_____. O território: diferentes interpretações na literatura italiana. In: RIBAS, Alexandre Domingos; SPOSITO, Eliseu Savério; SAQUET, Marcos Aurélio (Org.). **Território e desenvolvimento diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004, p. 121-147.

SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. Território, Territorialidade e Desenvolvimento: diferentes perspectivas no nível internacional e no Brasil In: ALVES, Adilson. Francelino; CARRIJO, Beatriz Rodrigues; CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa (Org.). **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 15-31.

SANTOS, Roseli Alves dos. **Geografia agrária: território e desenvolvimento** (Org.). São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SANTOS, Roseli Alves dos. **Processo de modernização da agricultura no Sudoeste do Paraná**. 2008. 246 f. Tese (Doutorado em Geografia)-Programa de Pós-graduação em Geografia. UNESP, Presidente Prudente, 2008.

SCHIMITT, Claudia Job. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 13, n. 27, p. 82-112, mai./ago. 2011.

SCHMITZ, Aline Motter; SANTOS, Roselí Alves dos. A produção de leite na agricultura familiar do Sudoeste do Paraná e a participação das mulheres no processo produtivo. **Terr@Plural**, Ponta Grossa, v. 7, n. 2, p. 339-355, jul/dez. 2013.

SEAB/DERAL. **Análise de conjuntura agropecuária 2013/2014 – LEITE**. Março de 2014. Responsável: Médico Veterinário Fábio P. Mezzadri. Disponível em: <http://www.agricultura.pr.gov.br/arquivo/File/deral/Prognosticos/leite_2013_14.pdf>. Acesso: 10de Janeiro de 2016.

SCHNEIDER, Sérgio. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 6, nº 11, jan/jun 2004, p. 88-125.

SINGER, PAUL. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SPOSITO, Eliseu Savério. Sobre o conceito de território: um exercício metodológico para a leitura da formação territorial do Sudoeste do Paraná. In: RIBAS, Alexandre Domingos; SPOSITO, Eliseu Savério; SAQUET, Marcos Aurelio (Org.). **Território e**

desenvolvimento diferentes abordagens. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004, p. 15-36.

THOMPSON, *Edward* Palmer. **Costumes em comum:** estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Paraná, Sudoeste:** ocupação e colonização. 2. ed. Curitiba: Vecentina, 1987.

ZATTA, Ronaldo. **Sentinelas do Sudoeste:** o Exército brasileiro na fronteira paranaense. 2009. 198 f. Dissertação (Mestrado em História Regional)-Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, RS, 2009.